MUNICÍPIO DE POMBAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE POMBAL
Nº 0005/AM/22, de 14/12/2022

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício do Paços do Concelho, pelas quinze horas e trinta minutos, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Adelaide Pereira da Conceição, Luís Renato Guardado Marques, Elisabete Gameiro João, João Paulo Antunes dos Santos, João André Varela Coelho, Carla Marisa Marques Guerra Fernandes Pereira, Andreia Sofia Pinheiro Marques, Ilídio Manuel da Mota, Luís Couto dos Santos, Manuel José Carreira Serra, André Filipe Agostinho Tasqueiro, Marlene Vaz Matias, Pedro da Silva Moreira, Carla Alexandra Ramos Cardoso Leitão Rodrigues, Cândida Isabel de Andrade Alves Silva, Aires Cardoso Moreira, Edite Maria Pascoal da Silva, Fernando Rodrigues Matias, Fátima Ferreira Gonçalves, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, João Carlos Antunes Faustino Pimpão dos Santos, Nelson da Silva Pereira, Carla Teresa Ferreira da Mota Longo, Paulo Manuel Lucas Duarte, Gonçalo José Simões Ramos, Manuel Henriques Nogueira Matos, Daniel de Brito Ferreira e Maria José Rodrigues Marques, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 29/09/2022;

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.2.1. Apreciação e votação do pedido de suspensão do membro do Grupo Municipal do Partido Socialista, Leandro Gabriel Pedro Siopa;

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento Municipal para o ano de 2023 e Plano Orçamental Plurianual para o quadriénio 2024/2027, e respetivos anexos;

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2023/2027;

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Pedido de Autorização Prévia à Assembleia Municipal para a Assunção de Compromissos Plurianuais, no ano económico de 2023, nos termos do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;

Ponto 2.5. – Apresentação da Informação do Auditor Externo sobre a Situação económica e financeira semestral do Município de Pombal – 1.º semestre de 2022 – Para conhecimento;

MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.6. Apresentação da Subvenção adicional especifica do FSM, no ano de 2022 - Para conhecimento;
Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para o Ano 2023;
Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vermoil;
Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Guia e Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU da Zona Central da Guia;
Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Área de Reabilitação Urbana de Albergaria dos Doze e Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Albergaria dos Doze;
Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Plano Municipal de Fomento da Floresta Autóctone;
Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Minuta de Contrato Interadministrativo a celebrar com as Juntas de Freguesia do Concelho (delegação de competências nos domínios da educação e ação social escolar);
Ponto 2.13. Apresentação da proposta da Câmara sobre Relatório Intercalar sobre a avaliação dos riscos altos ou muito altos constantes do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (Incluindo os de corrupção e infrações conexas) | Revisão 03, ou Reclassificados no Relatório Anual sobre a sua Execução em março de 2022 – Para conhecimento;
Ponto 2.14. Apresentação do Relatório de Execução Orçamental da PMUGEST do 3.º trimestre de 2022 – Para conhecimento;
Ponto 2.15. Apresentação dos documentos previsionais da PMUGEST - Para conhecimento;
Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Assembleia de Freguesia da UFGIMM sobre Proposta de desagregação das freguesias que integram a União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho;
Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação da proposta da Assembleia de Freguesia da UFSSAD sobre Proposta de desagregação das freguesias que integram a União das Freguesias de Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho;
Ponto 2.18. Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.
Ponto 2.19. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista "14/GM-PS/2022"

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à chamada, não se tendo verificado qualquer falta.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Informou ainda ter recebido os seguintes pedidos de substituição:
Do Partido Social Democrata:

- De José Gomes Fernandes, tendo sido substituído por Aires Cardoso Moreira;
- De Henrique Manuel dos Santos Bicho Rodrigues Mota, tendo sido substituído por André Filipe Agostinho Tasqueiro;
- De Nicolle Lourenço, tendo sido substituída por Edite Maria Pascoal da Silva;
- De Fernando Rodrigues Matias, tendo sido substituído por Isabel Encarnação Costa; e,
- De Alexandre Filipe Fontes dos Santos, tendo sido substituído por Fátima Ferreira Gonçalves.

Do Partido Socialista:

- De Aníbal Henrique Guerreiro Cardona, tendo sido substituído por Cândida Isabel de Andrade Alves Silva;
- De Nuno Gabriel Almeida de Oliveira, tendo sido substituído por Carla Alexandra Ramos Cardoso Leitão Rodrigues.

Mais informou que o Presidente das Junta de Freguesia de Vila Cã, comunicou que estaria presente, em sua representação, Maria José Rodrigues Marques.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
"Caros membros da Mesa, caros membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, quero cumprimentar todos, dando início aos trabalhos desta Assembleia Municipal, que é a última do ano de 2022, com que se cumpre o primeiro ano completo de mandato e de reuniões da Assembleia e queria, também, a título pessoal, dizer que me apraz muito registar que foi com bastante gosto e honra que, durante este ano, exerci estas funções.
E antes de passar à leitura, discussão e votação da ata, que é o Ponto n.º 1.1, eu tinha aqui uns pontos prévios, que se prendem com votos de pesar, que gostava de começar por transmitir à Assembleia.
Eu vou ler os votos de pesar que deram entrada na Mesa. O primeiro é subscrito pela Bancada do PSD.
"Vem a Bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Pombal requerer a manifestação de um voto de pesar pelo falecimento de António Infante da Costa.
António Infante da Costa foi o primeiro Diretor Geral da Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal, tendo sido o cofundador e primeiro Presidente da Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO).
O nome de António Infante da Costa ficará para sempre marcado indelevelmente na história de Pombal e da ETAP, a primeira escola profissional do país, sendo de destacar o trabalho que desenvolveu em prol do ensino profissional.
Pela sua memória, propomos que a Assembleia Municipal faça um minuto de silêncio."
Entrou também, relativamente ao falecimento do Dr. Infante da Costa, uma proposta também de observação de um minuto de silêncio, subscrita pelo membro da Assembleia Municipal, Luís Couto, solicitando a introdução de um minuto de silêncio em memória do digníssimo cidadão, recentemente falecido, Dr. Infante da Costa, cofundador em Pombal e a nível nacional do ensino tecnológico e profissional, primeiro Diretor da ETAP e primeiro Presidente da ANESPO.

Eu vou sugerir que os dois votos que tenho aqui sejam apreciados em conjunto, e que façamos, depois, o minuto de silêncio em conjunto.
O outro voto que aqui deu entrada na Mesa é também apresentado pelo PSD, e diz o seguinte: "Vem a Bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Pombal requerer a manifestação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Anézio Gonçalves Ferreira, antigo Presidente deste órgão.
Para além da sua participação ativa na vida política, no PSD de Pombal e distrital, o Dr. Anézio Gonçalves Ferreira desempenhou um importante papel na consolidação da democracia, da liberdade e das autarquias locais em particular, desempenhou igualmente um importante papel na política autárquica, onde desempenhou funções de Presidente da Assembleia Municipal de Pombal, entre outras, tendo também uma participação ativa na dinâmica associativa local, no âmbito social e de apoio à infância.
Pela sua memória, propomos que a Assembleia Municipal faça um minuto de silêncio."
E tratando-se de um antigo Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia Municipal quer também associar-se, e propor também um voto de pesar pelo falecimento.
Quero também – como já foi dito – manifestar o pesar à membro da Assembleia Municipal, Sofia Amado Gonçalves, pelo falecimento do seu pai – que nos foi aqui comunicado, e que não permite que ela esteja presente – e propunha que observássemos, então, um minuto de silêncio por estes nossos concidadãos falecidos. Muito obrigado."
Colocados os Votos de Pesar a votação, foram os mesmos aprovados, por unanimidade, seguindo-se um minuto de silêncio em memória dos referidos cidadãos.

Período de antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro de 2022.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:
"A ata foi distribuída, eu penso que não se justifica – como tem sido a prática – fazer uma leitura aqui alto dela, todos puderam ler.
Pergunto se alguém tem intervenções sobre a ata, ou se podemos submetê-la à votação."
Não se tendo verificado qualquer inscrição, passou-se à votação da ata em apreciação.
A Assembleia deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar a ata da sessão de 29 de setembro de 2022.

Ponto n.º 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

Ponto 1.2.1. Apreciação e votação do pedido de suspensão do membro do Grupo Municipal do Partido Socialista, Leandro Gabriel Pedro Siopa.

Nesta altura, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que o membro daquele órgão deliberativo, Pedro Siopa, eleito nas listas do Partido Socialista, apresentou o seguinte pedido de suspensão de mandato:

MUNICÍPIO DE POMBAL

"Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
Dr. Paulo Mota Pinto
Os meus cordiais cumprimentos,
Venho por este meio solicitar, nos termos do artigo 21º n.º 1 e n.º 2, alínea a) do Regimento da Assembleia Municipal, a suspensão do Mandato na Assembleia Municipal de Pombal, por um período de 180 dias e que se deve a motivos de doença.
Aproveito ainda para solicitar a Vª Exª que providencie na próxima Assembleia Municipal à eleição de 2 substitutos na Assembleia Intermunicipal da Região de Leiria, da qual faço parte e que conto assim, consequentemente, estar suspenso, pelo que a minha ausência deve ser garantida por um substituto a eleger.
Sem outro assunto, despeço-me com os melhores cumprimentos, na certeza do deferimento do pedido em plenário do órgão na próxima reunião."
De seguida informou o seguinte:
"Esta suspensão será comunicada à CIMRL para que ela promova e peça à Assembleia Municipal que indique membro em substituição, nós não devemos fazer isso por iniciativa própria de ofício, eles é que pedem sempre, e depois trarei aqui a substituição na Assembleia Intermunicipal da Região de Leiria do colega Leandro Siopa."
Finalmente colocou o pedido de suspensão a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

Encontrando-se na sala o cidadão imediatamente a seguir na lista do Partido Socialista, Pedro da Silva Moreira, foi o mesmo chamado a ocupar o lugar vago, por 180 dias, de acordo com o pedido de suspensão aprovado.

Relativamente à correspondência recebida o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, referiu o seguinte:
"Queria, seguidamente, informar que deu entrada também um e-mail enviado pelo munícipe Telmo Lopes, que também assina na qualidade de Presidente do CDS de Pombal, com propostas para o Orçamento do ano que vem, de 2023 – que está acessível, caso pretendam ter acesso. Aliás, penso que é também o mesmo cidadão que se inscreveu para o período a seguir, para intervenção do público.
Relativamente à situação do membro da Assembleia Municipal, Luís Couto, que foi aqui tratada em reuniões anteriores, quero só informar que a mesma foi comunicada, mas não há, até agora, nenhuma reação, nenhuma resposta. Assim que tivermos alguma resposta, a mesma será comunicada. Isso é uma matéria que já não está na esfera política desta Assembleia Municipal."

Ponto n.º 1.3. Intervenções na generalidade.

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,** perguntou se alguém pretendia inscrever-se para intervir:
De seguida deu a palavra aos seguintes membros da Assembleia:
Carla Mariza (PS)
"Cumprimento, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, todos os presentes. Senhor Presidente, recebemos hoje a primeira resposta à nossa pretensão de conhecer o orçamento do "Natal em Pombal" do ano de 2022, e ficámos a saber que se prevê que custará

€ 250.000,00. O que não sabemos ainda é por que é que o Executivo não quis esclarecer quanto é que custará cada rubrica, e também não sabemos quais foram as rubricas assumidas pela Câmara Municipal de Pombal e pela ADILPOM.
Por agora, o que gostaríamos de saber é o seguinte: dos € 166.000,00 que a Câmara Municipal contratou diretamente, qual foi a maior rubrica e por que é que não aparece nenhum contrato na Base.Gov, numa atividade em que já lá vão quase dez dias? Dos € 83.000,00 que a ADILPOM contratou, qual a maior rubrica?
Também não compreendemos muito bem, e foi com alguma incompreensão que soubemos que o Senhor Presidente demorou de setembro a dezembro a apresentar as contas do Bodo, visto que as tinha já recebido em setembro, tanto da PMUGest, como da ADILPOM.
Depois de conhecer as contas, foi com indignação que percebemos que o valor orçamentado para o Bodo passou de € 250.000,00 para mais de € 600.000,00 e que as contas do Bodo, mesmo com mais captação de receita do que o previsto, tiveram um prejuízo de € 350.000,00.
Relembramos que o aumento dos preços foi mais significativo numa altura em que todos os fornecedores do Bodo já deviam estar contratados. Isto revela uma falta de planeamento e de organização, que, independentemente do que possa dizer, e o valor das Festas do Bodo nos devia preocupar-nos a todos.
E, portanto, o Senhor tem, neste momento, um buraco de € 350.000,00. Como é que vai justificar isto aos pombalenses? E que justificação o Senhor tem para apresentar um orçamento das Festas do Bodo, com cerca de € 250.000,00 e agora apresenta um buraco de € 350.000,00? Gostaria que nos esclarecesse. Aos pombalenses e à Bancada do PS.
Obrigada."

Luís Couto (OI):

"Obrigado. Boa tarde a todos.
Começava só por voltar a pedir, relativamente a uma questão muito concreta, sobre a informação de despesa do processo concursal da Beneficiação da Zona Industrial da Formiga, e eu volto a solicitar um documento que se chama "Informação de Despesa", sobre esse processo. É uma coisa processual, eu sei que, provavelmente, ficou perdida na parte administrativa, ou o que seja, é uma coisa muito concreta, que solicitava mais uma vez que nos fizessem chegar.
Dar nota também, aqui, à Assembleia Municipal, da questão do PomBus, que nós levantámos nas últimas Assembleias Municipais, que houve duas reuniões de trabalho com os serviços da Câmara, com a Vereadora Gina e com o Eng.º Nuno Elias, onde tínhamos várias recomendações, essencialmente à volta da otimização da rede para as zonas limítrofes da Freguesia de Pombal, abarcadas pelo PomBus. Essas reuniões foram tidas, não só connosco, mas também com a presença de alguns Presidentes de Junta, nomeadamente, da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca.
Mas, um dos pontos interessantes é que nós chegámos aqui a um impasse, de acordo com as nossas otimizações, ainda não foi feito um trabalho técnico no sentido de encontrar soluções para estas nossas sugestões ou alternativas. Infelizmente, só recebemos a informação de que isto é competência da CIM.
No entanto, era importante, antes de ter uma resposta oficial da CIM, ter esta proposta feita à CIM, efetivamente, se é possível, ou não, naturalmente, em termos de longo prazo, saber quais é que são os planos de alargamento da rede PomBus, tendo em conta, naturalmente, a questão dos transportes para a população que, neste momento, face ao aumento de custos, faz todo o sentido.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Agradecer à Vereadora Catarina Silva pelo facto de nos ter feito chegar, alguns minutos antes, o pedido da última Assembleia Municipal, sobre o consumo das captações das águas, que iremos analisar, e sobre o qual, posteriormente, nos iremos pronunciar.
Relativamente ao Dr. Infante da Costa, à questão do minuto de silêncio – que agradecemos a aceitação por parte de toda a Assembleia Municipal – também dar nota de que houve, naturalmente, aqui, no mesmo dia, infelizmente, um outro falecimento, a que também hoje prestámos homenagem, através do minuto de silêncio, o Dr. Anézio.
Era também necessário clarificar alguns critérios relativamente ao luto municipal, que foi decretado no caso do Dr. Anézio, e não foi decretado no caso do Dr. Infante da Costa. Era importante, até para os munícipes, entenderem quais é que são os critérios, e naturalmente, respeitar e prestar a devida homenagem a todos os pombalenses da mesma forma, e não de forma diferenciada, tendo em conta o seu contributo.
Uma pergunta aqui diretamente ao Senhor Presidente, relativamente aos semáforos da cidade de Pombal, que estão desligados há uma semana. Nós recebemos informação de que esta suspensão dos semáforos durante este período se deve essencialmente a um estudo de tráfego – pelo menos é esta a informação que nós temos até agora. No entanto, sugerir que esta informação seja transmitida à população, de forma geral, não só à Assembleia Municipal, mas também a todos os cidadãos, de forma a que estejam precavidos para esta situação, e que, de certa forma, tenham comportamentos que tenham impacto na segurança das pessoas e das viaturas que circulam na cidade de Pombal, durante este período.
Também queria perguntar até quando é que esta suspensão se irá verificar.
O outro ponto é relativamente à questão do processo da Lusiaves, qual é o ponto de situação atual. É um investimento importante e estrutural para a zona oeste do concelho, na zona industrial. Naturalmente, preocupa-nos a morosidade que este processo está a ter, não havendo nada contra – e foi esta própria Assembleia Municipal que desenvolveu trabalhos no sentido de clarificar as questões que existiam, eventualmente, por parte de um grupo de cidadãos. E portanto, obviamente que gostaríamos de saber por que razão esta morosidade, por que é que não vemos mais avanço, ou mais celeridade, relativamente a este investimento.
E com isto termino as minhas perguntas. O restante será para o Orçamento.
Obrigado."

André Tasqueiro (PPD/PSD):
"Muito obrigado, Senhor Presidente. Na sua pessoa, gostaria de cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, o respetivo Executivo, membros da Assembleia Municipal, serviços e público.
No passado mês de novembro, decorreram três marcos relevantes, ao nível das novas gerações, marcos esses que demonstram os feitos dos Pombalenses e, acima de tudo, o nosso potencial em áreas ainda subaproveitadas.
Começo por falar de jogos eletrónicos, em que decorreu o "Pombal Games Weekend", tendo colocado o nosso concelho como o epicentro dos jogos eletrónicos a nível nacional, com a receção de um conjunto de finais da especialidade, de atividades de captação de jogadores, de encontro nacional de clubes e, acima de tudo, de conferências de sensibilização para a prevenção dos vícios e das adições relacionadas com este tipo de desportos – sendo que, no meu entender, esta última atividade é, de facto, a mais importante de todas elas, no que toca aos jogos eletrónicos.
De jogos eletrónicos passo para os desportos urbanos, nomeadamente o BMX Free Style, sendo que Pombal recebeu, no fim-de-semana das comemorações do nosso Município, o campeonato

nacional da modalidade, sendo que o campeão nacional, consagrado nesta atividade, é de Pombal, o Paulo Mendes, o que demonstra que possuímos um talento numa modalidade que está a dar os primeiros passos, e que deve fazer com que Pombal se demarque como um território de excelência para a prática dos desportos urbanos.
Termino ainda com uma congratulação, nomeadamente ao nível do andebol em cadeira de rodas, onde a Pombalense Albertina Relvas fez parte da equipa da seleção nacional da modalidade e sagrou-se campeã do mundo de andebol em cadeira de rodas, depois de se ter consagrado campeã da Europa em 2018, algo que nos deve honrar.
Muito obrigado."

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

"Obrigado, Senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento a Mesa, o Senhor Presidente de Câmara, os Vereadores, os colegas aqui da Assembleia, e quem nos ouve também lá em casa.
Eu vou ser rápido e, no fundo, quem tem assistido às imagens televisivas dos últimos dias, faz-nos lembrar, a nós, pombalenses, o ano de 2006. Todas aquelas cheias, todos aqueles túneis inundados, todas aquelas derrocadas, vem-nos à memória esse célebre ano de 2006, e no fundo, o que ouvimos falar, de alterações climáticas, erros de construção e impermeabilização das cidades, o que nós sabemos é que cada Município tem de fazer o seu caminho, tem que arranjar uma estratégia, e tem que mostrar e, no fundo, concretizar, um plano em obras.
Aqui no Município de Pombal – e era aqui que eu queria chegar – este caminho está a ser feito. Dia 28 de novembro houve, no Teatro Cine – e quem pôde estar viu que o Teatro Cine estava cheio, na zona do Café Concerto – as Jornadas de Desafios e Oportunidades do Rio Arunca. Queria dar os parabéns ao Município. Eu consegui estar presente, e foi uma jornada de muita aprendizagem.
Para quem não esteve presente, eu posso só dar aqui uma pequena nota das entidades que estiveram, para perceberem o alcance deste projeto, e deste desafio. É um desígnio do Município – e é este apelo que eu faço também ao Município, aos técnicos que estiveram também presentes, aos decisores políticos que estiveram, aos Senhores Vereadores, que levem este desafio porque, no fundo, é a nós, à população, que estarão a proteger.
Mas, para dar aqui esta pequena nota, esteve a APA, com o Eng.º Nuno Bravo, a apresentar a Estratégia Nacional de Reabilitação de Rios e Ribeiras, esteve da Universidade de Coimbra a Prof.ª Maria João Feio, a apresentar o estado ecológico dos rios, esteve o Gael Palhas, investigador também da Universidade de Coimbra, esteve também o Prof. Pedro Teiga, da empresa E.Rio, esteve a Direção Geral de Agricultura e Pescas, com a Eng.ª Margarida, esteve um biólogo também, o Dr. António Martins, a apresentar um rio de oportunidades.
O que é que isto significa? Além da GNR, que é a entidade fiscalizadora, também nesta matéria, porque nós aqui, muitas vezes – e eu já o disse aqui, nesta casa – apontamos uns aos outros; quando acontece este tipo de tragédias, somos todos culpados – é a fiscalização, que neste caso compete à GNR, e também ao Município, nas zonas urbanas, os proprietários confinantes com rios e ribeiras, porque fora das zonas urbanas, a responsabilidade da limpeza é desses proprietários, mas que, depois, no fundo, quando acontece uma tragédia desta dimensão, vamos todos lá gastar o nosso dinheiro. Todos percebemos isso. Hoje, o Governo já saiu para a rua, durante a madrugada, a dizer que vamos ter milhões para os Municípios que foram atingidos por aquelas cheias.
É este o desafio que eu deixo, ou seja, aquelas jornadas, para mim, foram o início deste processo, e o que eu peço ao Município é que envolva também as freguesias, que as freguesias aqui também têm um papel muito importante nesta matéria, e estamos cá para construir.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Obrigado."

João Varela Coelho (PS):

"Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia. Cumprimento, na sua pessoa todos os presentes e todos os que nos veem e ouvem.

Dois assuntos muito rápidos.

Senhor Presidente da Câmara, o primeiro assunto é a exploração de inertes. A exploração de inertes no Concelho de Pombal tem provocado graves prejuízos ambientais e na qualidade de vida das populações que vivem perto das zonas de exploração. Existem vantagens, que nós sabemos que são apenas para alguns.

Não fosse esta realidade suficientemente má, vem somar-se aquilo que ficámos a saber, depois de meses a fazer esta pergunta, a que este Executivo sempre foi fugindo: é que o Município não cobra um cêntimo que seja pela exploração de inertes, embora mantenha a informação, que neste momento já é ultrapassada, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas de Exploração de Inertes, no seu site. Pelo menos que não enganassem os pombalenses, os munícipes.

A troco de quê, ou de que interesses, é que continuamos a ceder estes recursos, a paisagem e a qualidade de vida dos nossos munícipes? É a pergunta que se impõe. Foi precisamente esta questão que a população da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca fez aos autarcas presentes na sessão de esclarecimento de dia 10 de agosto, sobre a intenção de exploração de areias em Fonte Cova, e foi – estamos certos – pela veemência da questão e das exigências justas e legítimas da população, bem como pela exemplar posição da Freguesia de Monte Redondo, que a Câmara Municipal decidiu, finalmente, fazer a coisa certa, não se esconder atrás de artigos, atribuições formais, e dizer com clareza que está – até que enfim – ao lado da população. E por isso, integrou o grupo de trabalho denominado "Proteção Ambiental do Território", com outros órgãos de outras autarquias, com o manifesto objetivo de impedir a instalação de mais explorações desta natureza naquela região.

Se neste ponto, Senhor Presidente, pode contar com o apoio desta Bancada – não podia ser de outra forma, há coerência da nossa parte – o que vos perguntamos é o seguinte: decorrem também neste momento pedidos de prospeção, a que se seguirá a hipótese de pedidos de exploração de tripoli na Freguesia do Louriçal, nos Casais do Porto e Casal da Rola, já aqui discutidos. O pedido de prospeção para estes locais já foi aprovado pela Direção Geral de Energia e Geologia, na passada sexta-feira. A população já se manifestou claramente contra estas explorações. Nós, Bancada do PS, já apresentámos uma moção, que o PSD chumbou, com o argumento de que a população estava esclarecida, o que se provou falso, e que o Município não podia fazer nada, o que também é falso, como se comprova com este caso da Fonte Cova.

Na mesma Assembleia Municipal, e apesar de votarem contra a nossa moção, o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Junta do Louriçal afirmaram que estavam e estariam sempre ao lado da população. Pois é hora de demonstrar isso.

Que esperam estas entidades para levar a cabo ação semelhante à que enveredaram pela exploração de Fonte Cova?

Esperamos que a intervenção desta Câmara não aconteça apenas quando vai a reboque das ações de Câmaras vizinhas. É este o momento em que a Câmara definirá de que lado está e quer estar para o futuro, neste assunto da exploração de inertes.

Segundo assunto, o estudo em que Pombal ficou classificado como o quinto melhor Município para viver.

MUNICÍPIO DE POMBAL

O PSD de Olhão emitiu um comunicado, há duas semanas, em que dizia o seguinte: "De facto, o Município de Olhão recebeu o prémio, mas o mesmo não passa de um "faz de conta", porque terá custado, no mínimo, € 12.500,00€." A pergunta que se impõe é: pagos por quem? "O PSD de Olhão não pode senão repudiar esta prática fraudulenta do Município de Olhão e de todos os outros, que contraria os princípios éticos basilares de uma sociedade que se quer justa e equitativa."

O comunicado refere um artigo de dois jornalistas, Pedro Almeida Vieira e Elisabete Tavares, que diz o seguinte – e passo a citar: "Descobrimos um prémio para distinguir autarquias que garantiu a quem pagou 12.500€ que, na pior das hipóteses, levavam uma menção honrosa, e na melhor, uma mão cheia de taças para o currículo político. O promotor foi o INTEC, que apesar de se apresentar como Instituto de Tecnologia Comportamental, é apenas uma associação criada em 2007 por um casal de professores do Instituto Superior de Ciências Sociais. Para a organização de uma gala, o INTEC conseguiu convencer onze autarquias mecenas a desembolsarem € 12.500,00, cada, com a garantia de não saírem de mãos a abanar. O estudo, que terá supostamente redundado nos rankings, ainda não foi divulgado, nem para esta Assembleia. Do INTEC, que se apresenta como um Centro Tecnológico, ninguém atendeu o telefone fixo, nem telemóvel, nem respondeu ao nosso e-mail." Fim de citação.

Quando o Partido Socialista questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o estudo do INTEC nas reuniões de Câmara, o Senhor Presidente da Câmara acusou o PS de não ter orgulho em Pombal, em mais uma das suas derivações demagógicas para desviar do assunto. Em concreto, por amor a Pombal, agora dizemos: considera o Senhor Presidente verdadeiras, as acusações feitas pelo PSD de Olhão e pelos jornalistas citados, nomeadamente a de que a Câmara Municipal de Pombal comprou um lugar no ranking acima das Câmaras que nada pagaram, sem a devida verificação do valor científico e técnico do INTEC, a tal entidade que usaria o nome e o dinheiro dos pombalenses? Com a euforia da propaganda, andamos a pagar a "banha da cobra"? O Senhor Presidente entende que os Pombalenses não têm o direito a saber quanto é que estão a pagar por propaganda, sem confirmação, para que Pombal seja notícia, como foi neste caso, ou no último caso, do especial feito do campeão das províncias? Que avaliação temos, com números concretos, do impacto de tantas vezes que Pombal apareceu em camiões, publicações e excitações? É assim que deixaremos de perder população e empresas? – perguntamos nós.

Muito obrigado, Senhor Presidente."

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD)

"Senhor Presidente, Colegas membros da Assembleia Municipal, estimados colegas Presidentes de Juntas de Freguesia aqui presentes, Senhores Vereadores:

É exatamente isso e o inverso.

O colega João Coelho veio, por um lado, falar que o Governo, através de um organismo do Estado, aprovou esta semana uma exploração de inertes, e depois, a seguir, vem dizer que o PSD de Olhão olhou para um ranking e diz que não. Eu estou tentado a pedir ao colega João Coelho para se dedicar mais a acompanhar as decisões do Governo Socialista, e do Partido Socialista, no qual ele tem responsabilidades, pelo menos como futuro candidato à Câmara Municipal de Pombal, prefiro que ele se dedique ao problema do Partido Socialista, do que vir aqui com o PSD de Olhão, porque em Olhão temos companheiros suficientes para fazer a luta do Partido Socialista, não precisamos da sua ajuda. Agora, precisamos, sim, da sua ajuda para que seja mais assertivo com o Governo do Partido Socialista, nomeadamente também nesse caso dos inertes, como noutros casos.

E repare que no Governo de António Costa, no número de investimento público feito no Concelho de Pombal nos últimos sete, oito, nove anos, desde que o António Costa lá está. Isso,

sim, é que deveria preocupar os socialistas de Pombal, e muito mais um futuro candidato à Câmara."

Renato Guardado (PPD/PSD):

"Muito boa tarde a todos.

Na pessoa do Senhor Presidente, cumprimento todos os presentes.

E relativamente aqui ao período de antes da ordem do dia, não estava para fazer uma intervenção, uma vez que temos todos os outros pontos da ordem do dia, onde a discussão já é sobejamente rica. No entanto, duas intervenções que me antecederam, da Bancada do Partido Socialista, não podem deixar de merecer da minha parte uma observação, pelo menos de uma outra perspetiva – não direi "contrária", mas de uma outra perspetiva.

Vou pegar aqui na questão das contas do Bodo, que já na anterior Assembleia Municipal se falou disso, nesta Assembleia fala-se novamente, e portanto, parece que o grande problema de Pombal são as Festas do Bodo. Não acho que o seja. Ainda assim, custa-me ver inverdades serem transmitidas na Assembleia Municipal.

E pego aqui num dado, que foi um dado que a deputada Carla Mariza utilizou, que era a comparação das contas de 2022, onde referia € 600.000,00 - em bom rigor, € 592.000,00 - e onde comparava com as contas de 2019, onde referia cerca de € 250.000,00 de despesa. Repare que ao olhar as contas do Bodo de 2019, se forem constatar, de facto, os documentos de despesa de 2019, e se virem as despesas que estão somadas nestes € 592.000,00 - eu tenho a certeza de que sabem disso, porque, com certeza, viram esse documento e este relatório – em 2019, soma a essa despesa a despesa da PMU e da ADILPOM, o que perfaz um total de cerca de € 320.000,00, para uma Festa do Bodo com quatro dias de artistas.

Ora, em 2022 temos Festas do Bodo com seis dias de artistas. E portanto, se nós fizermos uma "regra de três simples", aplicando à despesa de 2019 um valor de inflação de 10%, temos uma despesa de 2019 de € 347.000,00, que compara com € 592.000,00. Aplicando a "regra de três simples" e fazendo a conta, significaria que o Bodo de 2019, tendo os mesmos dias de artistas, custaria € 520.000,00. Ora, comparando € 590.000,00 com € 520.000,00, não é este número que tentam transparecer para a opinião pública, com falta de rigor nas contas que apresentam, não é esta discrepância tão grande quanto referem. Estamos a falar de uma discrepância que é fruto de mais dias de festa, mais dias de artistas, estamos a falar de um aumento que também reflete a inflação. E sim, se o problema fosse meramente económico, a diferença não era tão grande quanto referem, e seria muito menor.

Mas, acontece que o problema não é só económico; o problema é que aquilo que verdadeiramente fere o Partido Socialista é que, do ponto de vista da população, o Bodo foi imensamente participado, como nunca foi. E nós percebemos isso pelos dados da NOS, onde nos diz, por medição por telemóvel, as pessoas que estiveram em cada um dos dias, desde 27.500 pessoas na quarta-feira, 27.000 mil, 34.000 e por aí fora, o que dá uma média de pessoas que estiveram nestes dias de Festas do Bodo de 250.000 pessoas em Pombal. Se nós dividirmos este valor que tanto fere o Partido Socialista, os € 350.000,00 de despesa nas Festas do Bodo, pelas 250.000 pessoas, entrada de pessoas por dia, se fosse pago, tínhamos um bilhete de € 1,50 por dia aqui para a entrada nas Festas do Bodo.

E sobre isto, eu comparo com outros festivais, outras festas que acontecem, e comparamos também com artistas, e comparamos também a despesa e o bilhete de entrada. Eu, por uma brincadeira também política, trago aqui um exemplo, que é a Festa do Avante.

A Festa do Avante deste ano tinha um valor de entrada – e isto era o valor global – de € 39, €1,50 a entrada no Bodo de Pombal, se quiséssemos que as festas não dessem prejuízo.

E portanto, este, no fundo, é o grande assunto político de Pombal, em dezembro, ainda as Festas do Bodo andam aqui à baila, com os números absolutamente martelados, com uma incapacidade de transmitir corretamente a observação da análise dos números, que, confesso, apesar de achar que não faz sentido falar nisto nesta data, não posso deixar passar em claro.
Sobre um último ponto, que tem a ver com a cidade com a melhor qualidade de vida, onde dizem que se paga para ter o prémio. Eu não sei se os deputados do Partido Socialista sabem como é que começou, por exemplo, a ECOXXI, que ao dia de hoje já conta com mais de uma centena de Municípios a participar, onde voluntariamente se oferecem para ser auditados relativamente às práticas ambientais, e sim, no ECOXXI, os Municípios que participam também pagam uma taxa para montar a operação de forma viável, para que a entidade que avalia os Municípios se consiga financiar.
E vamos ver uma coisa, o ECOXXI, quando começou, se calhar – não sei, confesso – não teria mais do que vinte Municípios a participar, e foi evoluindo. A mim não me chateia propriamente que Pombal esteja nos Municípios que se preocupam com esta temática da qualidade de vida, e que pontue também entre aqueles que se apresentaram para ser medidos. O facto de pagar ou não pagar é uma não questão, porque o que dirá o que pagou e que ficou em último, pergunto eu.
E, portanto, demonstra uma má-fé na interpretação, e mais do que uma má-fé na interpretação, demonstra aquilo que, para mim, é a pedra de toque neste tema, que é: de facto, Pombal é um Município com boa qualidade de vida, e isso é que, de facto, irrita a Bancada do Partido Socialista, e faz com que façam estas observações.
Muito obrigado."

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):
"Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, colegas membros da Assembleia, Presidentes de Junta, e todo o público presente e comunicação social.
Uma vez que fui aqui interpelado pelo colega João Coelho, na questão do tripoli do Louriçal, também porque tenho conhecimento e informações, queria deixá-las aqui nesta Assembleia, que há bem pouco tempo fomos contactados pela empresa, que possivelmente fará a prospeção, ou tem a intenção de fazer a prospeção no Lugar de Casal da Rola e Casais de Porto, no sentido de mobilizar uma equipa que fosse visitar um espaço de exploração a Espanha – que foi assim naquela reunião que se realizou no Louriçal, que estavam disponíveis para mostrar à população a forma como se desenvolve a exploração em Espanha. E eu disse que não, que não estão reunidas essas condições, até porque ainda há muito caminho para percorrer, está a ser criada a tal comissão, que tem representantes dos lugares, terá também a representante da Assembleia de Freguesia e Município. E recentemente, recebemos um e-mail por parte da empresa a perguntar-nos se já estava criada a comissão. As pessoas estão orientadas para isso, não temos pressa – até porque se costuma dizer que quem tem pressa, vai andando – e percebemos que eles sabem bem todos os pressupostos e caminhos que temos para percorrer.
Portanto, esse trabalho está a ser desenvolvido, só para informação, para ajudar também aqui o Senhor Presidente da Câmara, que com certeza também nós reencaminhámos esse e-mail ao Município, para haver conhecimento, e o trabalho está a ser desenvolvido na defesa de todo um trabalho que ainda é muito longo a percorrer, e que ainda nada está decidido, do que irá ser o futuro da questão da exploração de tripoli.
Muito obrigado."

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

"Muito boa tarde a todas e a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores Secretários da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais, o público aqui presente, os funcionários e comunicação social.

Volvido que está um ano de mandato, fez em outubro último um ano que este Executivo assumiu a liderança dos destinos do nosso concelho, é um Executivo todo renovado, todo novo, eu acho que urge fazer também aqui um ponto de situação e um balanço daquilo que foi este primeiro ano de atividade municipal. E pedia também ao Senhor Presidente da Câmara, sem prejuízo de, a seguir, dar a minha perspetiva sobre aquilo que foi o primeiro ano de atividade, que também partilhasse com a Assembleia aquela que é a sua visão sobre aquilo que aconteceu de melhor e de pior ao longo deste primeiro ano de mandato.

Na minha perspetiva – e julgo que na perspetiva do PSD – devemos fazer um balanço positivo deste primeiro ano de mandato, extremamente positivo.

Em primeiro lugar, porque ao nível daquilo que é o ambiente político, ao nível daquilo que é a relação entre pessoas, instituições, entidades públicas e políticas, o ambiente está claramente pacificado – à exceção de algum ruído que o Partido Socialista teima em trazer a esta Assembleia Municipal, mas é fruto da política, e é fruto da necessidade de sobrevivência que têm -, o ambiente em Pombal é um ambiente social e político que está perfeitamente tranquilo, pacífico, e isso permite, naturalmente, ao Município e ao concelho pensar, planear e ter uma estratégia de futuro, a bem do concelho.

Eu destacava aqui dois ou três pontos, que me parece que foram medidas e iniciativas que aconteceram ao longo deste ano, que são extremamente positivas para Pombal.

Em primeiro lugar, no que respeita à política cultural, o Partido Socialista tem vindo aqui sistematicamente – como hoje foi o caso – questionar os valores do Bodo, do Natal. A verdade é que ao longo deste primeiro ano de mandato, não há dúvidas nenhumas de que a cultura – e a cultura em Pombal, e a cultura no país e no mundo, não é aquilo que, muitas vezes, cada um de nós acha que é, ou a cultura que nós gostamos, a cultura é muito mais do que isso, é muito mais transversal, muito mais heterogénea – e portanto, eu acho que este Executivo tem feito um investimento claro naquilo que é a cultura em Pombal, não só na cidade, mas também no Concelho de Pombal.

E, portanto, acho que a estratégia deve continuar a ser a mesma, deve continuar a haver investimento, seja no Bodo, seja no Natal. Eu, que trabalho aqui no centro da cidade, tenho visto, agora nestes dias, a dinâmica que as iniciativas de Natal têm trazido à cidade, todos os dias autocarros e autocarros, carrinhas com crianças que têm iniciativas aqui, no Jardim do Cardal, na tenda que foi colocada, os concertos que têm acontecido, a dinâmica que isso tem trazido. E se tiverem dúvidas do impacto positivo que isto tem na comunidade, falem com os comerciantes, falem com as pessoas que andam na rua, falem com as pessoas que estão a gostar de viver e sentir aquilo que é o espírito natalício.

E a pergunta que eu aqui também deixava ao Partido Socialista é qual é que era a alternativa, o que é que fariam se estivessem a governar. É que é muito bonito vir aqui dizer que se está a gastar € 250.000,00 no Natal. E então, a alternativa? Não faziam, não comemoravam o Natal? Assumam isso, tenham coragem, digam: "Nós, se governássemos, não comemorávamos o Natal em Pombal." Muito bem, é legítimo, é uma opção. Agora, não se limitem a vir criticar ou a vir questionar o investimento, apresentem alternativas, apresentem soluções. Vocês são ótimos a questionar contas, mas são péssimos a propor alternativas. É o vosso problema, estão tão

focados em encontrar o problema, estão focados em denegrir o trabalho que está a ser feito, e não estão muito preocupados em propor alternativas para o desenvolvimento do concelho, esse é o vosso problema. Passou um ano, e na minha modesta opinião, ainda não aprenderam e ainda não perceberam que não é isso que os Pombalenses esperam de vocês. Sobranceria é o que V. Exas. têm.

Mas, continuando o meu raciocínio, acho que o investimento que tem sido feito ao nível cultural, ao nível do Bodo, ao nível do Natal, ao nível da Casa Varela, ao nível do Teatro Cine, ao nível do Festival de Teatro, ao nível do "Sete Sóis, Sete Luas", demonstra efetivamente que o Concelho de Pombal investe na cultura e investe nas pessoas. E acho que, a nível regional, e até comparativamente com outras cidades de maior dimensão, como é o caso da capital do distrito, eu questiono quantas cidades aqui à volta, ou quantos concelhos aqui à volta é que têm a dinâmica cultural que, ao dia de hoje, o Concelho de Pombal tem.

E portanto, uma nota extremamente positiva por aquilo que este Executivo tem feito em prol do concelho, em prol das pessoas e em prol da cultura em Pombal. E volto a dizer que a cultura não é só o que V. Exas. acham que é cultura; a cultura é aquilo que as pessoas efetivamente gostam, gostam de fruir, são os gostos pessoais de cada pessoa que devem ser tidos em conta, e não o que V. Exas., arautos de alguma intelectualidade, entendem que é a cultura vigente e a cultura reinante.

E continuando nesta linha de raciocínio, uma nota muito positiva para aquilo que foi a medida da Via Verde para o Investimento.

O Município percebeu que, obviamente, uma das estratégias de desenvolvimento do território era atrair pessoas, era atrair investimento, era atrair empresas. E portanto, uma nota positiva também para isso, para aquilo que está a ser feito na Zona Industrial da Formiga, para aquilo que também já foi feito – que era um projeto que vinha de trás, e que teve que ser continuado – na entrada da cidade. Porque obviamente que o primeiro ano de mandato é um ano de adaptação, a equipa é toda nova, naturalmente que herdou, e bem, aquilo que havia para herdar do Executivo anterior, porque é uma gestão que também a nós, PSD, nos orgulha, a gestão dos últimos trinta anos do PSD em Pombal, sem qualquer problema dizemos que é uma gestão que nos orgulha, este Executivo herdou, e bem, essa herança, continuou os projetos que estavam em curso, e acrescentou uma nova ambição, que foi a isso que se propôs, aquando das últimas eleições autárquicas. Propôs um concelho mais verde, mais atrativo e mais digital. E na minha modesta opinião, isso tem sido conseguido, à exceção de algumas pessoas que, efetivamente – alguma oposição orgânica, e outra oposição inorgânica – teimam em procurar o problema, que teimam em encontrar problemas onde eles não existem, simplesmente para destruir, e não para construir.

Posto isto, dar também aqui nota positiva àquilo que tem sido a política fiscal do Concelho de Pombal. Temos feito investimento, continuamos a fazer investimento – vamos, a seguir, discutir um Orçamento para o próximo ano que representa muito investimento, e mesmo assim, continuamos com uma política fiscal amiga das pessoas e amiga das empresas.

E comparem, por exemplo, e estou a comparar -, não por ser do Partido Socialista, mas por ser a capital do distrito-, com o Concelho de Leiria, que é um concelho que, ao final do ano, tem superavit financeiro, tem sempre resultados transitados bastante generosos para o ano seguinte, e que, ao nível do IRS, tem a taxa máxima de IRS aplicada aos seus munícipes, ao contrário de Pombal, que há vários anos tem feito um esforço no sentido de devolver rendimentos aos Pombalenses. E isto é uma verdade, ou seja, não se pode querer que sem ovos se façam omeletes, e a verdade é que nós aqui, em Pombal, continuamos a investir, a ter

investimento, e mesmo assim continuamos a ter uma política fiscal amiga das famílias e das empresas.
Posto isto, a nota que eu dou, e que eu julgo que o PSD dará a esta equipa – e a equipa não se resume só ao Presidente da Câmara e aos Vereadores, também aos Senhores Presidentes de Junta – é uma nota muito positiva, daquilo que é o trabalho que tem sido desenvolvido ao longo deste primeiro ano.
Portanto, o que eu vos peço é que mantenham o foco, tenham sempre o programa eleitoral que foi sufragado por uma ampla maioria de Pombalenses nas últimas autárquicas, junto de vós, e cumpram o programa eleitoral, e efetivamente tragam mais pessoas e mais empresas para o Concelho de Pombal, porque é disso que nós precisamos.
Muito obrigado."
João Varela Coelho (PS):
"Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.
As perguntas estão feitas, foram feitas ao Senhor Presidente da Câmara, não foram feitas à Bancada do Partido Social Democrata. Ainda assim, faz aquilo que entende que deve fazer, não corresponde necessariamente àquilo que nós devíamos estar aqui todos a fazer, que era a fiscalizar o trabalho da Câmara Municipal. É isso que nos compete. E nesse sentido, não estamos a avaliar a qualidade do resultado obtido com as Festas do Bodo, mas sim o resultado da gestão da Câmara em relação às contas do Bodo. E o que foi prometido para 2022 é que iriam ser gastos € 250.000,00, e aquilo que aconteceu é que foram gastos € 600.000,00 - € 592.000,00, para ser mais preciso. Foi o Senhor Deputado Renato Guardado que o disse.
Portanto, o primeiro esclarecimento é que nós não comparámos com as contas de 2019, ninguém falou das contas de 2019, mas comparámos com o Orçamento para 2022 – e aliás, é um ato que se repete para 2023, o Orçamento para 2023 é exatamente o mesmo. E aquilo que nós perguntamos, legitimamente, é se o resultado final vai ser o mesmo que vai ser em 2022, até porque o modelo das Festas do Bodo está definido, é sem bilhetes a pagar, e portanto, não vale a pena nós inventarmos comparações com coisas que não são comparáveis.
Não está em causa a participação dos Pombalenses nas Festas do Bodo, mas sim a transparência da informação que, neste momento, não é pública. Nós temos acesso à informação porque a requeremos bastas vezes, mas a verdade é que os Pombalenses, de uma forma geral, não têm acesso ao relatório. E nós entendemos que devem ter.
A capacidade de gestão dos orçamentos da Câmara Municipal é que efetivamente está em causa. E portanto, eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, a Bancada do Partido Socialista pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se perante este buraco de € 350.000,00, está contente – não com o resultado, não com o impacto, mas com a gestão do Orçamento Municipal, que, neste caso, obteve um resultado para o dobro do que estava orçamentado.
Em relação ao ranking dos Municípios, mais uma vez, não está em causa o resultado obtido, porque o que nós estamos a questionar é a credibilidade do próprio estudo. A entidade em causa não apresentou os seus atributos enquanto instituição, e os atributos científicos inerentes a um estudo desta magnitude, não demonstrou isso perante a Câmara Municipal, e, no entanto, a Câmara Municipal decidiu pagar € 12.500,00, € 500.000,00, € 50.000,00 não está em causa. Mais uma vez, aquilo que questionamos é a capacidade da Câmara de avaliar onde é que investe o seu dinheiro em propaganda.
Portanto, perguntámos sobre propaganda, de uma forma genérica, ficamos à espera da resposta do Senhor Presidente da Câmara. Entendemos que o Senhor Presidente da Câmara fica muito orgulhoso do resultado obtido, nós também temos muito orgulho em Pombal –

portanto, eu peço encarecidamente ao Senhor Presidente da Câmara que não entre por aí, porque não vale a pena. Aquilo que nós entendemos mesmo é que está em causa a capacidade da Câmara Municipal, do Executivo Municipal, de fazer escolhas deste género, entusiasmada que está em fazer propaganda vazia de conteúdo, de uma forma genérica. Isto não traz mais credibilidade ao concelho, essa é que é a questão; isto traz uma desvalorização dos atributos do concelho, que não precisam de ser avaliados pagando. Se realmente nós quiséssemos valorizar o nosso concelho, já tínhamos resultados, há um estudo feito que, na comparação com os 308 Municípios, colocava Pombal na posição 52, não interessa, não é isso que está em causa.

E portanto, eu espero, honestamente, por um princípio de honestidade, que o Senhor Presidente da Câmara se restrinja a responder à pergunta do Partido Socialista, e não que faça uma derivação – como tem feito também esta Bancada do Partido Social Democrata, demitindo-se da sua função de fiscalizar o órgão executivo – que é ir, ou para a questão nacional – e já lá vamos – ou então, para uma ideia de que há uns melhores do que os outros, que o PSD de Pombal será necessariamente mais apaixonado pelo concelho do que o PS de Pombal. Acreditamos todos que podemos superar isto rapidamente.

Em relação à governação do Partido Socialista, já aqui trouxemos a nossa posição de exigência também em relação ao Governo do Partido Socialista. E portanto, sobre isso, não aceitamos qualquer tipo de lição de moral. Inclusive em relação à questão dos inertes, nós temos, desde o primeiro dia, demonstrado a nossa exigência em relação ao tema, aqui, e em relação também à Administração Central, e inclusive disponibilizámo-nos, e estamos a fazer esse trabalho com os funcionários da Câmara Municipal, a compreender melhor o processo de relação da Câmara Municipal com as entidades, nomeadamente com a Direção Geral de Energia e Geologia, e continuaremos a investir nessa relação com os funcionários da Câmara, a título de esclarecimento, e também estamos disponíveis, como estivemos no caso do tripoli, para levar qualquer ação ao encontro das legítimas expetativas dos cidadãos, nomeadamente na zona afetada – pensamos nós – por esta futura exploração de tripoli.

Esperamos que o Senhor Presidente da Câmara também, mais uma vez, se restrinja só a isto, e mais nada.

O que fizemos aqui, de novo, foi trazer algo que também é um facto, em relação à apresentação de uma proposta em Assembleia Municipal passada, que foi o pedido para que a Câmara, e nós aqui, Partidos em Pombal, PSD e PS de Pombal, nos coloquemos junto das populações do nosso concelho, perante uma dificuldade que a Administração Central, colocada em Lisboa, muitas vezes tem, que é de avaliação dos verdadeiros impactos de algumas decisões no território.

Estaremos sempre ao lado da população de Pombal, em primeiro lugar, contra quem quer que seja, independentemente do Governo que está em funções.

Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Muito obrigado. Não tenho mais inscrições. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra."

Presidente da Câmara Municipal:

"Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimentar o Senhor Presidente, todos os colegas, os Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta, o público que nos acompanha, e todos aqueles que assistem a esta Assembleia Municipal.

Permitam-me, enquanto Presidente de Câmara – e já o fizemos também em sede de reunião de Câmara – associarmo-nos aos votos de pesar, tanto ao Dr. Infante da Costa, todas as palavras

que foram usadas para caracterizar o Dr. Infante da Costa são mais do que justas, porque é realmente alguém que faz parte do património histórico do nosso concelho, porque para além de ter estado na fundação da ETAP, não tenho dúvidas nenhumas – e hoje, quando sabemos que a ETAP continua a ser, do ponto de vista daquilo que é o ensino profissional, uma referência a nível nacional, é fruto também e é mérito de quem esteve na sua génese, no seu lançamento, nas suas bases, nos seus pilares. E por isso, associar-me, naturalmente, ao voto de pesar pelo Dr. Infante da Costa, que tive o privilégio ainda de conhecer e de partilhar também alguns momentos, e sobretudo da mais valia que é aquilo que foi o trabalho desenvolvido ao nível da afirmação do ensino profissional, a nível nacional.

E portanto, associar-me a esse voto de pesar.

Naturalmente que ao Dr. Anézio Gonçalves, em boa hora o Município também entendeu condecorar o Dr. Anézio Gonçalves, foi Presidente desta Assembleia Municipal. Enquanto advogado, isso ficou também bem patente naquilo que é a perceção que os colegas têm, tinha sempre um trato muitíssimo elevado com os colegas, com todas as pessoas com quem lidava na componente profissional, e em termos políticos, não há dúvidas nenhumas – e isso também, felizmente, a maioria de nós teve o privilégio de conhecer em vida – o Dr. Anézio Gonçalves foi um dos principais defensores da democracia local em Pombal, da consolidação da democracia local em Pombal.

E por isso, naturalmente que me associo a esse voto de pesar, que também já tínhamos promovido na reunião de Câmara Municipal, e fica aqui também para a família esse reconhecimento desse trajeto de vida extraordinariamente rico do Dr. Anézio Gonçalves, que fica como um exemplo da forma como ele desempenhava as suas funções, quer profissionais, quer também a sua intervenção pública – naturalmente, nos últimos anos da sua vida, com algum recato, mas sempre com uma elevação também extraordinária.

E por isso, naturalmente que na Assembleia Municipal, esta homenagem que é feita é mais do que justa e merecida.

E também aproveitar para também enviar os meus cumprimentos e os meus sentimentos à Sofia, uma vez que no dia de hoje faleceu o seu pai, e naturalmente que fica aqui uma mensagem de força neste momento difícil, porque também é nestas relações humanas que nós fortalecemos a nossa intervenção na sociedade, e creio que todos nos associamos a esses votos.

Deixem-me só, no início desta minha intervenção, dar aqui uma nota de reconhecimento e de agradecimento aos nossos técnicos do Município, na área da Proteção Civil, da parte das obras, da parte da ação social, porque ainda ontem nós tivemos uma derrocada no nosso concelho, em que fomos obrigados a realojar uma família, e prontamente os nossos serviços agiram, foram ao terreno, e encontraram soluções para aquela família, para aquela situação.

E por isso, deixar essa nota de reconhecimento, assim como a todos os Presidentes de Junta de Freguesia e às suas brigadas, às suas equipas, que nos últimos dias – nós não temos feito alarido disso, mas nos últimos dias têm estado sempre de prontidão e de alerta, relativamente aos últimos dias, e aos avisos da Proteção Civil que temos tido nos últimos dias, é um trabalho que não é visível, porque não aconteceu ainda nenhuma catástrofe, mas eles têm sido impecáveis nas desobstruções de vias, etc., em conjunto também com os nossos técnicos do Município.

E por isso, esse reconhecimento e esse agradecimento a quem trabalha também nesta parte de prevenção, e depois de atuação, para fazer face a estes acontecimentos.

Uma palavra também, que eu acho que é mais do que justa nesta Assembleia Municipal, à ETAP e ao Agrupamento de Escolas de Pombal. A ETAP foi a única candidatura a nível

nacional para ter um centro tecnológico especializado que teve 100% de avaliação na sua candidatura, no âmbito do PRR, o que é realmente notável. Muitas vezes nós temos tendência a falar das coisas menos pela positiva, mas também temos que valorizar aquilo que é bom e que é nosso, é do nosso território. E o Agrupamento de Escolas de Pombal também, um centro tecnológico especializado na área da informática, o outro na área industrial, no âmbito do PRR.

Isto significa que as nossas escolas vão estar mais apetrechadas, do ponto de vista tecnológico, para fazer face à sua missão, e merecem esse reconhecimento, os seus dirigentes e as suas equipas técnicas, porque, realmente, esse trabalho é valioso, e no âmbito do PRR, nós temos tido aqui uma política muito ativa, para puxar uma coisa pela positiva, quer no espaço de coworking, que vai acontecer já no próximo ano, no âmbito de uma candidatura que fizemos à CIM, residência para estudantes do ensino superior do Politécnico de Leiria, que vai acontecer já no próximo ano, também no âmbito de uma candidatura do PRR, em que nós fizemos o projeto, demos o terreno ao IPL para avançarmos com esse procedimento.

A requalificação do IC2, é algo altamente positivo, vai avançar no próximo ano – podemos falar disso depois, na parte do Orçamento – ou na candidatura dos Bairros Comerciais Digitais, na ordem dos € 2.000.000,00 foi uma candidatura nossa, "made in Pombal", e que nós esperamos que, realmente, tenha uma boa finalidade – só para puxarmos por coisas positivas que estão a acontecer no nosso território, fruto do nosso envolvimento.

E agora, vamos responder às perguntas dos Senhores Deputados.

Carla Mariza, eu gostava, sinceramente, que daquilo que é a perceção pública dos temas, dos assuntos, das atividades, que nós partilhássemos aquilo que é a nossa opinião, dos Partidos políticos, dos representantes. E é aquilo que eu faço, que tento fazer, independentemente de cada um achar que os seus mandatos, utiliza da forma que quiser.

Aquilo que foi perguntado foi diretamente: o Natal custou € 250.000,00? O Bodo custou € 350.000,00? Sr. Presidente, justifique lá as rubricas.

Eu acho que é diferente, é perceber: o Natal é comemorado em Pombal porquê? O Bodo é comemorado em Pombal, porquê? E essa é a missão que, muitas vezes, nós deixamos de discutir, para nós percebermos que é importante, em Pombal, que se comemore o Natal, sim ou não? Nós achamos que sim. É importante que o Natal continue a ter uma dinâmica muito positiva, que envolva a nossa comunidade, no sentido de termos um concelho cada vez mais atrativo, sim ou não? Nós achamos que sim. E o investimento que fazemos, €166.000,00 da Câmara Municipal, € 80.000,00 da ADILPOM – e esse investimento é feito sobretudo na parte da iluminação e de segurança.

Aquilo que nos foi perguntado, por e-mail, pelo Senhor Deputado João Coelho, foi respondido, perguntou quanto é que era o orçamento, quais é que eram as responsabilidades das entidades, e nós respondemos. Portanto, não há aqui falta nenhuma de transparência, foi respondido aquilo que foi perguntado, e é aquilo que estava, do ponto de vista do Orçamento, coisa que eu estranho, porque eu disse isso na reunião de Câmara, já há duas ou três semanas – não sei se era pública, ou não, mas eu disse isto já em reunião de Câmara, vocês têm conhecimento, vocês acompanham as reuniões de Câmara, eu sei que essa informação é pública. As reuniões de Câmara são todas públicas, há a última do mês que é com intervenção do público, é diferente.

Vamos usar os termos, as reuniões de Câmara são públicas, e aquilo que eu digo nas reuniões de Câmara, quando me perguntam, a Senhora Vereadora Odete Alves perguntou-me e eu disse-lhe diretamente, custa X, e disse-lhe o valor da despesa, porque, para além disso, está tudo na

plataforma. Ainda perguntaram, puseram em causa se íamos seguir os procedimentos legais, ou não; claro que seguimos todos os procedimentos legais.
Ainda por cima, sabem aquilo que eu mais estranho? É que nós nos conhecemos todos, conhecemo-nos todos e confiamos todos uns nos outros, é preciso ter algum descaramento para pôr em causa a credibilidade das pessoas que aqui estão, quer no Executivo, quer a trabalhar na Câmara, porque se põem em causa os procedimentos, estão a pôr em causa, quer os membros do Executivo, quer os membros da ADILPOM, quer os funcionários públicos que nós temos na Câmara.
Questionaram se os trâmites da contratação pública foram seguidos, e isto significa que, na vossa perceção, podiam não estar. Sabem porquê? Porque ouviram dizer, porque alguns e-mails e alguns requerimentos, entre os quais alguns que entraram aqui hoje, é porque ouviram dizer. E então, substituímos a política séria pela intriga, e nisso, eu não alinho, não alinho na desconfiança, quer dos membros do Executivo, quer dos profissionais desta Câmara. E eu nisso sou muito direto, porque se vocês desconfiam do nosso trabalho, da seriedade de quem está aqui nesta mesa, em todos os Vereadores do PSD e do Partido Socialista, ou dos trabalhadores desta Câmara, eu fico muito chateado, porque são pessoas que trabalham, são pessoas que se dedicam, podem ser pessoas que, naturalmente, possam cometer eventuais erros, só não erra quem não faz, mas pôr em causa a dignidade e a honestidade das pessoas, com isso é preciso ter mais cuidado e V. Exas., nos requerimentos sucessivos que têm promovido e naquilo que são as vossas intervenções, põem em causa, desconfiam daquilo que é a seriedade de quem está atrás desta mesa.
Continuando, até porque eu já disse os valores, e vocês continuam a perguntar, já disse quais é que eram os valores que nós aplicávamos no Bodo, no investimento que fazemos para a comunidade, no sentido de dinamizar o comércio local, e também tornar o nosso território mais atrativo. E é verdade que nós temos tido muitas pessoas a frequentar a nossa cidade, e isso é positivo, porque é um investimento que fazemos, e o retorno é um retorno no comércio e é um retorno nas famílias que podem viver o Natal na sua terra, e não têm que ir para outros territórios. Eu acho que isso é muito positivo.
Segunda pergunta da deputada Carla Mariza, o Bodo, os € 350.000,00 já deviam estar contratados. Deviam estar contratados antes de quê? Antes da guerra na Ucrânia, que começou em fevereiro? O Bodo foi em julho, devíamos ter contratado tudo para o Bodo antes de eclodir a guerra na Ucrânia, é isso? Vocês estão a dizer que nós devíamos ter contratado tudo para o Bodo, porque vinha aí a guerra na Ucrânia? Antes de fevereiro, ou seja, agora, em dezembro, estávamos no Natal, já estávamos a contratar tudo para o Bodo? Não pode ser, é natural, então se ainda temos o Orçamento para aprovar, ainda vão ter a oportunidade de aprovar o Orçamento daqui a bocado.
Portanto, há coisas que se dizem, que é preciso também ter alguma responsabilidade, quem está a gerir a coisa pública, porque eu também ouvi algumas intervenções dos Senhores Deputados do Partido Socialista, a dizerem que a inflação foi só depois da guerra da Ucrânia. Então, devíamos ter preparado o Bodo todo antes da guerra da Ucrânia, como se estivéssemos a adivinhar que vinha aí uma guerra e que a inflação ia ser brutal.
Portanto, é preciso ter em consideração que quem está aqui é gente séria – já vos disse – a maioria destes procedimentos, são todos geridos pelos técnicos nesta Câmara, que têm responsabilidade nas várias unidades orgânicas, e é gente séria, que está tanto no Município, como na PMUGest e na ADILPOM, é gente séria. E, portanto, é esse o procedimento.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação ao Bodo, não há nenhum buraco nas Festas do Bodo. Vocês podem inventar aquilo que quiserem, e isto pode alimentar redes sociais, pode ser extraordinário para vocês dizerem aquilo que disserem. No relatório das Festas do Bodo, aquilo que está é € 350.000,00, com investimento em tudo o que está relacionado direta e indiretamente com o Bodo – estão lá os custos de energia, está lá tudo, nós quisemos colocar tudo, para nós percebermos qual é que é o impacto financeiro que as Festas do Bodo têm para Pombal.
E agora, vou-vos dizer, do ponto de vista sério, vocês vão-me dizer se houve alguma extravagância, dinheiro mal gasto, digam-me. Digam-me assim: "Senhor Presidente, se fossemos nós, não fazíamos isto, ou não fazíamos aquilo." Muito bem, façam esse trabalho. Houve alguma extravagância? Nós gastámos algum dinheiro no Bodo que não devia ter sido gasto? As novidades, quais é que foram?
Criámos o Dia da Diáspora, apostámos mais no Bodo dos Pequeninos, apostámos na Horta Pedagógica, apostámos em novos aspetos diferenciadores, aumentámos o espaço para as empresas, aumentámos o espaço para as instituições aqui no Largo das Tílias, os custos da segurança aumentaram brutalmente, aumentámos os custos com o palco e com as condições técnicas do Palco do Arnado, colocámos os músicos de Pombal todos a atuar nas primeiras partes dos músicos nacionais, que era algo que, há décadas, se exigia. Sim, isso aumentou os custos do Bodo.
Agora, isso é bom ou é mau? Agora, essa é uma avaliação que era interessante fazer: muito bem, € 350.000,00, e agora vamos decidir nós, em conjunto, se este valor – porque foi um valor altamente empolado pela inflação e pelo aumento dos custos dos bens e serviços -, brutalmente, nós tivemos aumentos na ordem dos 60%, e nos WC's e nos camarins, de 80%, só para verem aquilo que é, e só nos palcos e som, são €100.000,00, um terço do orçamento.
Portanto, parece que no Bodo andámos aqui a dar dinheiro às pessoas, e que andámos a desbaratar dinheiro, não foi nada disso, e vocês sabem, porque vocês nos conhecem, e estiveram no Bodo, e foram às várias dinâmicas. Houve alguma extravagância? Tivemos fogo-de-artifício todos os dias? Não, não tivemos. Tivemos algo que, realmente, foi um desperdício de dinheiro? Não, não tivemos. Ou seja, foi algo muito sério, e que deu muito trabalho às pessoas, para montarem o Bodo naquele contexto superexigente, que continua a ser superexigente, de um aumento de custos brutal, de pouca disponibilidade de alguns materiais, nomeadamente do palco e outras condições que tivemos que assegurar para que o Bodo se realizasse naquele contexto e naqueles termos.
E depois, fizemos algo que nunca tinha sido feito, nós fizemos uma análise, uma parceria que fizemos com a NOS, para saber quantas pessoas vinham a Pombal, vamos lá quantificar isto. E vieram mais de 200.000 pessoas a Pombal durante as Festas do Bodo. Isto é brutal, eu acho que isto é muitíssimo importante para sabermos o investimento que estamos a fazer.
E, Senhor Deputado João Coelho, não é nenhum buraco, é um investimento.
Se acharmos que o investimento é elevado, muito bem, vamos reduzir o investimento. Se acharmos que o número de dias do Bodo é elevado, vamos diminuir o número de dias. Se acharmos que as dinâmicas, de ter o Cardal, porque o Cardal é sempre a alma do Bodo, junto com o Arnado, é demais, muito bem, vamos diminuir alguma destas dimensões. Podemos ter essa discussão, deem-nos as vossas sugestões, estamos abertos a isso. Não há mais transparência do que isto, relativamente ao Bodo e relativamente ao natal.
Luís Couto, zona industrial da Formiga, o procedimento correu todo também nas plataformas, como é lógico, é público, nós podemos depois, naturalmente, dar-lhe conhecimento do próprio procedimento.

E é muito importante que o Luís fale no investimento na Zona Industrial da Formiga, é que nós estamos a falar de um investimento de perto de meio milhão de euros. Quando se fala na necessidade de nós apostarmos na requalificação das zonas industriais, estamos a falar na Rua da Indústria, que é uma rua que está realmente num estado em que precisa dessa intervenção, é um projeto que nós herdámos ainda do anterior Executivo, um bom projeto, e que vai requalificar aquela zona.

Portanto, isso é um investimento muito positivo, e que nos próximos dias vai estar no terreno. E isso é bom, porque isso é que é estratégia. Quando vêm aqui à Assembleia Municipal, e só perguntam pelo Natal e pelo Bodo, eu pergunto: Isso é que é importante, estrategicamente, para o desenvolvimento do concelho? É isso que as pessoas lá fora querem, para fazer especulação nas redes sociais, isso é um número giro. Agora, para o foco estratégico, não considero que seja o mais importante e se é investimentos nas zonas industriais, estamos a fazê-lo.

Em relação ao alargamento da rede PomBus, há um projeto do transporte a pedido, neste momento, a ser estudado, que vai ser lançado na próxima terça-feira, em Alvaiázere, no âmbito da CIM, e vamos ver como é que se desenvolve esse projeto, porque nós gostaríamos – e é um compromisso – de alargar a rede PomBus, e eu creio que o transporte a pedido pode ser – como já estava a ser estudado – uma boa solução.

Na questão dos semáforos, eu também já falei numa reunião de Câmara que os semáforos da cidade estão desligados, para fazermos um estudo e análise do trânsito– porque havia sempre a tendência de pessoas dizerem que é melhor os semáforos estarem desligados, porque o trânsito flui mais rápido, e há menos paragens. E então, nós fizemos isso. Eu, em conjunto com a Unidade de Trânsito, decidi que neste período, na primeira parte, era para ficar intermitentes, mas depois a Unidade de Trânsito sugeriu, por questões de segurança – porque o intermitente tanto dava para os carros acelerarem, como para as pessoas irem a passar rápido na passadeira – por uma questão de segurança, que se devia mesmo desligar durante este período os semáforos, para fazer essa análise, para perceber, realmente, qual é que é a eficácia.

Portanto, vamos esperar pelos resultados, depois daremos conhecimento à Assembleia Municipal.

Em relação à Lusiaves, dizer que no seguimento do trabalho, que foi um trabalho importante, desenvolvido pelo grupo de trabalho aqui da Assembleia Municipal, foram pedidos vários esclarecimentos e elementos à empresa, já foram respondidos esses elementos, e neste momento, está na fase final do procedimento, para se poder avançar.

Relativamente ao André Tasqueiro, duas questões, a dos desportos eletrónicos e a do Campeonato Nacional de BMX Free Style.

Dos desportos eletrónicos, é um posicionamento do nosso Município, é um posicionamento que eu considero estratégico. A área do gaming hoje, a nível nacional e internacional, está a assumir proporções muito grandes, e nós estamos agora com uma parceria com a Federação Internacional dos Desportos Eletrónicos, no sentido de termos aqui novas dinâmicas neste domínio, e conseguirmos ter em Pombal competições nacionais nesta área – no caso, este ano, fizemos uma parceria com a Escola Secundária de Pombal, que foi um sucesso, com muita participação, quer de jovens, quer das suas famílias. E esta componente dos desportos eletrónicos é, realmente, uma mais valia que nós temos que continuar a explorar.

Em relação ao Campeonato Nacional de BMX Free Style, foi o primeiro a nível nacional, e também é bom puxar por aspetos positivos. Foi a primeira vez que se realizou um campeonato

nacional de BMX Free Style, que é uma modalidade olímpica, e a primeira vez que se realizou no nosso país, foi em Pombal. A Federação Portuguesa de Ciclismo decidiu que Pombal era o sítio indicado para realizar esta iniciativa, e nós tivemos aqui participantes do país inteiro. E, neste momento, estamos a estabelecer uma parceria com a Federação Portuguesa de Ciclismo, para afirmarmos também essa modalidade, que é uma modalidade olímpica, no nosso concelho – eles agora estão a fazer um projeto de capacitação dos treinadores, para formação de clubes, porque é uma modalidade que ainda não está muito bem organizada, e o objetivo, realmente, é dar-lhe aqui uma nova dinâmica, e vão contar com o nosso apoio, porque também aqui apoiamos os jovens, e os desportos urbanos assumem cada vez mais importância, e nós temos que acompanhar essa tendência, a nível nacional e internacional.

Humberto Lopes, agradeço as palavras relativamente àquilo que tem sido a preocupação do Município com as matérias que suscitou, nomeadamente a questão das cheias, que nos merece a maior preocupação.

Aquilo que eu vos posso dizer relativamente a este projeto, é um projeto em que nós estamos em cima do projeto, no sentido de ele se realizar – aliás, no Orçamento também voltamos a falar sobre este projeto. Nós já tivemos duas reuniões com a APA, e neste momento, o projeto da bacia de retenção e de amortecimento de águas no Barco está em fase de revisão, porque dado o valor do investimento, tem que se fazer uma revisão externa, e é a APA quem ficou responsabilizada por fazer essa revisão do projeto. E ainda ontem, o Dr. Pimenta Machado garantiu-me que em 2023 ia haver um aviso específico para construir esta bacia.

E, portanto, isto, para mim, é muito importante, porque este é um investimento que é estruturante, estamos a falar num investimento que pode chegar aos € 8.000.000,00, e é um investimento estrutural naquilo que é a nossa estratégia de prevenção das cheias. E portanto, nós vamos continuar a batalhar muito neste assunto, porque é, realmente, uma prioridade do ponto de vista da nossa segurança, do nosso território.

Fazer também essa ressalva, da mais valia das Jornadas do Rio Arunca, que contaram com a participação de todos os Presidentes de Junta, dos Srs. Vereadores, tanto os que têm pelouros a tempo inteiro, como dos Srs. Vereadores sem pelouro – e eu agradeço muito a vossa participação, porque a verdade é que foi uma manhã muito produtiva, ouvindo técnicos, ouvindo especialistas, ouvindo pessoas que conhecem muito bem o rio, e que percebem quais é que são as oportunidades que temos de valorizar o nosso rio. E não se resolvem só com indignações; nós dizemos que o rio tem pouco caudal no verão, e que tem muito no inverno, isso não ajuda a resolver os problemas do rio. O que ajuda a resolver os problemas do rio é percebermos tecnicamente o que é que nós podemos fazer para valorizar o rio. E é por isso que nós vamos avançar, em 2023, com o PERLA, que é um Plano Estratégico de Reabilitação das Linhas de Águas, para ter em atenção todas as linhas de água do concelho – não só o Rio Arunca, não só o Rio Anços, a Ribeira de Carnide, a Ribeira do Pranto, mas todas as linhas de água que confluem com estas linhas fluviais principais, porque nós precisamos de ter uma estratégia conjunta, e estamos a trabalhar já também nesse aspeto, esperando também que haja financiamento comunitário, que nos ajude a alavancar este tipo de iniciativas, como já nos foi dito que, à partida, iria haver.

E, naturalmente, agradecer o envolvimento das freguesias, porque é muito importante o seu envolvimento neste e noutros domínios.

Em relação às questões colocadas pelo deputado João Coelho, no que concerne à exploração de inertes, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal já respondeu qual é o ponto de situação.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu acho, na minha opinião, que é muito ingrata a sua afirmação, de dizer que os Presidentes de Junta de Freguesia foram a reboque de outros, porque o que eu sei, no meu território, é que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal e o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, desde a primeira hora, estiveram ao lado da população, no sentido de ajudar a esclarecer, relativamente às situações. Portanto, é muito ingrato dizer que foram a reboque, por mais mérito que tenham outros Presidentes das Juntas de Freguesia, mas os nossos, os do nosso concelho, estão empenhados desde a primeira hora na defesa das populações, e sobretudo no esclarecimento, e não na demagogia – a demagogia é dizer que não se deve fazer nada; o esclarecimento é dizer que se pode fazer aquilo que for o melhor, em termos daquilo que é a valorização do território, e aquilo que é o interesse económico da exploração. Isso é que é sério, a demagogia é dizer que não se pode fazer nada em lado nenhum, e isso é diferente. E os nossos Presidentes de Junta de Freguesia, ambos, têm tido uma atitude muitíssimo responsável, em ambos os casos.
E no caso da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, desde a primeira hora que o Senhor Vereador Pedro Navega participou em todas as reuniões, eu próprio, articulando com o Senhor Vereador da Câmara Municipal de Leiria, criámos um grupo de trabalho, como eu já vos disse na última Assembleia Municipal, criámos um grupo de trabalho, envolvendo os dois Municípios, as duas Juntas de Freguesia, os representantes da população de ambos os lados, para acompanhar em pormenor.
Portanto, aquilo que disse, acho eu, no mínimo, é altamente ingrato – mas, é a minha opinião, falando das pessoas e do processo.
E em relação ao PSD de Olhão, a última coisa que eu esperava era o Sr. Deputado João Coelho vir para uma Assembleia Municipal defender as posições do PSD, ou subscrever as posições do PSD. Acho que tem valor próprio para defender as posições que o Partido Socialista poderia defender, porque depois, tínhamos que ir a outras Câmaras do Partido Socialista que participaram neste relatório e dizer o mesmo. Portanto, é mais fácil usar as afirmações do PSD, ainda que seja de outro concelho. Mas, ainda bem que o PSD continua a ser referência para V. Exas.
Em relação ao deputado João Pimpão, Presidente de Junta de Freguesia e membro da Assembleia Municipal, dizer que, realmente, nesta questão da exploração dos inertes, é muito interessante falar sobre a situação dos inertes, eu já dei a justificação, que é uma justificação jurídica, relativamente à exploração dos inertes e à não aplicabilidade do regulamento, e o que é certo é que nós temos um Decreto-lei, que é o Decreto-lei n.º 30/2021, art.º 76.º, que diz que as taxas que os Municípios poderão aplicar estão dependentes de uma portaria dos membros do Governo na área das finanças e da geologia. E portanto, não havendo essa portaria, nós não podemos aplicar nenhuma taxa. E eu creio que isto é muito importante, e é uma portaria dos membros do Governo.
Culpar a Câmara, o Município, os autarcas que aqui estão, pela não aplicação dessa taxa, mais uma vez, pode ficar bem noutros fóruns; quando falamos em seriedade política, já não fica tão bem, porque a taxa não é aplicada, não é por falta de vontade, ou por falta de coragem, ou por outro motivo qualquer, é porque não pode ser, e aquele regulamento não é um regulamento que seja aplicável, ponto final, porque a taxa só pode ser aplicada depois de vir uma portaria dos membros do Governo. E com isso não quero dizer que o Governo é do Partido Socialista, ou do PSD, o Governo podia ser de um Partido qualquer – neste momento, até é do Partido Socialista, mas isso, para mim, não é o mais importante, de longe. O mais importante

é que eu não posso aplicar a taxa porque não existe portaria, ponto final. Tudo o resto é, mais uma vez, demagogia que fica bem.
Relativamente ao Renato Guardado, salientar mais uma vez aquilo que foram as posições relativamente ao impacto que este tipo de eventos, que nós assumimos, que são eventos importantes para a promoção do nosso concelho. E então, tem que haver investimento. Não é prejuízo, é investimento, nós assumimos, nós temos isso no Orçamento, nós sabemos que vamos investir nesses eventos porque queremos promover Pombal, queremos dar dinâmica a Pombal, queremos ser mais atrativos, como investimos noutras áreas, como investimos no saneamento, como investimos nas escolas, como investimos no desporto, como investimos na cultura, porque isso são investimentos que tornam o nosso concelho cada vez mais atrativo. É nesse sentido que fazemos esses investimentos.
Ao Presidente José Manuel Marques, subscrever as suas preocupações, e o seu acompanhamento de proximidade. O trabalho dos Presidentes de Juntas de Freguesia é extraordinariamente importante neste tipo de procedimentos, porque estão perto das populações, sabem quais é que são as suas preocupações, mas também têm responsabilidade. E isso é muito importante.
Em relação ao João Antunes dos Santos, já não tenho tempo para poder responder a todas as questões que o deputado João Santos colocou, mas posso dizer que considero que estamos a fazer um trabalho no sentido de corresponder às expetativas que as pessoas colocaram em nós, que é sermos humildes, sermos sérios, sermos trabalhadores, e colocarmos os interesses do nosso concelho à frente dos nossos interesses pessoais e dos interesses partidários. E creio que isso, estamos a conseguir fazer.
Para além disso, nós estamos a conseguir fazer uma coisa muito interessante, é que estamos a criar uma onda de mobilização das pessoas em prol dos principais desígnios de desenvolvimento do nosso concelho, e isso é muito importante. Porque se hoje queremos um concelho cada vez mais verde, mais digital, mais atrativo, o que é que nós temos que fazer? É mobilizar a nossa comunidade nestes desígnios. E eu creio que, com humildade, com os pés no chão, sabendo que os tempos que aí vêm são muito exigentes, estamos a conseguir dar essa mensagem de esperança à nossa população.
Obrigado."

Nesta altura o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que chegou uma inscrição à Mesa, do munícipe Telmo Dinis Lopes, cujo tema são as Obras na Zona industrial da Formiga.
De seguida deu a palavra ao referido munícipe.
Telmo Lopes (Munícipe):
"Boa tarde, Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes, todos os membros da Assembleia.
O tema que me traz a intervir na Assembleia já foi abordado na mesma, incluindo pelo Senhor Presidente, que disse que as obras na Rua da Indústria iriam começar nos próximos dias.
Eu tive oportunidade, por motivos profissionais, de circular na Rua da Indústria ainda esta semana, e se o Senhor Presidente tiver essa informação, gostaria que dissesse aos Pombalenses quando é que as obras vão começar – o dia exato – e caso não tenha, que tenha em consideração que o estado atual daquela rua não pode esperar muitos dias mais, sem nem que seja um remendo, uma brita, qualquer coisa, porque é – eu ia dizer "vergonhoso", para o Município, penso eu, ter aquela rua na Zona Industrial naquele estado, o que prejudica muito

as empresas que lá estão, porque muitas delas têm a porta aberta, e sinceramente, não sei como é que se aguentam estes meses todos com a rua naquele estado.
Muito obrigado."

Presidente da Câmara Municipal:

"Agradecendo mais uma vez a preocupação, porque é uma preocupação legítima, que tem a ver com um investimento muito importante, como referi na minha intervenção inicial. Dizer que ainda hoje mesmo há uma reunião também dos técnicos do Município com o empreiteiro, que na próxima semana garantidamente começarão as obras, naturalmente neste contexto, mas começarão as obras de intervenção na requalificação da Rua da Indústria, na zona industrial da Formiga, o que era um desejo antigo, e que vai ser uma realidade.
Obrigado."

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto n.º 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

"Obrigado, Presidente.
Eu, aqui neste ponto, tenho só aqui umas notas, uma coisa simples.
Na pág. 18, e é um alerta e um pedido que eu queria deixar, crianças com necessidades especiais. É um tema que diz muito a algumas pessoas, e eu tenho que o dizer aqui publicamente, também como Presidente de Junta, que tenho sentido na minha freguesia, nas minhas escolas, um dilema, ou seja, tenho informação de que existem algumas crianças em fila de espera, já há algum tempo, logo para o primeiro diagnóstico. E eu aqui vejo, na pág. 18, que o Município, e bem – e não é deste ano, já vem de há uns anos anteriores, com uma intervenção dirigida e individualizada. Ou seja, há aqui uma equipa para a educação inclusiva, que tem um conjunto de técnicos – e também queria enaltecer, que também sei isso, esses técnicos são altamente profissionais nas suas áreas – em que o próprio Município está a assumir – e assinou, podem ver também na pág. 18 – um Protocolo em que se assume como entidade responsável pela prestação de cuidados de saúde.
Ou seja, nesta matéria, o próprio Município, certamente porque as entidades que têm responsabilidades nesta matéria não terão os meios humanos e os recursos suficientes, e aqui o Município também se está a substituir, a fazer este trabalho, em áreas como a nutrição, a terapia da fala, a psicomotricidade e a psicologia clínica.
Ou seja, o que é que eu apelo ao Município? Espero que no próximo Orçamento também haja um reforço de meios, de recursos humanos nesta área, porque esta é uma área que nós vamos percebendo que não tem respostas, e as pessoas, as famílias, os pais, as mães que se deparam com estas crianças, ficam sem saber o que fazer. Ou seja, mais uma vez aqui o Município – e também os parabéns aos técnicos que sei que trabalham nestas áreas, e que são poucos para todas estas crianças.
Agora, outra palavra aqui, na pág. 19, para a cultura. Já aqui foi falado, também enaltecer o trabalho do Município, os técnicos que trabalham no Teatro Cine, na Casa Varela. Podem

notar, residência artística na Casa Varela, quarenta e sete, é o número que lá está escrito. E depois, um número que eu achei curioso, que são as receitas do Teatro Cine. O Teatro Cine teve de receitas € 8.905,00, ou seja, no fundo, a alugar o espaço, pelo que eu percebi. Portanto, a cultura nem sempre é só despesa, há aqui também uma receita que certamente dará para alguma manutenção – que não é o que está em causa. Ou seja, a cultura, quem olhe – e já foi aqui discutido muito o que é que é a cultura, cada um tem a sua opinião sobre cultura, mas, no fundo, eu não consigo ver a cultura a dar lucro, sinceramente.

Outra preocupação, nas pág. 20 e 21, saneamento. Estão a ser investidos milhões de euros por este Município em várias freguesias – e estão aqui ao lado, quer na parte Oeste, Louriçal e Almagreira. Mas, há aqui um dado que eu não consegui ainda perceber: nove ramais – isso também está lá escrito – em 2022 estão lá setecentos e trinta e oito, mas depois há uma rubrica "Ofícios para ligação à rede", ou seja, aquela obrigação, que nós todos temos esta preocupação, no fim de a rede estar concluída, como é que nós depois vamos obrigar, no fundo, a que as pessoas liguem, que é o objetivo. Ou seja, há a rede de saneamento, há os milhões de euros investidos. E eu fui somar o ano, neste ano temos nove pedidos, há aqui qualquer coisa que temos que reforçar, certamente.

Pág. 28, obras particulares – e está aqui também o Vereador Pedro Navega, eu faço-lhe este apelo, as contas que eu fiz também são muito simples: temos seiscentos e cinquenta e seis pedidos submetidos, e foram analisados seiscentos e setenta e um neste período desta informação, o que é positivo – ou seja, há um saldo facilmente percetível de quinze processos. A minha preocupação são os tais mil e vinte e oito que estarão em análise. E aí, faço o apelo: claro que a nível de Orçamento, temos de reforçar aqui, certamente, os recursos humanos, ou então este número em que estes pedidos estão em curso, é este somatório. Por isso é que eu fiquei preocupado quando vi aqui mil e vinte e oito. Mas, é uma preocupação porquê? Já aqui foi falado também, os nossos investidores, promotores e famílias não poderão esperar muito tempo pela análise de um processo. Ou seja, é uma área que, na minha opinião, se queremos dinamizar, e bem -, e o Município está a fazer esse trabalho – a economia, temos que alavancar aqui este setor das obras particulares, no fundo para minimizar os tempos de resposta. É este desígnio que eu também deixo aqui.

Obrigado."

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

"Muito bem, Senhor Presidente.

Vestindo aqui a minha pele de fiscalizador, no seguimento ali do repto do Senhor Deputado João Coelho, três questões muito concretas ao Senhor Presidente, no seguimento da informação que presta a esta Assembleia Municipal.

Relativamente à reflorestação do talhão oitenta e oito da Mata do Urso, sem prejuízo de, obviamente, ter sido uma promessa eleitoral, plantar uma árvore por cada voto, pergunto-lhe, efetivamente – eu penso que a Mata do Urso ainda é uma mata nacional, não é uma mata municipal – se isto não devia ser papel do ICNF, ou papel do Estado Central, se tivemos alguma contrapartida com esta reflorestação, ou se, efetivamente, mais uma vez, o Município se está a substituir àquilo que devia ser o papel do Estado Central, e está a fazer aquilo que, neste caso, o Governo Socialista não faz, que não tem uma estratégia para a Mata do Urso depois dos incêndios que afetaram esta zona, e se mais uma vez o Município está aqui a fazer aquilo que o Governo não faz, sem nenhum tipo de contrapartida – a não ser, obviamente, o bem-estar coletivo e o cumprimento também dessa promessa eleitoral.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Vi isto e saltou-me à vista, porque, efetivamente, se trata de uma mata nacional, e não de uma mata municipal.
Depois, quanto à estratégia Pombal 2030, o Pombal 2030 é uma marca que me diz muito, porque há uns anos, quando eu era dirigente partidário noutro tipo de funções, na altura, acho que inaugurei este desígnio em Pombal, e organizei algumas coisas neste sentido, e agora vejo com bons olhos, efetivamente, o Município de Pombal estar a investir – porque, obviamente, não há frutos, não há retorno sem investimento, e isso é claro, como é óbvio – estar a investir aqui num plano, numa estratégia a médio prazo para percebermos o que queremos, para onde queremos ir, para onde é que o concelho deve efetivamente evoluir.
E o que eu lhe pergunto, Senhor Presidente – acredito que ao dia de hoje, obviamente, ainda não há conclusões, porque este processo se iniciou há bem pouco tempo, e está a mobilizar toda a comunidade, como se pode ver aí nos outdoors na rua, onde se pede efetivamente às pessoas para colaborar e responderem a alguns inquéritos. O que eu lhe pergunto é qual é que é o timing, quando é que se perspetiva que tenhamos algumas conclusões deste plano, o que é que se pretende com o plano, e qual é que, efetivamente, é o passo seguinte, no fim de termos estas conclusões, e termos este conjunto de iniciativas finalizado.
E por fim, aqui na informação do Presidente constam várias iniciativas relacionadas com o Politécnico de Leiria, nomeadamente reunião com o novo Presidente, receção aos alunos, a questão também da residência de estudantes. E tendo este também sido um tema da última Assembleia Municipal, onde inclusive ficámos a perceber que o Partido Socialista tinha dúvidas sobre se queria ou não um Polo do Politécnico, em Pombal, o que eu lhe pergunto é se, ao dia de hoje, há alguma certeza relativamente àquilo que vai ser o futuro da residência de estudantes em Pombal, e àquilo que vai ser o futuro do ensino superior em Pombal.
Muito obrigado."

Carla Mariza (PS):
"Senhor Presidente, nós não estamos aqui para clarificar quem é honesto ou quem não é honesto nesta sala. Na Assembleia Municipal, nós estamos apenas a questionar, para tornar as coisas mais percetíveis, partindo do pressuposto de que todos somos honestos. Não estamos a avaliar graus nem maneiras de ser de cada um, mas enfim.
Relativamente à pág. 19, a cultura, que para nós é uma área que também privilegiamos muito, mas temos que a saber planear, e de certa forma organizar, tendo em conta também a sustentabilidade.
No que concerne à Casa Varela, desde fevereiro deste ano que sabemos que o Diretor Artístico saiu, o Filipe Eusébio, e, neste momento, não conhecemos nem sabemos quem é o Diretor Artístico que gere este espaço de cultura, tendo em conta que nós achamos que deve ser um espaço cultural organizado, independente, devidamente concertado. Portanto, não percebemos muito bem, porque também achamos que a cultura em Pombal não tem que depender de um Departamento, ou de uma Divisão, ou de um pelouro; tem que estar adjudicada a um responsável que organize e que planeie a agenda cultural e os acontecimentos culturais em Pombal.
Portanto, o que nós queríamos saber aqui também, relativamente a esta questão, era quem é o Diretor Artístico da Casa Varela, e quem é o responsável pela programação cultural de Pombal, tendo em conta aqui o ponto da pág. 19 das informações do Presidente."

Ilídio da Mota (PPD/PSD):

"Senhor Presidente, através de V. Exa., cumprimento todos os presentes, e todos os que nos seguem pelas redes sociais, aproveitando também, desde já, para endereçar os votos de boas festas e de um bom ano de 2023.

Dava nota, relativamente à questão do Pelouro da Ação Social, na pág. 2, estão as informações da CPCJ. Como membro da Assembleia Municipal, faço parte da comissão alargada da CPCJ, reunimos regularmente. E na última reunião de outubro – partilhava esta informação com a Assembleia Municipal – questionei a Senhora Presidente da CPCJ se tinha todos os meios de que necessitava, da parte da Câmara, e colaboração para o desenvolvimento das suas atividades – dando nota, desde já, de que estavam, na altura, com 188 processos em curso, ativos, neste ano que corre. E ela respondeu que tem toda a colaboração do Município, tudo o que lhe solicita é correspondido, e portanto, tem a total colaboração, o que é realmente de louvar. Disse que nunca lhe faltou nada na questão das visitas domiciliárias, porque necessita de uma viatura para se deslocar, e a Câmara, sempre que é pedido, corresponde com a viatura, nunca faltou com isso, notando ela que sente que a Câmara faz um grande esforço para ceder a viatura – não por falta de carros, mas por falta de motorista, de alguém que dirija a viatura. E então, a Câmara desdobra-se em esforços para ir buscar alguém, e vai "roubar" algum recurso humano que está a fazer falta noutro lado, para poder levar as técnicas até essa visita domiciliária. O motivo será porque os carros são do Município, as técnicas da CPCJ não são funcionárias do Município, e como tal, não podem conduzir os carros.

Deixava aqui esta nota, no sentido de perceber se há alguma diligência jurídica, algum protocolo que poderia ser desenvolvido para ultrapassar esse problema, para não haver este constrangimento.

Outro assunto, relativamente à parte das obras públicas. Na pág. 17 está uma menção à Estrada Municipal 532-2, da União de Freguesias de Santiago, S. Simão e Albergaria dos Doze, a estrada que liga Santiago de Litém pelas Boldrarias, S. Francisco, Barrocas, Pombal. Esta estrada está em obras desde o mandato passado, e há um troço desta obra, entre a Estação de Vermoil e as Boldrarias, que está cortado, tem uma placa de cada lado que diz "trânsito interdito, exceto residentes, veículos de emergência e transportes públicos urbanos". Isto impede a circulação normal na via das pessoas que precisem de se deslocar, que não têm grandes alternativas. E não se veem obras neste troço há imensos meses.

Questionava qual era o motivo – está aqui indicado que a obra está executada a 59% - o que é que se passa para que não haja obras, e para que o trânsito esteja interdito. Caso isto seja uma situação demorada, no sentido de causar menos transtorno, parece-me que resolvendo uma questão com sinalização melhor, que se pudesse retirar estas placas e permitir a passagem de todas as viaturas. Há duas caixas que estão sobrelevadas, que poderiam ser niveladas com o pavimento, e a circulação poderia ser feita sem causar tantos transtornos.

E com isto, terminava a minha intervenção.

Muito obrigado."

Carla Leitão (PS):

"Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia e boa tarde a todos os presentes.

No dia 29 de setembro de 2022, na última Assembleia, alertámos para a necessidade de os alunos do desporto escolar, mais especificamente desporto escolar adaptado do Agrupamento de Escolas de Pombal, poderem usufruir da natação adaptada, algo que é integrado no seu horário e no seu currículo adaptado.

Sublinhámos que com a pandemia, perderam esta possibilidade, e que no regresso à escola, ao regime presencial, foi solicitado o apoio ao Município e à Junta de Freguesia na cedência de transporte para as Piscinas Municipais, pois sem este apoio seria impossível a deslocação dos mesmos.

O Senhor Presidente mostrou-se preocupado, comprometeu-se, e referiu que se iria responsabilizar pela resolução desta situação, fazendo uma nota nos seus apontamentos. No entanto, pelo que sei, o Agrupamento já solicitou este apoio e ainda não obteve qualquer resposta. Ainda esta semana, voltou a solicitar e a questionar como é que estaria a situação, e não foi elucidado. Os alunos continuam sem usufruir deste bem.

Senhor Presidente, não é só fazer roteiros, não é só aparecer, o importante é a ação. Esta é que permite resolver os problemas. Estes jovens precisam de todas as valências que lhes possamos dar, para o seu desenvolvimento e para o seu bem-estar. É desolador perceber que este Município não tem capacidade para ação, para ser um parceiro do Agrupamento no desenvolvimento e bem-estar de todos, e em particular destes alunos vulneráveis.

Relativamente ao PomBike, outra questão que nós gostaríamos, como Bancada, de esclarecer. Gostaríamos de ser esclarecidos quanto à taxa de uso das bicicletas integrantes deste projeto, qual a conclusão a que chegaram, na realidade, se já fizeram o balanço acerca do mesmo, e como pretendem torná-lo eficaz, tendo em conta os objetivos elencados na sua criação.

Passando a outro ponto das informações, os desfibrilhadores. A Bancada do PS questiona qual o ponto de situação quanto à implantação de desfibrilhadores. Sabemos que 32 formandos realizaram a formação de suporte básico de vida e DAE; no entanto, nada se sabe relativamente ao aluguer/compra de desfibrilhadores e à sua efetiva implantação.

Também gostaríamos de saber se após a apresentação da recomendação do PS, realizaram alterações ou melhorias no número de desfibrilhadores a disponibilizar, bem como os seus locais de implementação.

Senhor Presidente, gostaria de deixar aqui que estas questões que nós gostaríamos de ver esclarecidas, não servem para ferir a integridade das pessoas, seja do Executivo, funcionários, técnicos; só questionamos a competência do Executivo, pois é este o timoneiro de todas as ações.

Senhor Presidente, todos nos conhecemos, é verdade; no entanto, todos estamos aqui em representação dos Pombalenses. O senhor apela sempre ao sentimento, mas também lhe digo que os amigos são aqueles a quem permitimos a crítica, as observações e as partilhas boas e más. Vejo que o senhor não é amigo dos membros da Bancada do PS, mas meramente nos considera conhecidos, porque fica sempre sensibilizado com tudo o que lhe é questionado. O senhor é o Presidente do Município e nós somos a Bancada do PS, que representa quem nos elegeu, e merece o respeito de todos, até de vós.

E vou ficar por aqui. Agradeço, então, um esclarecimento, tendo em conta estes três assuntos que eu referi."

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

"Senhor Presidente, eu queria felicitá-lo pelas comemorações do Dia do Município, nomeadamente pela atividade do "Domingão" da SIC, que permitiu levar à Freguesia de Meirinhas, a Floribela.

Foi muito interessante, as pessoas gostaram muito, tivemos uma adesão popular bastante grande. Também foi muito importante para o território a promoção feita na SIC, durante aquele dia todo. Julgo, Senhor Presidente, que este canal, das tardes das televisões, é muitíssimo importante, pois nós não podemos dizer que somos um Município da diáspora, e

depois não esperar que os nossos emigrantes tenham o nosso contacto, e o carinho de ver os seus familiares, no estrangeiro, em qualquer parte do mundo.
Estes programas, além de serem uma marca territorial importante, são uma importante fonte de ligação entre a nossa comunidade Pombalense. Eu estive, nas funções anteriores, muitas vezes no estrangeiro, e vi a alegria que os nossos emigrantes têm quando nos veem, quando nos veem na televisão, e o amor que eles têm à terra natal.
Custe meio Bodo, custe um Bodo inteiro, Senhor Presidente, deve o Concelho de Pombal promover este tipo de eventos, que une muito a nossa diáspora.
Também queria dar-lhe os parabéns, a si e à Câmara Municipal toda, pelas extraordinárias jornadas do Rio Arunca. Foi uma organização muito bem feita, tecnicamente muito capaz, com um período de tempo também bom – uma manhã, ótimo. Julgo que era importante replicar este tipo de jornadas. Foram tão boas que até o rio já tem água, foram muito eficazes. Era muito importante replicar este tipo de iniciativas, nomeadamente, se calhar, na parte mais industrial, na parte mais comercial, se calhar pegar-se por subtemas, ligados à indústria extrativa, se calhar também ligados à indústria da construção civil, aos novos modelos de construção, aos novos modelos de circularidade. Isto era importante, este tipo de jornadas, e ser o Município o promotor, no Concelho de Pombal, que não tem uma associação digna do seu nome, de empresários e industriais, era importante que o Município criasse esta consciência crítica, com este tipo de eventos.
Senhor Presidente, também a bem da verdade, e a bem do pensamento, da estratégia e da ação local, quero dar-lhe os meus parabéns pela excelente nomeação que o Município fez de Coordenador de Proteção Civil Municipal. Penso que é um homem tecnicamente capaz. O Município de Pombal, na Proteção Civil, nunca teve uma permanência de um serviço digno, sempre teve um serviço que respondia, é claro, mas nunca teve um serviço muito robusto. Penso que este novo Coordenador vai permitir robustecer o serviço, e permitir este incremento que é necessário num Município como o nosso, que tem tantos riscos, transversais, quer populacionais, quer ao património, quer à natureza.
Sr. Presidente, a Câmara está de parabéns por esta iniciativa.
Entretanto, também na informação do Presidente, vi que houve reuniões com os Presidentes de Juntas de Freguesia, sim senhor, é para incrementar este nível de reuniões, voltámos ao tempo das reuniões mensais. E também de perceber quando é que poderemos ter a atualização dos valores dos autos de delegação de competências e dos contratos interadministrativos, que já vamos com um ano e meio de mandato, e precisamos desse assunto resolvido.
Senhor Presidente, e da minha parte, queria agradecer-lhe o trabalho, a si e à Câmara, também à Senhora Vereadora Odete Alves e ao Senhor Vereador Luís Simões, que têm feito o seu trabalho de Oposição, às vezes um bocadinho mais eloquente, mas também de uma maneira mais construtiva.
Obrigado."

João Varela Coelho (PS):

"Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.
Senhor Presidente da Câmara, duas questões. A primeira, em relação a algo que está na pág. 11 das informações do Presidente, que tem a ver com o protocolo que está estabelecido com o IPL para a instalação de um polo de ensino superior em Pombal. O protocolo prevê – penso que ainda prevê – que o Polo do Ensino Superior esteja a funcionar até setembro de 2023. A minha pergunta é se, da reunião com o responsável do Politécnico, já há alguma evolução no sentido de rever o protocolo, e já agora, qual é que é o novo prazo para a criação do polo do

ensino superior em Pombal, que o Senhor Presidente da Câmara vai pedir nesse novo protocolo. Acreditamos que não será ainda neste mandato, ficamos à espera desse esclarecimento.

E já agora, presto eu também um esclarecimento à Bancada do Partido Social Democrata. Nós não questionámos, em nenhum momento, se o ensino superior estava para funcionar, ou não, em Pombal para 2022/23. Essa dúvida veio da parte do Sr. Presidente da Câmara.

Em relação ao assunto aqui já mencionado várias vezes, as jornadas sobre os desafios e oportunidades do Rio Arunca, que estão mencionadas na pág. 8, damos os parabéns pela iniciativa, louvamos o facto de a Câmara Municipal evidenciar agora algo que não tinha sido uma preocupação do Partido Social Democrata ao longo de muitos e muitos anos. Ainda assim, nós precisamos de um esclarecimento em relação ao requerimento que já enviámos em novembro de 2021, que foi respondido em dezembro de 2021, e que nós reforçámos no dia 8 de março. Em concreto, perguntávamos quais eram os critérios de limpeza e de desobstrução do Rio Arunca, ou dos cursos de água em geral, mas atendendo à nossa observação dos trabalhos de limpeza que eram feitos no Rio Arunca. Nós perguntámos, e a resposta que nos foi dada era que a limpeza era feita pela PMUGest, com os critérios que estão estabelecidos pela APA.

Louvo o facto de também ter trazido um representante da APA para essas jornadas do Rio Arunca. No entanto, não sei se ele teve oportunidade de esclarecer, ou se teve oportunidade de ser elucidado, que a Câmara Municipal faz, em concreto, no terreno, através da PMUGest, algo que é contrário àquelas que são as indicações da APA.

Para ser mais explícito, o trabalho de limpeza dos rios deve ser feito de jusante para montante, e aquilo que nós observámos várias vezes foi que o trabalho de limpeza estava a ser feito do açude para a cidade de Pombal.

Também é dito nos manuais da APA que este trabalho de limpeza se deve efetuar com equipamentos de corte ligeiro, quando não é feito de forma manual, e foi usada várias vezes também uma giratória, uma máquina de grande porte. Pensamos que isto nem é caso único em Pombal, temos noutros cursos de rio a mesma prática, e não necessariamente da responsabilidade da Câmara Municipal, mas se a Câmara Municipal tem esta preocupação, então perguntamos se tem essa consciência, de que a PMUGest faz o trabalho de forma contrária ao que está prescrito.

Também é dito no manual da APA que deve haver uma preocupação primeira de preservar a fauna e a flora autóctones, e a limpeza foi indiscriminada, ficando árvores de grande porte, mas retirando toda a vegetação que se encontrava no leito do rio.

E por fim, é dito no manual que deve haver uma remoção apenas da vegetação exótica invasora, e como disse, foi removida toda, inclusive a vegetação nativa.

O Senhor Presidente da Câmara mandou responder segundo o manual, mas o manual não está a ser cumprido. Isto já foi no dia 8 de março, agora em novembro tivemos estas jornadas, nós entendemos que há aqui alguma incoerência que deve ser corrigida, algum desconhecimento eventual da Câmara.

Peço ao Senhor Presidente da Câmara que faça o favor de não entender que esta questão seja uma crítica pessoal, como aqui já foi dito. Se o Senhor Presidente da Câmara não quer que nós façamos este reparo – permita-me, é importante nós voltarmos a esclarecer o papel da Assembleia Municipal num determinado ponto: as informações do Senhor Presidente foram entregues com atraso, em relação àquilo que está prescrito no Regimento da Assembleia Municipal, nós tivemos que pressionar os serviços da Câmara para que isto fosse entregue em

devido tempo, e mesmo assim não foi, tivemos que telefonar para os serviços da Câmara para que as informações do Presidente fossem entregues na segunda-feira, à tarde, para não ser ainda mais tarde. Tivemos oportunidade de observar isto.
Se o Senhor Presidente da Câmara entende que toda a pergunta que lhe é feita é um ataque pessoal e é uma desconsideração em relação à honestidade do Senhor Presidente, do Executivo e dos funcionários da Câmara, nós lamentamos, mas não é. E o Senhor Presidente terá que evoluir democraticamente para compreender qual é o papel que cada um desempenha aqui.
E eu até digo mais, desafio qualquer um dos membros da Bancada do Partido Social Democrata e do Executivo a fazer o papel que nós aqui fazemos. É isso que é importante, é isso que os Pombalenses esperam, é para isso que foram eleitos, e é isso que todos nós desejamos.
Muito obrigado."

André Tasqueiro (PPD/PSD):
"Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.
Antes de mais, congratular o Município pela nova forma de organização das informações do Presidente, algo que permite a todos os interessados uma análise mais apelativa da própria informação.
Na pág. 6 das informações do Presidente verificamos que existe um pequeno ponto sobre a discriminação cega efetuada pelas entidades centrais, referente à resposta por parte do Governo, perante os incêndios deste ano. A maior evidência disto foi a abertura, nos últimos dias, de um concurso para equipamentos sociais, em territórios fustigados pelos incêndios, e que consagrou os concelhos aqui à volta, de Ansião, Alvaiázere e Ourém, por uma mera questão percentual. E aqui, fomos prejudicados por sermos, aparentemente, demasiado grandes.
Contudo, perante esta situação, questiono o Município sobre quais os apoios que têm vindo a ser providenciados, e que poderão vir a acontecer no futuro, com o intuito de apoiarmos as populações afetadas, demonstrando que nos estamos a substituir, mais uma vez, às entidades centrais que se descartam de apoiar Pombal.
Muito obrigado."

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):
"Muito obrigado, Sr. Presidente.
Gostaria aqui hoje de deixar uma palavrinha, porque nos últimos dias as chuvas têm sido intensas. E na verdade, o Louriçal situa-se precisamente na Bacia do Pranto. Todos os rios, desde a Ribeira de Carnide, vão ali desaguar. Ora, nós sabemos que temos ali o emissário de Carnide, temos a estação elevatória, e temos a estação de tratamento – que felizmente está numa zona alta, mas a estação elevatória, não, está mesmo na zona de cheias.
Acontece que na última noite, rebentou a jusante a margem esquerda do Rio Pranto, em dois sítios.
Ora bem, aquilo que quero aqui destacar é que aquelas jornadas que aconteceram – e queria aqui falar ao Senhor Presidente de Câmara, aos Senhores Vereadores, e a todos os presentes, e alertar aqui, este pedido urgente, de que essas jornadas são extremamente importantes, mas a verdade é que temos que passar às ações. E porquê? Porque – e eu tenho falado nisto várias vezes – são quilómetros de rios e ribeiros que não são limpos, e o que acontece é isto: neste momento, ao rebentar a margem em dois sítios, do lado esquerdo, a jusante, que é ali entre a zona do piquenique e a Ponte de Casal da Rola, não é o perigo, o homem que cultiva os terrenos – porque os proprietários são muitos – telefonou-me e pediu ajuda. Nós não estamos em condições de ajudar, até porque sabemos que o processo é muito complicado. Mas, queria aqui

pedir ao Senhor Presidente que nós pudéssemos, através da APA e da ARH, de uma vez por todas resolver a questão.
Por exemplo, o Rio Pranto, a última vez que foi limpo, foi em 2016 ou 2017. É claro que aquele rio que leva imensa água, ao ter rebentado, vai acontecer o seguinte: nos próximos meses, não sendo reparado, está a transbordar para o porto de ferro, o Rio Mondego está a ter imensas descargas, a água do Mondego está a recuar, e neste momento, nós estamos, em determinados sítios, já com três metros de água.
O que é que está a acontecer? A estação elevatória ali da zona do piquenique tem duas bombas de elevada potência, corremos riscos sérios de podermos ter um problema na bombagem. Porquê? Porque, naquela zona, todo o acesso à estação está completamente inundado, e hoje e ontem estivemos muito preocupados com a situação, falei com a Senhora Eng.ª Sandra, há zonas que têm os tubos de emergência efetivamente para aqueles pontos, quando a estação de bombagem falha, poder salvaguardar os pontos, já se nota ali esse acontecimento. No entanto, quanto mais tempo estiver esta situação, a margem do rio, do lado esquerdo, vai tendo dezenas ou centenas de metros de rutura.
Queria pedir ao Senhor Presidente, que é um assunto em que a APA não tem feito nada ao longo de dezenas de anos, havia guarda-rios, havia gente que fiscalizava, hoje não há condições para a Junta de Freguesia atuar – até porque soubemos que houve um acidente, e que um jovem faleceu ali, e ainda bem que nem a Junta de Freguesia, nem a Câmara Municipal atuaram, porque, caso contrário, a responsabilidade seria nossa. E então, perceber quem é que vai atuar, o que é que vamos fazer com toda esta situação.
E a questão é esta: aproveitando esta oportunidade de estragos em Lisboa, e em outros pontos do país, que isto também é considerado um problema para todos nós, há que o Estado também ver se nós temos aqui, de uma vez por todas, um apoio, um valor financeiro – falar com o Presidente da APA, que atribua um valor financeiro direto, para que possamos intervir no reforço destas margens, porque quase sempre está a acontecer isto. E agora, a partir da altura em que a estação elevatória foi inaugurada, o perigo é muito maior, porque estamos a falar de uma grande área residencial que está a ser enviada para ali – como sabe, desde a Ribeira de Carnide à zona sul da Almagreira, todo o Louriçal. Isto aqui é preocupante.
Senhor Presidente, queria aqui pedir a máxima atenção, e temos que enviar imediatamente – amanhã enviarei um e-mail à APA, e pedir ao Sr. Presidente que faça o mesmo, para nós podermos analisar aquela questão.
Muito obrigado."

Presidente da Câmara Municipal:

"Muito obrigado, Senhor Presidente.
Muito objetivamente, relativamente às questões colocadas pelo Presidente de Junta, Humberto Lopes, no âmbito das necessidades educativas especiais, nós temos feito em Pombal muito daquilo que vai para além das nossas competências. E como sabe, isto é uma matéria que não foi transferida no âmbito do processo de descentralização – portanto, não somos nós, diretamente, que temos essa responsabilidade. O que é certo é que nós temos uma equipa, que é uma equipa de excelentes profissionais, que fazem um trabalho notável, e que é sempre um trabalho muito inglório, porque nunca chega para todas as necessidades, e nunca conseguem chegar a todo o lado, porque estamos a trabalhar no âmbito de um concelho grande como é o nosso, com três Agrupamentos de Escolas, e naturalmente que o desafio é sempre fazermos mais e melhor, nomeadamente no nosso Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar, do acompanhamento destas crianças.

E por isso, esse reconhecimento é positivo, e nós gostávamos que, realmente, houvesse esse reconhecimento por parte da tutela, por parte do Ministério, para o trabalho que é feito em termos autárquicos, em termos locais, e que houvesse esse reforço, para nós podermos ainda ter capacidade de fazer mais e melhor, para além daquilo que já fazemos, temos seis pessoas, como sabem, só direcionadas para este projeto.

Ao nível da cultura, é muito importante aquilo que o Senhor Presidente da Junta disse. É porque o investimento que fazemos na cultura não é nenhum buraco, nem é nenhum prejuízo; é um investimento que nós fazemos. E o que é certo é que nós temos visto todas as semanas o Teatro Cine cheio de pessoas. O Teatro Cine assumiu-se em Pombal como um ponto de encontro da cultura, e felizmente – felizmente – que não é só na cidade; nós temos dinâmica cultural nas freguesias todas do nosso concelho, um trabalho notável que é feito pelas filarmónicas, por exemplo, que permitem as escolas de música associadas às filarmónicas, que depois desenvolvem trabalhos culturais que são verdadeiramente extraordinários, por todo o concelho. E hoje, nós começamos a ter necessidade de ter projetos culturais e infraestruturas para acompanhar esse desenvolvimento da cultura no nosso concelho. Isso é verdadeiramente notável.

E conseguimos fazer outra coisa na área da cultura, conseguimos ir a várias gerações. Nós conseguimos ter uma oferta cultural diversificada, e que é acessível para toda a gente. E naturalmente que a partir do momento em que nós dizemos que queremos cultura para todos, que assumimos esse investimento, porque a cultura é um fator distintivo do território, e eu assumo isso, enquanto Presidente de Câmara. Se calhar era mais fácil não fazer tantas iniciativas, não ter esta dinâmica, podia ser. Digam que não está correto, mas eu entendo que a cultura é um fator distintivo do território. E nós temos sido, fruto da dinâmica dos nossos agentes culturais locais, que têm sido extraordinários, e naturalmente atraindo ao nosso território eventos culturais de âmbito nacional, que também elevam aquilo que é a nossa capacidade de envolver e de criar públicos na cultura, que nós também queremos.

E por isso, esse reconhecimento – e esse reconhecimento não é para mim, não é para nenhum dos Senhores Vereadores; esse reconhecimento é para os técnicos do Município, que se empenham, que trabalham, que se esforçam para realmente promover esse tipo de iniciativas.

Naturalmente, na componente do saneamento básico, estamos a investir – como vocês sabem – milhões de euros. Naturalmente, não tem tanta visibilidade como têm as Festas do Bodo, que é uma ínfima parte dos milhões de euros que estamos a investir no saneamento básico, e não faz tantas manchetes, mas o que é certo é que o grosso do investimento que nós estamos a fazer, neste momento, é nas redes de saneamento básico, que é uma infraestrutura essencial para a vida das nossas populações. E estamos a fazê-lo nas freguesias; nem é na cidade, no perímetro urbano, é nas freguesias, precisamente porque é uma necessidade continuarmos a aumentar e a alargar esta rede.

Naturalmente que o que o Senhor Presidente da Junta falou é verdade, temos é que também incentivar cada vez mais, depois, essa ligação à própria rede, e isso é um esforço que temos que continuar a fazer. Mas, esse também é um mérito para que os trabalhadores do Município, não tenham dúvidas nenhumas. Ainda agora, nos problemas que tivemos, nas ruturas de rede de saneamento e de águas, são os nossos trabalhadores que andam dia e noite a reparar essas condutas e a fazer esse trabalho, que é altamente meritório. E isso tem que ser reconhecido, não é só quando as coisas correm menos bem que nos lembramos deles, temos de nos lembrar nestas alturas. E esse reconhecimento é muito importante.

Em relação às obras particulares, é, sem dúvida, do ponto de vista estratégico, um dos setores mais importantes da gestão municipal. Nós queremos mais investimento no território. E é por isso que foi bem lembrado pelo Sr. Deputado João Santos que nós, a primeira coisa que fizemos quando chegámos, foi instituir a via verde para o investimento, no sentido de os nossos investidores, quem chega ao Município de Pombal e quer investir, quer fazer obra, quer contribuir para o desenvolvimento do nosso concelho, para criar valor, para criar riqueza, saber que tem uma porta aberta.

E nós, neste momento, se os processos estiverem todos conforme aquilo que sejam as disposições legais e regulamentares, em três meses despachamos um processo de licenciamento, o que eu acho que é algo muitíssimo importante. E quanto mais rápido for, melhor, mas também sabemos que não podemos fazer tudo a correr, e que há projetos que têm que ser consolidados. E é por isso que nós temos plataformas internas, digitais, do melhor que existe hoje, a nível nacional, de gestão autárquica, que permitem que esses processos sejam todos submetidos, em termos digitais, sem haver necessidade de entregar papel, e depois a gestão própria, interna, é também feita em termos digitais – os pareceres dos serviços, etc. E isso é positivo.

Está tudo feito? Não. Há muita coisa que se tem que melhorar? Há. Mas, nós estamos a fazer isso, essa componente digital de aceleração dos processos, associada ao reforço dos recursos humanos, das pessoas. E é verdade aquilo que também já foi dito, que os Municípios não são atrativos, a função pública hoje não é atrativa, e é muito difícil – e temos que encarar isto, porque é a realidade – é muito difícil nós termos bons engenheiros, bons arquitetos, bons profissionais de informática, etc., porque nós, do ponto de vista daquilo que é a arquitetura da administração pública local, não conseguimos ser competitivos com o setor privado nestas áreas. E eles ganham muito mais dinheiro lá fora do que ganham cá dentro, isto é a verdade. Nós tivemos vários procedimentos que, infelizmente, não foram preenchidos por causa destas questões.

Portanto, não é só dizer que eu gostava de ter mais trabalhadores nesta área; é preciso fazer os processos de recrutamento, que demoram o seu tempo, que têm as suas burocracias, e depois ter pessoas com capacidade, com arcaboiço para as funções que vão exercer. Isso é um desafio, mas naturalmente que nós estamos a trabalhar nesse sentido.

Senhor Deputado João Santos, reflorestação do talhão 88 da Mata Nacional do Urso: a Mata Nacional do Urso é mata nacional com um histórico muito relevante no nosso território.

Independentemente de que o Estado foi incapaz, isso não me importa, o que me importa é que nós somos proativos no Concelho de Pombal, e nós, mal entrámos em funções, entrámos em contacto com o ICNF no sentido de estabelecermos um protocolo com o ICNF, a dizer que nós estamos disponíveis, para irmos plantar um talhão na Mata Nacional do Urso, para nós darmos o exemplo. E eu acho que isso deve também servir de estímulo para os Senhores Deputados e para os Pombalenses, no sentido de que têm um Município que, para além das suas competências e das suas obrigações, ainda se preocupa com o bem comum, independentemente de quem é o dono do terreno, que sabemos que não somos nós. Mas, se o terreno é nosso, se faz parte do nosso território, e se nós temos essa capacidade – e nós tivemos nas últimas semanas milhares de pessoas, os miúdos das escolas, as empresas, instituições sociais, etc., a plantar vinte e cinco mil árvores na Mata Nacional do Urso. Isto é notável. É claro que foi um compromisso que eu assumi, porque eu acho que é muito importante que as pessoas vão votar, independentemente dos Partidos, que vão votar, participem na democracia. E aquilo que eu disse foi que por cada pessoa que foi votar – no PS, no PSD, no CDS, no PCP, em branco,

onde quisessem – tinha o compromisso, no meu mandato, de ser plantado no meu território uma árvore por cada pessoa que foi votar, no sentido de acreditar na democracia. E estamos a concretizar esse desiderato, é um desígnio que conseguimos, acho que é algo positivo, para além da componente ambiental e de preservação da própria floresta, que é o mais importante.
Em relação ao Pombal 2030, eu sei que o Senhor Deputado até já foi alvo de uma brincadeira que foi interessante, no sentido de irem recuperar uma iniciativa que desenvolveu em contexto partidário. Mas, agora não estamos a falar em contexto partidário, é essa a diferença que algumas pessoas não percebem. É que eu agora não estou a defender o PSD; eu agora estou a defender o meu concelho, sou Presidente da Câmara, e a minha obrigação é ter uma estratégia que englobe todos, independentemente de quem votou no PSD, no PS, no CDS, que toda a gente seja envolvida, que deem a sua opinião, que participem na construção de um futuro coletivo, um futuro que é de todos – não é um futuro só de quem está a governar a Câmara.
E é por isso que o plano estratégico é inovador, no sentido de ser a primeira vez que nós vamos envolver toda a gente a participar no futuro do seu concelho, o que é que gostavam que fosse feito no nosso território, e alinhar isso com os instrumentos que temos à nossa disposição – o PRR, o Portugal 2030, que nós não tínhamos. Quando eu fui candidato, a Senhora Vereadora Odete Alves, quando foi candidata, os outros candidatos, não sabíamos o que é que era o Portugal 2030, não sabíamos o que é que vinha aí, tínhamos umas ideias daquilo que era o acordo com a União Europeia, mas não sabíamos, efetivamente, ainda não entrou em atividade, nem foram lançados avisos. E do PRR, sabíamos muito pouco. Portanto, quando nós fomos a eleições, nós não tínhamos conhecimento dos principais instrumentos de financiamento comunitário, como hoje já começamos a ter alguma noção. E então, temos que alinhar aquilo que são os nossos objetivos, os nossos projetos, a nossa estratégia, as nossas 236 medidas, com aquilo que é o futuro do nosso concelho, e com estes instrumentos, alinhando também com os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas para 2030, que é algo que a nós é muito caro, e que queremos ajudar a concretizar.
Relativamente ao Politécnico de Leiria, temos tido reuniões de trabalho, fizemos aqui uma receção aos alunos, esteve aqui o Presidente do Politécnico de Leiria, estiveram os vários Diretores das escolas, que é muitíssimo importante, porque não nos esqueçamos que os cursos técnicos superiores profissionais que são ministrados em Pombal, são por opção das próprias escolas, e o objetivo que nós temos agora – e respondo também já à pergunta do Senhor Deputado João Coelho – é articular aquilo que é a oferta educativa no nosso polo – e estamos neste momento ainda sem os prazos estabelecidos, mas estamos a rever esse protocolo com o Politécnico de Leiria, e há esse compromisso de trabalharmos em conjunto – Município de Pombal, Politécnico de Leiria, as Escolas Superiores – no sentido de alinharmos qual é que vai ser a oferta educativa para o próximo ano letivo, quais é que são os cursos que se mantêm, quais é que não se mantêm, e a perspetiva de crescimento do Politécnico de Leiria.
E depois, naturalmente, assim que eu tiver mais dados sobre esse protocolo, os prazos – que vão ser alargados, naturalmente, porque nós queremos que o Politécnico de Leiria venha para ficar, e vai ficar durante muitos anos, temos aí várias iniciativas a ser preparadas, nomeadamente ao nível das unidades de investigação, e portanto, estamos a trabalhar nesse sentido. E no primeiro semestre do próximo ano vamos ter boas novidades.
O Senhor Deputado pode dizer que não acreditam que o Polo seja neste mandato, eu estou pela positiva.
Senhora Deputada Carla Mariza, a Casa Varela tem sido uma referência, é uma referência hoje, a nível nacional. É notável o trabalho de envolvimento e de criatividade que é

desenvolvido na Casa Varela, que é verdadeiramente uma incubadora cultural de referência. Hoje, onde quer que eu vá, todos aqueles que falam comigo, no domínio da cultura, referem a Casa Varela como um bom exemplo. Eu também já fiz questão de salientar, nesta sede, o trabalho notável que o Filipe Eusébio fez no lançamento, na génese, na conceção da Casa Varela, notável, que lançou o embrião para a Casa Varela hoje estar a funcionar lindamente, estar com uma dinâmica superpositiva, com um envolvimento da comunidade superpositivo.
E, portanto, o trabalho que é desenvolvido pela Casa Varela hoje é um trabalho de referência, é um trabalho inovador, é coordenado pela Unidade de Cultura do Município de Pombal, porque nós temos bons técnicos no Município de Pombal. E só para dizer, nos últimos meses, neste trabalho da Casa Varela, se quiser fazer um balanço, 36 residências artísticas, que depois deram naquela peça de teatro extraordinária, do TAP, que encheu mais uma vez o Teatro Cine, na coordenação do Miguel Sopas e dos nossos colegas, dos voluntários – porque não são profissionais – do Teatro Amador de Pombal, que fizeram uma peça verdadeiramente notável – 186 artistas, 17 espetáculos, 4 exposições, 16 workshops, 4.941 visitantes. É ou não é notável este trabalho? Eu acho que é, é muitíssimo importante. E vai continuar a evoluir. Neste momento, tem a dinâmica própria, está a ser acompanhado – como eu já disse – pela unidade de cultura, e portanto, merece esse reconhecimento, assim como as nossas colaboradoras que fazem parte da Casa Varela.
Senhor Deputado Ilídio da Mota, em relação à CPCJ, gosto de perceber que está a ser verdadeiramente acompanhado pelo Município, porque isto é uma área que, para mim – e também já integrei este órgão – que é muitíssimo relevante. É, mais uma vez, um trabalho que não é muito visível pela maioria das pessoas, só por quem precisa dos serviços da CPCJ.
E, portanto, agradecer esse entusiasmo neste projeto, que é muitíssimo relevante.
Em relação ao motorista para as visitas domiciliárias, a Senhora Vereadora está aqui em contacto com a parte jurídica, também para perceber qual é a forma, qual é o instrumento legal que nós temos para que isso possa ser uma realidade.
Quanto à estrada das Boldrarias, a obra está suspensa porque era preciso adquirir mais um terreno para fazer um alargamento, e portanto, espero que esse assunto se resolva o mais rapidamente possível – que ainda esta semana passei por lá e, realmente, é um constrangimento que temos que ultrapassar.
Em relação à Senhora Deputada Carla Leitão, para que fique muito claro, eu não sou contra as críticas; o que eu disse, e é direcionado, e quem disse o que disse sabe precisamente ao que eu me referi, que uma coisa são as coisas do foro pessoal, outra coisa são as críticas do foro político. Quando nós pomos em causa as pessoas, eu não alinho nisso. Não foi o caso da Carla Leitão, que fez perguntas objetivas.
Fez um exagero, mas que eu acho que é normal, porque ela é Oposição, que foi: primeiro fez a pergunta tirou logo a conclusão que éramos uns insensíveis, mas não ouviu a resposta. É algo que se faz, às vezes de forma precipitada. Mas, eu já vou dar a resposta em relação a isso.
Em relação ao resto, eu não me importo nada – e não somos todos amiguinhos, nem eu fico muito incomodado com as críticas, pelo contrário, senão não estava aqui. O que eu estou a dizer é que há críticas e há críticas. Há críticas que vão para o foro pessoal, e eu não vou alinhar e entrar nesse tipo de respostas, e já fui provocado várias vezes.
E o que eu disse foi que nós nos conhecemos todos, e quando isto acabar, daqui a uns anos, vamos continuar a ser todos amigos lá fora, como somos agora – agora somos, eu considero-me amigo da maioria das pessoas que aqui estão.

E portanto, uma coisa é distinguir a amizade da atividade política, a atividade política fiscalizadora. Fazem bem, façam as perguntas que quiserem, eu tenho respondido às perguntas todas, e de forma objetiva.
Alunos do desporto escolar adaptado: nós estamos aqui para encontrar soluções, e essa é mais uma solução que não éramos nós que tínhamos que, obrigatoriamente, resolver, devia haver outros mecanismos. Mas, Senhora Deputada, já conseguimos resolver, a partir do dia 4 de janeiro os meninos do desporto escolar adaptado já vão ter transporte, suportado pelo Município.
Não precisa agradecer, porque estamos a cumprir a nossa missão. E eu até lhe agradeço ter suscitado a questão na Assembleia Municipal, o que me permitiu agilizar no sentido de resolver a situação. Está tudo bem. A escola agradece, a comunidade agradece. Temos um concelho e uma Câmara Municipal que conseguem responder às dificuldades das pessoas e encontrar soluções. É isso, estamos todos no mesmo barco.
Vamos continuando para a segunda questão, em relação ao PomBike, já tinha dito também na última Assembleia ou numa reunião de Câmara – que estamos num processo de revisão do próprio regulamento, porque percebemos que o PomBike tem que ser mais agilizado.
Neste sentido, só para fazer um relatório, nós temos cerca de 98 utilizadores, tivemos 1.096 viagens, 2.500 km. Portanto, o ambiente agradece, mas nós temos que fazer mais, nós temos que incentivar realmente as pessoas a andarem de bicicleta, e não só ao nível do PomBike, neste sistema de uso partilhado de bicicletas, mas ao nível do uso da própria bicicleta, enquanto instrumento de mobilidade suave.
E portanto, temos de continuar a trabalhar nesse sentido, e estamos a proceder à revisão do regulamento.
Em relação aos desfibrilhadores, dizer também que nós já tivemos 120 formações nesta área, e neste momento, os locais para colocação dos desfibrilhadores estão em validação pelo INEM. Portanto, é um processo que também demora o seu tempo, naturalmente, mas que está bem encaminhado, o que é altamente positivo, e mais uma boa medida que estamos a implementar no território, tendo em conta a segurança das pessoas.
Em relação ao Senhor Presidente de Junta, João Pimpão, agradecer as palavras relativamente ao Dia do Município. É verdade, nós quisemos fazer um Dia do Município que envolvesse verdadeiramente as nossas comunidades e que chegasse às freguesias. Isso para mim é muito importante, porque o Município somos todos nós, não são só as pessoas que vivem na cidade, é um concelho inteiro. E queremos fazer um conjunto de atividades diversificadas, para que as pessoas se sintam envolvidas no Dia do Município. E podemos ter ainda outras dinâmicas no futuro.
Relativamente ao Coordenador Municipal de Proteção Civil, agradeço esse voto de confiança – aliás, um voto de confiança que deve ser da Assembleia Municipal, porque naturalmente que estas funções são de enorme responsabilidade, e o vosso apoio, dos membros da Assembleia Municipal, dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, da comunidade, é muito importante, porque é, realmente, uma tarefa árdua, exigente, e naturalmente que o vosso apoio e o vosso envolvimento são muitíssimo importantes.
E em relação às reuniões mensais com os Presidentes de Junta, sim, é para manter também no próximo ano, e também analisarmos vários procedimentos que temos em cima da mesa.
Em relação ao João Coelho, relativamente aos critérios de limpeza das linhas de água, estas limpezas obedecem a licenciamentos, obedecem a fiscalização. Nem sempre as intervenções

que são feitas, são feitas da melhor forma, e por isso é que nós temos de melhorar sempre os procedimentos.
E, portanto, se teve conhecimento, ou tem conhecimento de alguma intervenção que não considera que seja a mais correta, o deputado João Coelho, na sua atividade fiscalizadora, pode e deve fazer chegar ao conhecimento do Município, das entidades com responsabilidade, no sentido de melhorarmos os procedimentos.
Em relação ao deputado André Tasqueiro, esse é que é um assunto importante, e eu não vi ninguém a falar nele hoje. Não tenham dúvidas de que é claro, é que até hoje tivemos zero de apoio às pessoas que foram afetadas pelos incêndios – zero, zero de apoio. Não tenho que ficar indignado? Tenho que ficar indignado. Tenho que ficar indignado porque foi prometido às pessoas da Freguesia de Abiul que iam ter apoios, pessoas que ficaram sem casa, pessoas que ficaram sem a sua atividade económica. E o que é que veio até agora? Zero, nada.
E ainda agora saiu, esta semana, um aviso para apoio financeiro à recuperação de habitações e outros investimentos no território e, mais uma vez, Ansião e Alvaiázere ficam dentro, por causa dos critérios da Legislação, e Abiul fica de fora, o Concelho de Pombal fica de fora. Acham que isto é justo? Isto não é justo. Estou farto de dizer, estamos unânimes, na Câmara já aprovámos uma moção para defender que a população da Freguesia de Abiul, do Concelho de Pombal, é merecedora do apoio, tal como outras populações, nomeadamente populações vizinhas, dos Concelhos de Alvaiázere e Ansião. E nada contra eles serem apoiados, muito pelo contrário, eu acho é que devem ser todos apoiados. Não é por a dimensão do território não chegar aos 10% ou 20% de um território que a população fica sem apoio. Isso, acho que é indecente.
A única plataforma que nós temos neste momento aberta, de apoio a este território, é a articulação com o ICNF. Ainda ontem me ligou a Senhora Diretora Regional do ICNF, para o protocolo que temos para estabilização de linhas de água, etc., para intervenção no território. Agora, apoio às famílias, habitações, atividade económica, até agora, nada. Não fomos contactados por ninguém, não temos conhecimento de nada. Já enviámos ofícios aos membros da tutela, às várias entidades com responsabilidade, e infelizmente, até agora, não tivemos conhecimento de nada, o que é pena para essas pessoas que foram afetadas pelos incêndios.
E sim, este é um dos assuntos mais graves que está a acontecer no território, neste momento, porque essas pessoas, neste momento, não têm apoio de ninguém.
Senhor Presidente de Junta, José Manuel Marques, em relação ao reforço das limpezas das linhas de água, é verdade, nós temos que reforçar, e aqui temos que ter uma articulação muito grande com as entidades responsáveis, nomeadamente com a APA, porque nós não podemos fazer intervenções a bel-prazer, temos de ter sempre o licenciamento da APA, e esse apoio institucional das entidades. E houve erros estratégicos, nas últimas décadas, feitos, de terminarem com os guarda-rios, e com todo aquele trabalho que havia de ligação, tanto aos rios, como às florestas – é igual. Foi um trabalho que devia ter tido continuidade e não teve, infelizmente.
O que é certo é que agora temos de reforçar esse investimento e a Senhora Vereadora está também a trabalhar nesse sentido."

Nesta altura o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** usou da palavra como se segue:
"Eu quero perguntar se há objeções a que os Pontos n.º 2.2 e 2.3 sejam apresentados e discutidos em conjunto, embora, se for caso disso, votados separadamente. Eles dizem respeito

à proposta da Câmara para o Orçamento e Plano Orçamento Plurianual, e às Grandes Opções do Plano. Claro que dizem respeito a períodos diferentes – as Grandes Opções do Plano, para 2023-27; o Orçamento e o Plano Orçamental Plurianual, 2024-27 – mas têm evidentemente atinências.
Podemos discuti-los em conjunto, serem apresentados em conjunto e discuti-los, e depois votar separadamente? Muito obrigado. Por uma razão de economia, então."
A Assembleia concordou.

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento Municipal para o ano de 2023 e Plano Orçamental Plurianual para o quadriénio 2024/2027, e respetivos anexos

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:
"Ponto 1.1.1. Orçamento Municipal para o ano de 2023 e Plano Orçamental Plurianual para o quadriénio 2024/2027, e respetivos anexos
Foi presente à reunião a proposta de Orçamento para o ano de 2023 e Plano Orçamental Plurianual para o quadriénio 2024/2027, bem como os respetivos anexos, elaborada pela Divisão de Administração e Finanças Municipais, que se dá por integralmente reproduzida e fica arquivada na referida Divisão.
A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Vereadores Odete Alves e Luís Simões, do Partido Socialista, aprovar a proposta de orçamento para 2023 e o Plano Orçamental Plurianual para o quadriénio 2024/2027 e respetivos anexos, bem como submeter os referidos documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução."
O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra à Senhora Vereadora Isabel Marto, que fez a intervenção abaixo:
Isabel Marto (Vereadora):
"Muito boa tarde a todos.
Vou, então, apresentar sucintamente este Orçamento e as GOP's para os próximos cinco anos, com base na apresentação que está a ser projetada nos ecrãs, e também fizemos cópias para todos os deputados, a fim de poderem acompanhar.
É importante relembrar que continuamos num contexto de incerteza. Há um ano atrás, tínhamos uma incerteza mais ligada à possível saída, ou não, do contexto do Covid. Depois disso, como já foi aqui referido, entrámos num período de inflação e de guerra – inflação quase descontrolada – e em 2023 continuamos à espera de mais inflação, por cima desta que já temos, sendo que há aqui um conjunto de constrangimentos ligados à disponibilidade de matérias primas, nomeadamente a partir da China, e que nos coloca aqui um cenário de incerteza quanto à capacidade, ou possibilidade de execução deste Orçamento.
No entanto, temos aqui uma proposta, e dizer que também continuamos com incerteza relativamente a um grande instrumento financeiro, que é o PT 2030, que temos tido algumas reuniões, nomeadamente no âmbito da CIM, ou com representantes da CCDR, que nos dão indicação de algumas áreas de investimento, mas, concretamente, ainda não temos possibilidade de fazer candidaturas.

Posto isto, e perante este contexto, estamos preparados para dar apoio às famílias. E portanto, este vai ser um dos nossos focos, tentar um Orçamento mais amigo das famílias e das empresas – eventualmente, se for necessário dar apoio às empresas, mas também dar aqui um pontapé de saída e arrancar com um maior investimento no desenvolvimento económico. Obviamente de forma realista, dentro dos limites do nosso Orçamento, tentámos equilibrar as diversas necessidades da comunidade.

Relativamente à receita, temos aqui um valor global estimado, para 2023, de € 52.000.000,00. Comparativamente com a projeção feita há um ano atrás, temos um Orçamento global semelhante, isto é, temos aqui uma diferença de cerca de € 1.000.000,00, mas que tem mais a ver com as outras receitas, receitas essas que se prendem com a possibilidade, ou a utilização do nosso empréstimo bancário. E, portanto, retirando esse efeito do empréstimo bancário, globalmente temos o mesmo Orçamento.

Aqui, há duas questões que eu quero levantar, que são importantes.

Primeiro, parte da receita de capital, ligada aos fundos comunitários, tem aqui algum grau de incerteza, precisamente porque ainda não temos as linhas definitivas do PT 2030. E nós estamos a considerar a possibilidade de aumentar este Orçamento, de € 52.000.000,00, em mais € 5.000.000,00, através de um possível empréstimo, para não travar áreas de investimento fundamentais, como as zonas industriais, os parques verdes ou a bacia de retenção de águas – como já foi aqui falado.

Relativamente à receita corrente, só referir que ela tem aqui, comparativamente ao ano passado, mais cerca de € 1.000.000,00, que inclui aqui € 4.500.000,00 de fundos ligados às transferências de competências. E relembrar que transferências de competências, tanto na área da saúde, como da educação ou da ação social, acabam por tendencialmente aumentar aqui a despesa corrente, porque estamos a assumir despesas com pessoal, funcionamento dos serviços e a conservação dos edifícios.

Em termos de valor das despesas, referir aqui um aumento de pessoal, porque temos mais duzentas pessoas, comparativamente com o ano anterior, na área da educação, estamos a prever aqui os aumentos do salário mínimo, os aumentos salariais, fruto do acordo entre o Governo e os sindicatos, e algumas novas contratações, de acordo com o nosso Mapa de Pessoal.

No total, a despesa corrente vai ter mais € 1.600.000,00, comparativamente com 2022, se bem que temos aqui alguma incerteza quanto aos custos de energia, se não teremos, durante o ano de 2023, de ainda reforçar esta rubrica.

Relativamente às GOP's, nós fizemos o exercício, este ano, de as relacionas com as ODS, que é um tema importante. A nível europeu, todos nós temos de começar a pensar em termos de ODS, e fizemos aqui um pequeno exercício de perceber até que ponto o nosso Orçamento estava a contribuir para as ODS. E temos aqui nomeadamente rubricas de 18%, que contribuem para as comunidades sustentáveis, 14% para água potável e saneamento, e 8% para o objetivo da educação de qualidade.

Mais concretamente, o Orçamento de 2023 inclui aqui cinco grandes obras que ainda vêm do Portugal 2020, obras que já estão a decorrer, e que estão a ser transferidas, em parte, para finalizar, para 2023, que é o interface de transporte, que foi recentemente adjudicado, o Centro Escolar da Pelariga, que também está a decorrer, a requalificação da Várzea, que é do conhecimento de todos, a eficiência energética de três edifícios municipais, e as obras de saneamento básico, num total de cerca de € 4.000.000,00.

Referir também que, em 2022, fomos ativos no âmbito do PRR, e temos aqui um conjunto de projetos que vão arrancar em 2023, em parceria com outras entidades – porque nem sempre o Município era entidade elegível. Já foi aqui referida a nova residência para estudantes, temos também a unidade de convalescença do Hospital Distrital de Pombal, temos o cowork na zona histórica da cidade, o projeto "Ilhas-Sombras", o projeto "Bairro com Vida", que é para apoiar a modernização do nosso comércio, em parceria com a Associação Comercial e a PMUGest, a requalificação do IC2, a recolha de biorresíduos, um projeto-piloto para concretamente iniciar a recolha de biorresíduos no concelho, e ainda um projeto-piloto nos Condomínios de Aldeia, que tem a ver com tornar a nossa natureza mais resiliente, e este projeto será feito em Abiul, por forma a tornar a natureza mais resistente aos fogos.

O nosso foco em 2023 será ser um ano de concretização do nosso compromisso eleitoral e implementar ações concretas para operacionalizar todas as áreas estratégicas, de acordo com o nível de maturidade de cada área de investimento.

Vamos preocupar-nos com a qualidade de vida das pessoas – porque era um propósito, e porque a conjuntura atual também nos obriga a reforçar essa preocupação, e estamos preparados para adaptar o nosso Orçamento, por forma a ajudar a apoiar as famílias, se a situação socioeconómica se degradar – e apostar fortemente no crescimento económico.

Realçar aqui que existe um conjunto de investimentos fundamentais, porque são estratégicos, e que nos vão permitir alavancar o Portugal 2030 – vamos começar a investir, apesar de o Portugal 2030 ainda não estar disponível – que tem a ver com a ampliação das zonas industriais e a criação de novos parques empresariais. Se necessário, iremos recorrer a empréstimo bancário, mas teremos de garantir já o início da aquisição de terrenos e a realização de projetos para estas novas áreas.

Iremos também concretizar a criação de uma rede de parques verdes, um parque verde em cada freguesia, com níveis de intervenção diversificados, em função da maturidade de cada parque verde. Aqui também iremos recorrer a empréstimo, se necessário, para esta concretização.

Concretizar também o Polo de Inovação e Conhecimento, com a finalização do projeto de execução, também para potenciar, depois, o seu financiamento no PT 2030; avançar com o conforto e a parceria da APA, com a aquisição dos terrenos para a bacia de retenção de águas, e preparar um conjunto de novos projetos, em termos de saneamento básico, porque não podemos parar este investimento, temos de estar prontos também para os financiamentos que aí vêm nesta área.

Em termos de áreas industriais, temos aqui contemplado, em 2023, um orçamento de € 3.270.000,00 - € 2.720.000€ para ampliação e criação das novas áreas, e € 500.000,00 para a beneficiação de parques empresariais já existentes.

Em termos de criar um Pombal mais inovador, temos aqui um investimento – para além do projeto referido, dizer que o próprio polo de inovação tem aqui uma estimativa, nos próximos três anos, de cerca de € 6.000.000,00, não só na infraestrutura, mas também em todo o equipamento, criação de laboratórios de investigação, é um investimento de grande dimensão, que não incluímos na totalidade no Orçamento porque estivemos à espera dos financiamentos, tivemos que ser razoáveis.

Depois, um investimento nas Smart Cities, vamos continuar nos projetos de sensorização, que consistem em projetos-piloto para criar a recolha e análise de dados, assim como percebermos qual é a relação custo-benefício neste tipo de investimento. E aqui também cerca de €

400.000,00 na própria renovação da infraestrutura informática municipal, que tem que estar preparada também para esta transição para as Smart Cities.
Ainda a criação do ecossistema de inovação, com o início de funcionamento da incubadora de empresas, e de dois espaços de cowork, pelo menos, este ano.
Relativamente a um Pombal mais verde, temos aqui um investimento de € 3.160.000,00, em 2023. A maior fatia será para a construção da rede de parques verdes, mas não esquecer aqui o que já falámos, o Programa "Reflorestar Pombal", mas também o lançamento do programa de fomento da floresta autóctone, a continuação da requalificação do corredor ribeirinho do Rio Arunca, o Pombal Orgânico, com a recolha dos biorresíduos, um investimento também aqui em parceria com a APA, e com base num compromisso da APA, para reabilitação e recuperação de linhas de água, nomeadamente o Rio Arunca, Rio Anços e Ribeira de Ourão, e uma novidade, que será a Feira da Sustentabilidade, que iremos lançar este ano.
O "Pombal + Energia", obviamente que era já uma preocupação nossa, mas é um investimento que vai ser acelerado e aumentado, considerando a conjuntura e os custos de energia que nós temos, nomeadamente acelerar a substituição das luminárias da rede pública, e para isso estamos a considerar uma parceria com uma ESE – Empresa de Serviços Energéticos, a redução e adaptação dos horários da iluminação pública, a continuidade de investimento noutros equipamentos municipais para a melhoria da eficiência energética, implementação da rede de postos de carregamento elétrico nas freguesias, definição de estratégias pontuais de poupança nos equipamentos com maior consumo energético, a substituição também das luminárias nos equipamentos desportivos e culturais, que são quem consome mais energia em termos de iluminação, e continuar também a substituição da nossa frota de veículos municipais para viaturas elétricas – relembrando que já adjudicámos este ano, mas estamos a aguardar a vinda do autocarro elétrico, no valor de € 400.000,00.
Relativamente ao apoio às famílias, temos aqui algumas novidades, nomeadamente o programa de incentivo à natalidade, que prevê um cheque de € 500,00 por criança; a criação de duas novas creches no âmbito do PRR; a criação, também este ano, e o início do funcionamento do Banco do Bebé e do Gabinete de Apoio às Famílias.
Relembrar que, no apoio às famílias, a nossa política fiscal, nomeadamente na taxa de IMI e no IMI Familiar, também é um investimento que nós continuamos a fazer, e vamos aqui criar um Plano Local de Combate à Pobreza e Exclusão Social, que tem uma dotação inicial de € 150.000,00 para medidas extraordinárias, para nos prepararmos precisamente para eventuais situações socioeconómicas difíceis, redução do poder de compra das famílias, medidas essas que estão a ser definidas, e este pacote, obviamente, poderá variar em função das medidas definitivas que forem votadas.
Em termos de intervenção social, continuará a ser mantido todo o trabalho que temos feito, nomeadamente o apoio às IPSS's e às Comissões Sociais de Freguesia. Temos aqui algumas novidades, que é a abertura, a partir de janeiro, do CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, e também este ano será feita a revisão do diagnóstico social do concelho e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e da Carta Social.
Em termos da habitação, temos a novidade do Programa Municipal de Arrendamento Jovem, designado "Vive Pombal", que irá permitir aos jovens até aos trinta e cinco anos a comparticipação até 50% da renda, durante três anos, de forma degressiva, o que irá ajudar à sua fixação, e também é uma forma de ajudar as famílias jovens na redução do poder de compra, com uma dotação para 2023 de € 150.000,00.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Aguardamos ainda a assinatura do protocolo com o IHRU da Estratégia Local do Primeiro Direito, que vai permitir fazer um investimento, nos próximos quatro anos, que estimamos em cerca de € 10.000.000,00, para melhorar as habitações de pessoas que têm condições indignas. É um investimento que será feito em todas as freguesias, em situações já sinalizadas, e realizado em parceria com as freguesias.
Em termos de educação, estamos a terminar – como já foi referido – e será terminado em 2023 o Centro Escolar da Pelariga. Vamos iniciar, de seguida, a obra da Escola Conde de Castelo Melhor. Ficará a aguardar, à espera de financiamento do PT 2030, a Escola Gualdim Pais e Agrupamento de Escolas de Pombal, que será o próximo investimento, nos anos seguintes.
Relembrar aqui o conjunto de programas que depois também temos na área da educação, nomeadamente a potenciação do sucesso escolar, que esta área também envolve aqui um investimento de cerca de € 3.600.000,00, relativamente aos serviços auxiliares de ensino, que incluem todas as refeições, desde o pré-escolar ao secundário, os prolongamentos de horários, as AEC's, o transporte escolar e a ação social. Portanto, é um volume bastante grande que nós gerimos todos os anos, uma responsabilidade bastante grande.
Não esquecer aqui o nosso investimento mais reduzido, mas que se mantém, no ensino superior, na manutenção da infraestrutura atual para realizar as aulas de ensino superior, mas também apoio à espera da nova residência, apoio através do aluguer de apartamentos, criar aqui soluções alternativas para a residência de estudantes, e também aqui o aumento – que era uma vontade de todos os Partidos políticos – do valor afeto às bolsas de ensino superior, na perspetiva de revermos o regulamento e também de aumentar o número de bolsas de ensino superior.
Na área da saúde, iremos aqui avançar com os projetos de execução para a ampliação do Centro de Saúde de Pombal, e para pelo menos um novo polo de saúde nas freguesias, isto em articulação com o ACES. Temos reunido com eles, e portanto, eles têm-nos incentivado a concretizar estes projetos, para também alavancarmos próximos financiamentos, ou no âmbito do PRR, ou no âmbito do PT 2030. E, portanto, isto será uma realidade em 2023.
Também temos aqui previsto um apoio à unidade de convalescença do Hospital Distrital de Pombal, de cerca de € 200.000,00.
Relativamente ainda à área da saúde, dizer que para o próximo ano, ainda estamos à espera da reorganização definitiva do Serviço Nacional de Saúde – foi a indicação que nos deram – mas, à partida, depois disso, iremos assumir a transferência de competências nessa área, o que irá representar um novo desafio.
Quanto ao turismo, o principal desafio será a abertura do "Explore Sicó".
Relativamente às praias, a construção do novo ponto de apoio do Osso da Baleia e a criação do acesso à Praia do Urso.
Iremos também apostar com mais força na presença em feiras internacionais e nacional para promoção da nossa oferta turística, e também continuar o trabalho de marcação e sinalização de trilhos.
Em termos de desporto, temos aqui uma perspetiva de financiamento no âmbito do PT 2030 e no âmbito do Pacto da CIM-RL, e portanto, poderá haver aqui antecipação e aumento de alguns investimentos, mas deu-nos alguma confiança para planificar e avançar aqui com a beneficiação e requalificação de uma série de infraestruturas do nosso concelho, nomeadamente a rede de polidesportivos e ginásios urbanos, fazer obras no Estádio Municipal, na pista e nos balneários, fechar o projeto de execução definitivo para requalificar o pavilhão da Caldeira, e também aqui algumas novidades: construir um novo relvado sintético, porque

está a fazer falta neste momento, e também a construção de uma arena desportiva, que para além de ajudar à valorização de toda a nossa componente de praias, é uma realidade e uma necessidade que também tem sido solicitada pelos clubes, e que não tem tido resposta.
Relembrar também que já foi aprovado e vai entrar em vigor o plano de renovação dos campos sintéticos, de apoio aos clubes e associações que os detêm, e vamos continuar, obviamente, com o apoio à prática desportiva dos clubes.
Em termos da cultura, iremos manter os principais festivais e eventos, como fator atrativo do nosso concelho, nomeadamente o Festival "Sete Sóis, Sete Luas", as Festas do Bodo, o Festival Pombalino, as Tasquinhas, o Pombal Medieval e a programação da Casa Varela.
Iremos também continuar a dar apoio às associações, tanto nos eventos culturais, como nas atividades culturais, que temos dado. E referir aqui uma oportunidade de financiamento, de cerca de € 300.000,00, para renovação do equipamento audiovisual de dois auditórios, através de um financiamento já aprovado.
Na área da juventude, vamos manter as principais atividades, nomeadamente a Semana da Juventude, ocupação de tempos livres, Jovem Autarca, Orçamento Participativo Jovem e o Parlamento dos Jovens – que foi um sucesso e iremos manter e consolidar esta atividade. Também vamos manter o apoio às associações juvenis, que já tínhamos em 2022, e relembrar aqui a novidade do Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem, que também é importante para este grupo alvo.
Por último, relembrar o nosso investimento na segurança das pessoas e dos bens. Vamos continuar com o apoio às brigadas e unidades locais de Proteção Civil, o nosso apoio aos bombeiros, manter a requalificação dos caminhos florestais, requalificar a rede de pontos de água, com a construção de dois novos pontos de água em 2023, dinamizar o Conselho Municipal de Segurança, que vai ser instalado na próxima semana, e como já foi referido aqui, implementar o programa dos desfibrilhadores, que aguarda validação do INEM neste momento, para além, obviamente, da bacia de retenção de que já falámos.
Iremos manter também, obviamente, toda a parceria, que é muito importante, com as freguesias, e o pacote financeiro associado a essa parceria e a essa delegação de competências, independentemente da eventual variação de valores – conforme já foi aqui referido, temos a rever os autos de transferência e os contratos interadministrativos, mas iremos consolidar esta parceria.
E também sabemos que é importante para as freguesias e para a coesão territorial os avanços em termos da mobilidade, e dizer que iremos avançar em 2023 com o estudo de alargamento da rede PomBus, e de novas medidas, como um sistema de transporte a pedido, que já tem um projeto-piloto no norte do distrito, através da CIM, neste momento, e o que se pretende é depois alargar aos restantes concelhos, nomeadamente Pombal. E também iremos incentivar a utilização de bicicletas nas freguesias, através da criação da rede de docas de estacionamento nas freguesias.
Isto, globalmente, serão as nossas apostas. Acreditamos que independentemente do nível de maturidade destas áreas de investimento, que é diversificado, todas elas vão começar a ser operacionalizadas, dentro dos limites orçamentais. Se os financiamentos comunitários começarem a ser concretizados e as candidaturas a abrir, acreditamos que o valor deste investimento poderá aumentar significativamente.
Obrigada."
O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, abriu as inscrições para uso da palavra sobre este assunto, tendo-se inscrito:

Fernando Matias (PPD/PSD):
"Obrigado, Sr. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.
Eu, depois desta apresentação do Orçamento para 2023, e centrando-me na área da saúde, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se tem algum conhecimento da constituição da ULS que se vai formar, ou se pensa formar, aqui a nível da região de Leiria, que inclusivamente vai até ao Concelho de Ansião e Figueiró. No meu sentido, penso que será uma boa oportunidade, e penso que seria importante pôr o melhor acompanhamento. Nós sabemos que atualmente as urgências a nível nacional são o que são, mas não me preocupam as urgências a nível nacional; preocupam-nos as urgências no nosso concelho e no nosso distrito, que nós sabemos que frequentemente existem filas de ambulâncias à entrada das urgências, existem tempos de espera descomunais, que não servem nada a qualidade da saúde das pessoas, e em termos de cuidados de saúde diferenciados, das cirurgias e das consultas externas, é o que é.
Penso que é um momento de viragem, que eu saúdo, mas que não pode ser só mais um nome, Unidade de Saúde Local, uma gestão diferente; tem que implicar, de facto, outra visão e outra qualidade. E para que, muitas vezes, nós tenhamos um passado em que Pombal era o hospital de boa viagem, e atualmente as pessoas até querem ficar em Pombal, porque para Leiria, não. E isso é importante, eu penso que esta mudança de filosofia deve implicar, de facto, outra visão e outro acompanhamento, e que as pessoas se sintam cuidadas no seu distrito e na sua região. Era, nesse sentido, para perguntar se tem algum conhecimento, o que nos pode dizer, e pedir-lhe, de facto, encarecidamente que a Câmara e a CIM, na sua competência, façam um acompanhamento criterioso, e que isto seja, de facto, uma transformação, não seja só mais do mesmo.
Obrigado."
Marlene Matias (PS):
"Boa noite a todos. Cumprimento o Presidente da Assembleia, a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os seus Vereadores, caros colegas, munícipes que nos estejam a ver a partir de casa. Antes de iniciar a minha intervenção, queria só agradecer aqui estes livros que nos ofereceram, a agenda cultural – que há muitas queixas que não chega à casa das pessoas, eu nunca a recebi. E portanto, obrigada.
Cumpre-me começar por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara o convite para que o Partido Socialista pudesse reunir com o Executivo e apresentar a sua visão para o que devia ser o Orçamento para 2023 e GOP's para os próximos anos. No entanto, sabemos todos que não foi mais do que o cumprimento do estipulado por Lei, pois o PSD, e nomeadamente este Executivo, tem mostrado a forma como acolhe as propostas vindas da Oposição, rejeitando-as sem a devida fundamentação e contrariando o interesse das populações que juraram defender. Senão, vejamos: o Partido Socialista de Pombal, no cumprimento do Direito de Oposição, apresentou ao Executivo Municipal um conjunto de medidas a contemplar no Orçamento Municipal de 2023, com o objetivo de promover a qualidade de vida dos Pombalenses, a sustentabilidade das famílias e associações, e o combate à inflação.
As medidas apresentadas pelo PS de Pombal passam pelo apoio às famílias, às associações culturais e desportivas, para além de outras direcionadas para as áreas do património, cultura, turismo, ambiente, saúde e desenvolvimento económico. Algumas são ideias que o PS tem vindo a defender há alguns anos, outras representam uma novidade, uma adaptação aos novos desafios que vivemos, e todas, em conjunto, têm como grande objetivo contribuir para a qualidade de vida dos Pombalenses.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Acreditamos que as propostas apresentadas poderiam contribuir vivamente para a sustentabilidade de famílias e associações que não podem ser esquecidas ou ignoradas. Alguns exemplos que mereceriam mais destaque, e que tiveram o destino descrito: nas famílias, propusemos o acesso automático à tarifa social da água, que foi ignorado; propusemos a atribuição de um voucher de educação, de € 20,00 para aquisição de material escolar, aos alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e secundário, foi ignorado; propusemos a gratuitidade das fichas de apoio e cadernos de atividades do 1.º, 2.º e 3.º ciclo de escolaridade, que também foi ignorado; propusemos o lançamento do Programa "Vamos apoiar o comércio local", com a utilização de vouchers de compras, no valor de € 170.000,00, ignorada pela segunda vez, porque já tinha sido rejeitada na Assembleia Municipal, quando o PS a apresentou, com valores mais ambiciosos.
Na área do ambiente, propusemos a construção da bacia de retenção de águas a nascente de Pombal, prevenindo as cheias na área urbana da cidade, incluída nos Orçamentos de 2022 e 2023, mas novamente adiada para 2024 e seguintes.
Propusemos o Parque Verde da cidade, adiado para 2024 e seguintes.
Na área da saúde, propusemos negociar com a ARS Centro e a Rede Nacional de Cuidados Continuados o aumento das camas das unidades de longa duração e manutenção, bem como de unidades de média duração e reabilitação, foi ignorada; propusemos a criação de uma unidade de cuidados paliativos, ignorada.
Na área da mobilidade, propusemos o alargamento da rede PomBus, através da criação de um centro de custos de mobilidade, migrando as receitas de estacionamento para esse centro de custos, um investimento anual de € 200.000,00. Foi ignorada, com as promessas de alargamento resumidas à fase de estudos.
Na cultura, património e turismo, propusemos a Rota das Figuras Históricas, aprovada em reunião de Câmara no mandato de 2013-17, e que nunca foi implementada – portanto, novamente ignorada. Roteiro gastronómico, ignorado.
Propusemos o parque lúdico na Mata do Urso, com campo de atividades, ignorado. Propusemos construir o Pavilhão Multiusos e auditório na União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, ignorado.
Na área do desenvolvimento económico, propusemos a requalificação da Zona Industrial da Formiga, iniciada em 2022, com escassos recursos, considerada a dimensão do que é necessário. Propusemos a ampliação das zonas industriais da Guia e Manuel da Mota, adiadas para 2024 e seguintes, com dotações orçamentais insuficientes.
Propusemos a criação do Centro Tecnológico para a Indústria e Conhecimento, dedicado à inovação, partilha de conhecimentos e desenvolvimento de projetos financiados, incorporando um Centro Incubador de Empresas e um Centro de Acolhimento Empresarial. Se considerarmos que será algo ligado ao anunciado Polo do IPL, nunca estará pronto neste mandato.
Propusemos o centro de investigação para a floresta, ignorado.
Propusemos, no Gabinete de Apoio ao Investidor, a redefinição de objetivos, planificação e visão para o desenvolvimento do concelho, foi também ignorado.
Propusemos a construção de uma central de biomassa, em associação com as Câmaras do Pinhal Litoral e outras entidades públicas e privadas, também foi ignorado.
Ignorado que foi o PS, certamente o PSD não quererá que votemos estes documentos favoravelmente. Poderíamos até considerar que não haveria condições para realizar todas as propostas, por limites orçamentais. No entanto, a Câmara Municipal tem capacidade de

investimento, bem identificada nestes documentos, que não usa por falta de capacidade de realização deste Executivo.
Termino, deixando uma dúvida que vou ilustrar com a única proposta do PS que foi verdadeiramente aceite e orçamentada, a de apoio de € 400,00 por cada criança nascida. Esta proposta do PS foi apresentada em abril de 2010, na altura, para um subsídio de € 400,00, € 700,00 e € 1.000,00, para o primeiro, segundo e terceiro filho.
A verba seria para ser gasta na aquisição dos bens de estabelecimentos comerciais localizados no concelho. A reação do Executivo, na altura, foi o chumbo, e passo a citar o que está em ata.
O Presidente, na altura, disse, e passo a citar: "Regulamento contraproducente, vindo de um Partido que aprovou a Lei do Aborto." Disse ainda: "É cimentando o emprego e a estabilidade económica dos jovens que se resolve o problema da natalidade." O Vereador n.º 1 disse, e passo a citar: "Só um néscio é que poderia ter um filho para receber os € 400,00." Disse ainda que desde a criação do rendimento mínimo garantido, criou-se uma geração de "chulice pura e dura", tendo um Governo Socialista, que aprovou a Lei do Aborto e o casamento homossexual, se vê o tipo de incentivo à natalidade, "São medidas popularuchas", e terminou dizendo: "Quem faz um filho, fá-lo por gosto."
O Vereador n.º 2 disse: "Misturar dinheiro com crianças é perigoso. Devemos melhorar drasticamente a qualidade de vida, investir em creches e emprego."
O Vereador n.º 3 disse: "Ninguém, no seu perfeito juízo, terá filhos para receber € 400,00."
O Vereador n.º 4 disse: "Há que resolver os problemas de habitação, do desemprego, da estabilidade laboral e precariedade nos salários. Temos licenciados a receber 500€."
O Vereador n.º 4 é-lhe conhecido? Pois o Vereador n.º 4 chama-se Pedro Pimpão. Demorou doze anos a aceitar que o PS tem razão, na mesma proposta que, na altura, decidiu desvalorizar. Quantos mais anos teremos de esperar pelo Presidente Pedro Pimpão para aceitar que o PS tem razão nas restantes medidas? Quanto mais tempo terá que esperar Pombal pelo desenvolvimento que merece? Quanto tempo terá que esperar Pombal para recuperar a capacidade de fixação de jovens com emprego qualificado, com acesso a habitação, com estabilidade laboral? Quanto tempo, Senhor Presidente?

Luís Couto (OI):

"Muito obrigado, Senhor Presidente.
Ora bem, eu queria aqui só referir alguns pontos. Este, de facto, é, na minha opinião, o ponto mais importante desta Assembleia Municipal, porque reflete, exatamente, a discussão sobre o Orçamento para 2023, e, naturalmente, as Grandes Opções do Plano para o quinquénio que aí se segue.
Só uma pequena nota, noto uma mudança de estilo relativamente à forma de apresentação deste Orçamento, através da apresentação de "PowerPoint". De certa forma, é aqui uma tentativa de algumas inovações, em termos de estilo.
O Orçamento de 2023, sendo este aqui já, em termos práticos, o segundo ano de mandato, é aquele cuja obra, se inicia ou não inicia, será aquele que vai definir o vosso mandato como executivo. E, portanto, obviamente que este aqui carece de uma grande preocupação.
Concordo com o facto da incerteza existente para o próximo ano, e com a incerteza relativamente à questão do ano económico propriamente dito, que nós vamos ter em 2023, que é, neste momento, que praticamente o crescimento económico vai parar, vai estancar em Portugal – ou seja, a previsão da Comissão Europeia e do FMI será para 0,7%. Naturalmente, aqui a questão da inflação prevista para 2023, que andará nos 6,6% - mais coisa, menos coisa – e obviamente aqui a outra questão que nos preocupa muito também, já começam a haver estimativas para o aumento da energia – ou seja, se hoje em dia o Kw/hora está neste momento

a cerca de € 0,15, está previsto para o próximo ano, para a população em geral, entre os € 0,20 e os € 0,25. Portanto, aqui quase um crescimento de duplicação de custos de energia para a população em geral.

Obviamente, eu compreendo que este Executivo queira cumprir o seu plano eleitoral, mas entendo também que a conjuntura atual, nos reserva aqui, na minha opinião, algum conservadorismo, relativamente à planificação para o próximo ano. E eu entendo que haja uma tentativa de distribuição do Orçamento, para que se toque em qualquer uma das vastas rubricas que defenderam em campanha eleitoral, no próximo ano, mas eu acho que, neste momento, é necessário pôr esse plano, ou essas promessas eleitorais, na gaveta, e pensar um bocadinho mais no que é que será o próximo ano, em termos de investimento.

E eu destacaria, efetivamente, duas prioridades para este Orçamento. Naturalmente, o crescimento económico, através de investimento, de áreas de investimento público produtivo. E eu vejo aqui e destaco no vosso PPI essencialmente duas áreas: uma com boa nota, que é a continuidade do investimento em saneamento básico, principalmente pelo aumento da cobertura – porque isto tem uma implicação direta com os custos das famílias e um custo ambiental, como nós já referimos, em termos práticos – mas peca relativamente à questão da vossa previsão – estamos a falar à volta de 14% do vosso PPI para o próximo ano de 2023, que está centrado nas zonas industriais, que obviamente que, na nossa opinião, está muito aquém do que deveria ser o investimento. Em termos comparativos – inclusivamente hoje surgiu aqui, por exemplo, o caso do estudo de Vagos, que é um concelho no Distrito de Aveiro, e que curiosamente teve aqui a criação, em dez anos, de cerca de dois mil trabalhos operários, o que não se verifica neste concelho.

E portanto, a questão urgente de áreas para implantação de indústria e de reindustrialização neste contexto da União Europeia, é crucial. E eu acho que nesta incerteza do que vai haver, do que vai ser o 2030, ou do que vai ser o PRR, obviamente que eu apostaria muito mais os meus trunfos, neste momento, numa primeira área de crescimento económico, e numa segunda, que obviamente tem a ver com a necessidade de resposta social às dificuldades financeiras que as famílias vão passar no próximo ano. O Orçamento de Estado não vai conseguir cumprir isto tudo, e obviamente que aqui as Câmaras e as Autarquias têm que se substituir ao Orçamento de Estado, e têm que investir.

Em sede de Plano de Atividades Municipais, obviamente que vejo aqui um reforço grande face ao histórico, em termos de investimento. No entanto, obviamente que, na minha opinião, acho que aqui a concentração em atividades de apoio social – mas, apoios sociais estruturais, e já lá vamos um bocadinho, em termos de exemplos. O que nos leva, finalmente, à confiança neste Orçamento? E esta é a minha grande preocupação relativamente a este Orçamento, e à forma como foi desenhado.

Aqui alguns pontos, preocupa-me a questão da capacidade de realização deste mesmo Orçamento, que está a ser proposto hoje para ser votado nesta Assembleia Municipal. Um dos exemplos é que na última Assembleia, nós tivemos uma redução do PPI – ou seja, de investimento público direto, de € 4.000.000,00. Ou seja, € 4.000.000,00 é mais do que está previsto para este Orçamento, em sede de zonas industriais, para 2023.

Esta incerteza face à capacidade de implementação do mesmo coloca-me grandes dúvidas sobre a capacidade, do que é que deste Orçamento vai ser implementado, à face de hoje, retirando a parte, neste momento, da incerteza do que é que vai vir do PRR, e o que virá de financiamento do 2030.

A outra questão que este Orçamento coloca tem a ver com a quantidade de rubricas, e destaco uma pelo lado positivo, que é a inclusão, por exemplo, do programa de saúde mental dos jovens, que foi colocado com € 1.000,00, em termos de previsão, que poderá crescer. Mas, isto significa, na verdade, que nos deixa algumas incertezas relativamente à questão de como é que vai ser feita a organização deste Orçamento, ao nível do ano. É normal que haja variações face ao plano inicial, mas grandes variações podem ter uma grande implicação relativamente ao que nós estamos a aprovar. E ao votar neste Orçamento, significaria que temos grandes dúvidas se esta linha de financiamento, ou de priorização, vai efetivamente ser concretizada.
Com esta forma, do que tem sido visto ultimamente, e a forma como estão a ser desenhadas várias rubricas, faz-me essa dúvida, relativamente à confiança deste Orçamento.
Outro exemplo é relativamente à vossa apresentação, ao Polo de Inovação e Conhecimento, que foi colocado aqui como um investimento de € 6.000.000,00, mas, em sede de Grandes Opções do Plano, tem um total de € 3.000.000,00, e esta questão coloca grandes dúvidas sobre a qualidade da informação que nós estamos a receber.
A outra questão, e outro exemplo relativamente a isto é que, e bem -, acho que é uma inovação positiva -, a opção da divisão do Orçamento em sede de ODS-Objetivos de Desenvolvimento Local, que é uma medida europeia, e que é possível depois compará-la, qual é que é o nosso nível de desenvolvimento, em comparação ao nível europeu, e não só a nível nacional.
Mas, por exemplo, em termos das definições de prioridades, de alocação de prioridades, e bem, vocês apostam em três delas, mas depois, vocês definem as vossas prioridades de investimento, nomeadamente a questão do crescimento económico, a questão da educação, e a outra, das Smart Cities, e, na verdade, depois não são quantificadas também em ODS. Ou seja, se vocês dividem, em sede de orçamentação, a lógica de, percentualmente, onde é que acham cada uma das ODS, também faria sentido que as vossas prioridades também fossem definidas em sede de ODS, para depois serem melhor monitoradas, coisa que não acontece.
Resumindo, obviamente que me preocupa esta questão aqui dos diferentes indicadores que nós temos neste momento, que não são negativos para o Concelho de Pombal – tenhamos aqui esta consciência de que, em sede global, os indicadores para Pombal não são negativos; no entanto, em termos comparativos com outros concelhos vizinhos, verificamos que há um dinamismo maior, principalmente a nível de crescimento económico, que nós gostaríamos de acompanhar.
Acho que esta aqui é uma alocação vossa, eu próprio já disse, obviamente é o vosso manifesto eleitoral, vocês decidiram investir nos parques verdes urbanos, coisa que eu, neste momento, para o próximo ano, e tendo em conta a incerteza, eu colocaria para mais tarde, vs. estas duas outras prioridades que referi anteriormente.
Portanto, quer em termos de crescimento económico, quer em termos de resposta social, seriam, obviamente, caso eu fosse executivo, as nossas prioridades, em sede deste movimento que represento.
Só aqui uma última nota: vejo, por exemplo, algumas iniciativas, e com alguma preocupação, em termos de utilização de recursos humanos dentro desta própria Câmara, nomeadamente na componente social, na questão dos bancos de roupa, que são iniciativas interessantes, são bem-intencionadas. A minha pergunta é: tenho algumas dúvidas que são efetivamente estruturais em termos de longo prazo, mas que ao mesmo tempo vão ocupar recursos desta Câmara que podem ser necessários para outras respostas, em termos mais estruturais.
E, portanto, considerando isto, esta é a nossa análise sobre este Orçamento que está a ser colocado. Naturalmente, temos visões diferentes sobre o que é que deverá ser implementado, as prioridades também deveriam ser refletidas em sede de Orçamento, mas, obviamente, como

será normal – nós votámos, para relembrar, há um ano atrás, votámos positivamente o primeiro Orçamento, que vinha trancado do Executivo anterior, de certa forma, em termos de prioridades, revimo-nos de certa forma com essas prioridades, em termos sufragados. Não nos revemos neste Orçamento, e como tal, vamos votar contra nos dois pontos seguintes que estão em discussão, quer em Orçamento para 2023, quer nas Grandes Opções do Plano que estão a ser propostas por este Executivo.
Obrigado."

Pedro Silva (Presidente J.F. Carriço, PPD/PSD):

"Muito obrigado, Senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes e quem nos está a ouvir nas redes sociais.
A Senhora Vice-presidente foi muito objetiva e muito cuidada na apresentação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, só que na qualidade de Presidente da Freguesia de Carriço, e enquanto cidadão também, quero deixar aqui alguns pontos que eu acho que são pertinentes e importantes para cada vez mais apostar neles, até porque, ao longo dos anos, o Carriço nestes aspetos foi esquecido – foi esquecido naquilo que é a realidade, naquilo que são os desígnios da freguesia, e também naquilo que nós queremos que seja um concelho equilibrado, e eu sinto que ao longo dos anos o Carriço tem tido este desequilíbrio, e que não podemos deixar para trás aquilo que é a Freguesia do Carriço, que tem uma Estrada Nacional 109 de passagem, que tem uma praia na época balnear, mas que também, depois, serve para outros traçados e para outros concelhos.
Deixar aqui algumas considerações relativamente à Praia do Osso da Baleia, ao turismo, olharmos para a praia com outro caminho, olharmos para a praia em termos turísticos, que já não é só no verão, a Praia do Osso da Baleia tem já um caminho muito traçado ao longo do ano, nomeadamente em termos de autocaravanismo, na questão do surf, por prática pessoal, que é muito acolhida, pela prática da pesca, até já muito artesanal, e a prática desportiva.
Portanto, pedia aqui ao Senhor Presidente da Câmara que cada vez mais apostasse, nomeadamente quando se fala tanto nas plataformas informáticas, efetivamente, naquilo que é o campo turístico, que seja de uma vez por todas um centro de turismo, não só do mar à serra, mas que o mar, de uma vez por todas, seja o caminho, não só no verão, mas no ano inteiro.
Fico contente em virem falar na plataforma logística, ou como queiram entender, do parque industrial do Carriço, mas a plataforma logística, que seja uma realidade. Ainda hoje fiquei contente em abrir as notícias, e algumas das empresas da Freguesia do Carriço foram consideradas PME's Excelência. E daqui dar os meus parabéns a estas empresas, que tenham cinquenta ou cem funcionários, para mim todas as empresas da freguesia são importantes. Esse caminho tem sido traçado pelas próprias empresas, que muitas delas têm cinquenta, sessenta anos, e mais, mas que tem sido fruto desse objeto de luta destes empresários.
A Câmara, tem articulado e tem ajudado nas dificuldades que são os licenciamentos, mas que precisam de mais ajuda, precisam de mais empresas – nomeadamente quando falamos do Polo do IPL, que sempre possam receber os nossos jovens, como queremos fixar os nossos jovens nas nossas freguesias, no nosso concelho, cada vez mais temos de procurar investidores nestas áreas.
Quando o Senhor Presidente fala, e bem, e falamos aqui todos, na importância do Polo do IPL, que sejam cada vez mais proativos em procurar as empresas que possam absorver, para que, amanhã, os jovens possam construir as suas famílias nestas freguesias e nos possam ajudar naquilo que é o desenvolvimento – quando o Senhor Presidente fala na dificuldade que temos hoje em ter técnicos à altura, relativamente à questão financeira, que a parte pública não dá

essa condição, mas que amanhã podemos ter esses quadros técnicos no nosso concelho e nas nossas freguesias, e que, efetivamente, neste caminho também haja uma igualdade, que não está a existir, e eu quero igualdade também em termos de plataforma logística, ou zona industrial.

Eu percebo a dificuldade na aquisição dos terrenos, a realidade de algumas zonas industriais não é a mesma que seja noutras freguesias, esta freguesia é banhada pela 109, tem a particularidade do IC8, tem a particularidade da A17, tem a particularidade dos acessos à A1, tem o Porto da Figueira da Foz. Eu percebo que as dificuldades vão ser com a aquisição dos terrenos, mas peço-lhe aqui encarecidamente, Senhor Presidente da Câmara, que olhe com bons olhos para esta freguesia, que depois também pode trazer muito mais caminhos para Pombal, muito mais caminhos para as outras freguesias, nomeadamente a Oeste, que cada vez mais temos revelado em termos empresariais, que efetivamente também cá estamos.

Quero deixar também aqui uma nota. Eu percebo a dificuldade que vai existir, a Senhora Vice-presidente e o Sr. Presidente falavam, e bem, e nós sabemos que vai haver dificuldades em termos financeiros. Obviamente, a importância das famílias, e o pelouro, o pilar social, vai ser um caminho muito difícil, que nós queremos acreditar que o Estado Central nos vai ajudar nestes campos, queremos acreditar que – e quando a Senhora Vereadora fala na questão de que temos de recorrer à banca, entristece-me, se não temos quadros comunitários que nos possam ajudar.

Esperamos que possamos ter a ajuda de quem está a comandar os destinos do país. E nós aqui, em termos municipais, vamos com certeza apostar naquilo que é a questão social, cada vez mais acreditar em nós, nas nossas crianças, nos nossos objetivos, a questão destes apoios, nomeadamente que haja mais infraestruturas nas creches, nós temos estas valências, mas queremos muito mais, e queremos que, efetivamente, seja construído um desígnio.

Isto para dizer que, em relação à 109, esperamos que o Senhor Presidente da Câmara, peço encarecidamente, que também é um objetivo nosso, da nossa freguesia e do nosso concelho, cada vez mais a freguesia e o concelho têm de trabalhar nesta parte da rede viária, mas queremos acreditar que a segurança rodoviária a Oeste precisa de mais, não só pelas empresas que passam, e as empresas que têm que passar por esta via, nomeadamente de transportes pesados, para as grandes empresas que estão sedeadas nos concelhos limítrofes, mas com a grande certeza de que isto é muito importante para a sede da freguesia, nomeadamente para os peões, para os serviços que as pessoas têm de procurar e para os idosos que também têm que ter o nosso respeito.

Os parques verdes, quando o Senhor Presidente fala e bem, que o concelho, não é só a sede do concelho, não é só Pombal, mas que efetivamente as freguesias carecem e têm sede destes projetos, dos parques verdes, o Carriço há muito que luta por um projeto desses. O senhor sabe, e temos lutado sobre isso, que um simples parque infantil faz a diferença. A Freguesia do Carriço tem lutado para ter um parque infantil. Queremos acreditar que com estes caminhos que o Senhor Presidente da Câmara tem traçado para o concelho e para as freguesias, é desta vez que vamos ter esse projeto na nossa freguesia, é desta vez que vamos construir o lazer, não é só a praia – porque eu falo na praia pelo Ex-Libris do concelho, nomeadamente aqui ao lado também a Praia do Urso, espero que também seja uma realidade, porque nos acessos à praia, cada vez há mais importância de unirmos esforços, unirmos aquilo que são os traçados para o concelho, e o Oeste tem esse compromisso, que é naquilo que pode ajudar a desenvolver o concelho, naquilo que pode ajudar a região, nomeadamente o distrito, tem aqui um grande traçado. E isso, vamos acreditar que sim.

No turismo, falava há pouco, também os próprios trilhos, as próprias lagoas – como sabem, temos projetos em caminho na questão das lagoas, temos grandes interessados na área da biologia, interessados nestes projetos.
Vamos acreditar que isto seja uma realidade, e que para além do turismo, da parte da praia, que também possa ser nas outras áreas de interesse a nível nacional, e até interesse a nível internacional, caminhos até europeus.
Quando falamos em turismo, a parte do EuroVelo é um projeto muito interessante e que tem sido muito procurado pelas pessoas que procuram a nossa freguesia, esse traçado está desenhado, com a própria sinalética. A informação que eu tenho é positiva, a procura destes trajetos que estão sinalizados – e agradecer aqui à Câmara e aos técnicos que trabalharam muito nesse projeto, que tem tido um caminho muito interessante, porque depois também liga às outras praias, também liga às outras zonas, neste caso, das outras freguesias envolventes ao Carriço. Portanto, agradecer-lhe este trabalho árduo que tem sido feito, também neste caminho.
Aqui uma particularidade, Senhor Presidente da Câmara, em termos do Pavilhão Oeste, esta infraestrutura é importante, garante que vai ter um grande papel nesta área do Oeste. Mas, deixar-lhe aqui, e como temos falado nas várias reuniões em que temos conversado sobre os temas, que é reaproveitar aquilo que temos nas nossas freguesias. O Carriço tem estas condições, o Carriço pode ajudá-lo a desenvolver as várias atividades, naquilo que é de índole escolar, de índole cultural, de índole desportiva. Nós temos trabalhado imenso para que haja estas valências, mas vamos aproveitá-las. Temos estes projetos, e existem estes pavilhões já pré-existentes nas nossas freguesias, peço encarecidamente que olhe de uma vez por todas para estes pavilhões e eu falo no Carriço, que tem um pavilhão que pode criar grandes valências, pode absorver todas as crianças ali mais a Oeste, pode absorver todos os projetos mais a Oeste, pode absorver projetos a nível municipal e isto, cada vez mais, eu acho que pode levar estas várias atividades, nomeadamente desportivas e culturais. Senhor Presidente, peço-lhe, que desenvolva mais atividades nas freguesias e aproveite as várias valências físicas que temos e o Carriço não é exceção, peço-lhe aqui a sua ajuda encarecida, para esta pavilhão a Oeste, nomeadamente no Carriço, que pode ser de extrema relevância para a zona oeste do Carriço.
Para terminar, desejar a todos um bom Natal. Sei que 2023 não vai ser como nós queríamos, muito risonho, mas que possamos, efetivamente, em conjunto – que é para isso que cá estamos, é para isso que as populações votam em nós – em conjunto podemos desenvolver melhores trabalhos e melhores projetos para o nosso concelho e para as nossas freguesias, e, obviamente, para o Carriço.
Muito obrigado."

Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):
"Boa noite a todos. Cumprimento, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, todos os presentes, assim como os que nos estão a acompanhar lá em casa.
Quero deixar uma nota muito breve, primeiro para parabenizar a apresentação do Orçamento e do PPA, este documento muito esquematizado favorece imenso a análise, sistematiza a informação, e é uma ferramenta, sem dúvida, que nos ajuda aqui a fazer uma avaliação muito mais prática de todo o documento, que se torna pesado e maçudo para não financeiros. Quero deixar desde já esta nota de agradecimento, que se torna aqui muito mais compreensível a ferramenta de análise.
Não posso deixar de dar aqui ênfase ao Orçamento, que primeiro, realmente, são as pessoas. Aproxima-se uma época de grande conturbação, nós sabemos que as famílias vão estar

realmente muito mais fragilizadas em termos económicos, e foi com grande agrado que vejo aqui, na área social, o Plano Local de Combate à Pobreza e Exclusão. Não duvido de que vai ser uma ferramenta que vai ser muito utilizada, e com certeza que não será suficiente, mas será uma linha de apoio para termos para os nossos munícipes, que os ajudará numa fase de primeira necessidade.
Também parabenizo aqui a colocação do programa de saúde mental para jovens, deixando aqui só a ressalva: será que só para jovens é suficiente? Mas, é um início, e dou os meus parabéns, porque com pequenos passos se fazem grandes caminhadas.
Tenho dito."

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados:
Bem, eu tinha pensado aqui numa intervenção a fazer, que ainda hei de fazer, mas, sinceramente, tenho que fazer aqui uma nota prévia, no seguimento daquilo que foi a intervenção da Senhora Deputada Marlene Matias, porque, efetivamente, o vocábulo que utilizou mais na sua intervenção foi "propusemos", "propusemos", esqueceram-se foi de dizer como é que propunham aumentar a receita para fazer todos esses investimentos que propunham fazer, ou o que é que deixariam de fazer, que investimentos é que deixariam de fazer para conseguir, efetivamente, fazer esse conjunto de investimentos e projetos, que, e bem, propuseram que fossem feitos, e muitos deles com valor. Agora, nós sabemos que o Orçamento é limitado, que há opções a fazer, que os recursos são limitados.
E, portanto, para dizer que queriam fazer determinados projetos, também deveriam dizer quais é que deixavam de fazer para que, obviamente, existisse receita para esses investimentos – tanto mais que na última Assembleia Municipal, e volto a recordar, aquando da discussão dos impostos, da carga fiscal para o próximo ano, a postura do Partido Socialista foi sempre reduzir a receita fiscal. E hoje, a postura do Partido Socialista é aumentar a despesa. E, portanto, aumentar a despesa e reduzir a receita, assim é fácil fazer Oposição. Arrisco-me a dizer que é o PS a ser PS, nada de novo.
Relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, estes pontos que estão aqui em discussão, e antes de entrar efetivamente nos documentos, dar aqui nota de uma medida que está aqui, que tendo em conta uma intervenção que já fiz há umas Assembleias atrás, julgo de especial importância no contexto que estamos a viver, que é o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes.
Julgo que, no contexto atual, em que o país – e Pombal, obviamente, não é exceção – tem recebido muitos migrantes, muita população que procura o nosso país, e neste caso o nosso concelho para viver, eu já disse isto há umas Assembleias atrás, eu julgo que o Município e as entidades deviam ter aqui um papel mais proativo para receber e acolher esta gente, porque, efetivamente, precisam de apoio, precisam de ajuda para encontrar trabalho, para se legalizar, para regularizar a sua situação em território nacional, e obviamente também sabemos que existem alguns problemas sociais associados, mas faz parte, é da vida, se queremos aumentar a população temos que também saber viver com isso. E julgo que é importante o Município ter aqui, efetivamente, uma ferramenta, e neste caso, um gabinete que eu espero que passe do papel e que exista mesmo, e que tenha uma função bastante interventiva naquilo que é a comunidade imigrante no nosso concelho e na nossa cidade – não é só cidade, é também concelho, porque nós vemos este fenómeno da imigração, que está a ter um impacto nas nossas freguesias, com o aumento de população, sobretudo população brasileira. E é salutar o Município ter aqui previsto este Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, e espero

efetivamente que não seja só mais um gabinete que consta no papel, mas que seja efetivamente uma ferramenta útil a esse apoio e integração desta comunidade, que é tão importante para nós, e nós precisamos também tanto deles, e é bom que eles se sintam bem, e que sejam bem acolhidos em Pombal.

E agora, relativamente ao Orçamento, de forma mais concreta, dizer que, obviamente, o ponto do Orçamento e das Grandes Opções do Plano é, na minha opinião, o ponto mais importante do nosso mandato, o ponto anual mais importante do nosso mandato, enquanto deputados à Assembleia Municipal, porque é aqui que se perspetiva o ano seguinte, e sobretudo os anos seguintes.

E aqui, obviamente que o Orçamento, em termos contabilísticos, carece – e veremos isso ao longo do ano – de um aumento de receita, que nós esperamos que venha a existir, pela introdução, obviamente, do saldo da gerência anterior, e pelas eventuais candidaturas a fundos comunitários que venham a ser feitas, e que venham a ter sucesso, e que venham a ser aprovadas, que permitirão, obviamente, reforçar o Orçamento no que respeita à receita, e fazer outro tipo de investimentos que, se calhar, ao dia de hoje têm muito pouco cabimento no Orçamento apresentado, mas que podem vir a ter esse cabimento, e podem vir a ser executados. Esperamos que isso aconteça e que seja uma realidade.

Obviamente que este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano transmitem também aquela que é a visão do Município para os próximos anos. É um momento importante, e acho que é também um momento entusiasmante, porque é nesta altura do ano que nós percebemos qual é que é a estratégia que o Município tem para o território nos próximos anos.

E permitam-me só dar aqui três ou quatro notas sobre propostas e medidas que eu retirei destes documentos, que eu julgo que são de extrema importância.

No que respeita ao próximo ano, ao ano de 2023, eu destacava aqui uma área em que eu julgo que o Município vai dar cartas, e que vai efetivamente concretizar-se alguma coisa, e que vai iniciar uma nova fase, naquilo que é a dinâmica do Município no território, que tem a ver com a questão do turismo. Ou seja, já percebi que se perspetiva que durante o ano de 2023, finalmente a obra do "Explore Sicó" esteja finalizada, é uma obra muito importante para o território, é muito importante para todo o CIMU-Sicó, e essa obra, esse investimento associado à abertura do Posto de Turismo aqui na cidade de Pombal, com a mudança do Posto de Turismo do Castelo para o centro da cidade de Pombal – que era também uma promessa eleitoral – eu julgo que o ano de 2023 vai ser marcado positivamente por aquela que vai ser uma nova abordagem, uma nova ambição que o Concelho de Pombal vai ter no que respeita ao turismo, que é uma área também de extrema importância para aquilo que é o desenvolvimento coletivo.

Depois, três áreas que eu julgo que estão bem sinalizadas no Orçamento, estão extremamente bem sinalizadas nas Grandes Opções do Plano, e que eu já percebi que o ano de 2023 será um ano de lançamento destas três áreas, que no seguimento de várias intervenções que eu já fiz nesta Assembleia, nomeadamente no mandato passado, finalmente vejo isto a acontecer, e já percebi que o ano de 2023 vai ser muito importante para isso – porque, há pouco, o Sr. Deputado Luís Couto disse uma coisa, e com toda a razão, que o ano de 2023 vai ser determinante para perceber qual é que é a execução do programa eleitoral que este Executivo vai ter, porque, efetivamente, é o segundo ano de ação, e aquilo que não for iniciado em 2023, terá algumas dificuldades, depois, de se concretizar até ao final do mandato, eu concordo com o que ele disse. E, portanto, este Orçamento é extremamente importante nisto.

E queria sublinhar aqui a questão da ampliação das zonas industriais, de há muitos anos a esta parte que defendo – e acho que concordamos todos nessa premissa – que o Concelho de Pombal deve atrair efetivamente mais empresas, mas para isso tem que ter zonas de acolhimento empresarial. E vejo com bons olhos aqui a questão da ampliação das atuais zonas industriais e a criação de novos parques empresariais, num investimento que aqui, para o próximo ano, ronda os cerca de € 2.700.000,00, e que demonstra, efetivamente, a vontade do Município em que isto seja uma realidade.
Obviamente que estes são processos que demoram muito tempo, com a identificação dos terrenos, a compra dos terrenos, a negociação com os proprietários, todas as infraestruturas que são necessárias fazer para que isto, efetivamente, seja uma realidade, mas tem que se começar. E vejo que o ano de 2023 vai ser um ano importante para se dar esse passo.
E vejo aqui também com especial carinho até o facto de estar aqui perspetivado já o parque empresarial de Sicó, que servirá essencialmente as Freguesias de Abiul e Vila Cã, que também era uma ideia minha, já há algum tempo, e acho que é muito importante para aquele território, e vai beneficiar essencialmente da proximidade ao IC8.
Depois, relativamente à premissa de termos um concelho mais verde, vejo também com bons olhos aqui a questão da criação de uma rede de parques verdes no concelho, que tem aqui um investimento de cerca de € 3.000.000,00. Espero que esta rede de parques verdes no concelho inclua também o grande parque verde da cidade de Pombal. Obviamente que, ao contrário do Partido Socialista, já não acredito no Pai Natal, e não acredito, obviamente, que um projeto desta dimensão possa ser lançado, executado e inaugurado em 2023 – que pela intervenção da Senhora Deputada Marlene Matias, parecia que era isso que queria fazer crer – mas, obviamente que o ano de 2023 será muito importante para, mais uma vez, sinalizar terrenos, falar com proprietários, adquirir estes terrenos e lançar projetos. E, portanto, vejo com muito bons olhos esta aposta nesta fruição, e nesta perspetiva verde do concelho.
E depois – e para terminar – mais um projeto que, naturalmente, já vinha de trás, e que este Município continuou e consolidou, e bem, e que já falámos aqui também várias vezes, que é, naturalmente, a questão do Polo de Inovação e Conhecimento, que será um investimento que nas Grandes Opções do Plano vem com cerca de € 3.000.000,00 previstos, mas que na apresentação vem com um valor a duplicar, cerca de € 6.000.000,00 previstos – acredito que seja na perspetiva de que existam, efetivamente, novas fontes de receita, novas candidaturas que possam depois concretizar este valor. Ou seja, a obra estimada ascenderá a cerca de € 6.000.000,00, e obviamente que isto é uma obra que não é de um mandato, não é de dois mandatos, até me arrisco a dizer que é mais do que uma obra da década, é uma obra de várias décadas, ambicionada há muitos anos, e que, naturalmente, vai ajudar a colocar ainda mais Pombal no mapa, e vai ser uma referência para o futuro, para o crescimento e consolidação da cidade e do Concelho de Pombal.
E, portanto, na certeza de que 2023 vai ser muito importante para esta nova visão, para esta nova ambição direcionada para o turismo, para a ampliação das zonas industriais e criação de novos parques industriais, para os parques verdes no concelho, e também para o Polo de Inovação e Conhecimento.
E portanto, posto isto, não vejo como é que não estão reunidas as condições para se votar favoravelmente este Orçamento, que naturalmente será o sentido de voto do PSD.

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):
"Obrigado, Presidente.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Também começando aqui por enaltecer o trabalho da Senhora Vereadora. Não foi uma promessa, foi uma concretização, porque nós todos percebemos com esta apresentação muita coisa que nos outros Orçamentos era mais difícil verificar, com aquelas tabelas todas. Portanto, se alguém gostava mais daquelas tabelas todas, que muitas vezes eram criticadas porque eram tantos números, ninguém conseguia perceber, basicamente, onde é que os números eram encaixados, tenho que lhe dar os parabéns aqui, e aos serviços que ajudaram a elaborar esta apresentação – que parece uma coisa simples, um "PowerPoint", mas que, no fundo, nos espelha aqui vários números.

Começando aqui pelas receitas e pelas despesas, só esta pequena nota: percebo perfeitamente que temos receitas correntes – que é o que, às vezes, nos preocupa, que é o que põe a máquina a funcionar – há um equilíbrio. É factual, os números estão aqui, como é óbvio, baseados em premissas, que não sabemos, todos, ninguém sabe, mesmo os economistas mais sonantes nos dizem todos os dias na televisão que o ano de 2023 vai ser um ano de incertezas, e um ano muito complicado. Mas, as notas que eu vou dar aqui são exatamente para aquelas que nos preocupam – e eu falo aqui também por uma freguesia, outros colegas meus falarão também aqui nas suas, mas dar esta ênfase, no fundo, a este chapéu municipal, em que este Orçamento, como é óbvio, é uma concretização, é uma tentativa de concretização de um plano eleitoral, pelo qual um Partido concorreu, e como é óbvio, submete aqui, em termos de programa, uma tentativa de concretização, e é isso que estamos aqui a analisar.

E dou aqui uma pequena nota para a educação – ou seja, marcar as áreas que eu acho importantes, e que estão completamente evidenciadas. Este apoio à educação, a parte das creches – e eu falo por mim, a Freguesia de Almagreira não tinha nenhuma creche, nem privada, nem pública, e está aqui neste Orçamento esta intenção, e esse trabalho já está a ser feito. Ou seja, para 2023 vai ser uma realidade termos uma creche. Porque nós todos falamos no apoio à natalidade, teórico, mas depois, na prática, o que é o apoio à natalidade? E faço nota, ou seja, as freguesias também davam este apoio financeiro, que é simbólico. Não é por causa dos € 250,00 ou dos € 500,00 que as pessoas vão ter mais filhos ou menos filhos, como é óbvio, isso é normal. Agora, é aquele sinal, para se lembrar que o problema do país – não é o problema de Pombal, é o problema do país – é demográfico, é demografia. Não temos outra hipótese, ou nascem mais portugueses, ou temos que importar outros cidadãos, e depois temos outros problemas, ou não – estamos aqui todos para analisar isto. E a potenciação do sucesso escolar.

Ou seja, como é óbvio – e a Vereadora fez questão de dizer isto mesmo – há uma verba muito importante que está aqui neste pacote todo, que depois também implica para as freguesias, que é muito salutar continuar a haver este caminho. Vem de trás, e ainda bem que o Executivo continua a fazer esta aposta.

Depois, na saúde, é um flagelo, só quem não vê televisão é que não percebe o que está a acontecer no país, porque não há dia nenhum em que não haja uma notícia. Hoje, o Centro de Saúde estava inundado, um Centro de Saúde novinho em folha estava inundado. Se um está inundado, não tem médicos nem enfermeiros. E depois, o hospital, a urgência manda para o Centro de Saúde, mas o Centro de Saúde também está fechado. Portanto, as pessoas nunca sabem muito bem onde é que têm que ir.

Agora, eu também tenho dúvidas – e o Fernando Matias, como é óbvio, profissional na área, eu partilho essa dor, e ele também já esteve muitos anos como Presidente de Junta. Estas reorganizações sucessivas, a que todos vamos assistindo, com nomes, e mais nomes, e mais nomes, não sei, sinceramente. Mas, o Executivo tem aqui, e bem, o projeto para um novo

edifício, para esta tentativa de reorganização das Unidades de Saúde Familiar. Penso que será esse o caminho, Deus queira que sim.
Saneamento, esta pequena nota – e já foi dito aqui também nesta Assembleia, pelo Presidente de Câmara, e bem, é uma obra básica, saneamento básico, tem que estar executado. Na minha freguesia, dou aqui só os lugares, para que as pessoas que nos estão a ouvir, e que vão ouvir certamente, saibam que não nos estamos a esquecer delas, porque muitas vezes acontece isto. Lembro, Vale Nabal, Portela, Carrascos, Barbas Novas, Pingarelhos, Sazes e Espinheiras ainda não têm rede. O que eu peço, e certamente temos que arranjar aqui valor – e já percebi que se não vier dos fundos comunitários, e bem, o Município tem esta disponibilidade para ir à banca, porque tem esse capital, durante estes anos, por ter as contas certas, podemos ir à banca buscar dinheiro para concretizar obra, e bem, dou também os parabéns por ter essa forma de pensar nos assuntos, de resolver, não é só na teoria, mas depois colocar em prática, porque é para as pessoas que nós estamos a trabalhar, é para quem vive nos lugares, e não se sentirem cidadãos de primeira e de segunda. Para mim, este é um daqueles assuntos que, enquanto eu estiver por aqui, vou continuar a batalhar.
Depois, a ação social. A ação social, todos já aqui dissemos, todos temos essa consciência, vai ser um ano muito difícil. Pombal, não nos podemos esquecer, não é só falar, temos coisas muito boas. E eu tenho que dizer aqui, em termos de freguesias, a questão das Comissões Sociais de Freguesia, e bem, já vinha de outros mandatos, e de outros Executivos, é um projeto que eu acho que tem que ser acarinhado. E eu aqui falo em pessoas, é esse apelo que eu faço ao Executivo, para pensar em conjunto com as freguesias, nos técnicos e nas técnicas que estão afetos a estas comissões, para perceber se é este o modelo que queremos. E se é este o modelo que queremos, temos que lhe dar condições. Já aqui foi falado na fixação de recursos humanos altamente profissionalizados, temos que lhes dar condições. É este apelo e é o alerta que eu faço, acho que toda a gente entende o que é que eu quero dizer aqui.
Depois, um ponto para as freguesias, está numa das folhas, coesão territorial, € 3.400.000,00. É um sentimento, a nível de freguesias – e já foi partilhado, e bem, como já disseram aqui colegas meus, nas reuniões mensais que temos que ter, e que temos que cultivar com o Município, para melhorar estas parcerias. Pombal é um exemplo a nível nacional da relação que existe entre Município e freguesia. Tenho que o dizer aqui, sem problema nenhum, e consigo afirmá-lo em todo o lado.
O que é que tem que acontecer? Ou seja, as freguesias não podem ficar depois asfixiadas financeiramente e a nível de tesouraria, todos os meses. É este apelo que eu faço. Ou seja, nós estamos disponíveis – eu falo por mim – para continuar a colaborar em qualquer área que o Município entenda, não tenho problema nenhum em dizer isto; tem é que haver depois o retorno, e nós termos a certeza de que não nos estamos a enfiar num buraco. Temos que ter a certeza, e confiamos – e eu digo aqui, confio no Município, para perceber que quando há valores que têm que ser corrigidos, porque não são atualizados há vários anos – e nós temos tido essas reuniões, e temos tido esse à-vontade para falar frontalmente, valor a valor – de uma forma célere, para que depois, no mês a seguir, no outro mês, não fiquemos exatamente asfixiados, ou porque há uma dificuldade em pagar, ou porque ainda estamos a analisar.
É esse apelo que eu faço para 2023. E penso que vamos conseguir ter esta parceria.
Eu dou aqui uma nota, que muitas vezes é posta em causa, estas parcerias entre freguesias: está a decorrer, durante esta semana, o Natal, e bem. Ou seja, há pessoas das freguesias a vir aos espetáculos de Natal aqui, é superpositivo. E como é que acontece? Às vezes as pessoas não percebem como é que as pessoas vêm aqui parar, idosos, crianças, escolas. São as

freguesias, com os meios que têm, com os meios com que o Município apoiou durante estes anos, que estão a trazer os idosos, as crianças ao natal, à cidade. Nas freguesias há iniciativas, não há qualquer problema, na minha opinião, em partilhar estes meios, que não são dados, é o nosso dinheiro. No fundo, estes apoios em carrinhas, em autocarros, servem para isso mesmo, para que no dia a dia, quem está a decidir perceba que tem ali um manancial de meios, de pessoas, de condutores – porque o autocarro não anda sozinho, tem que ter um condutor, esse condutor tem que ter uma carta de pesados, e a ganhar aquilo que já dissemos aqui, que atualmente temos este dilema nas freguesias também.
Ou seja, este apelo que eu faço, aqui neste pacote das freguesias, é que olhem também para as freguesias como um parceiro, ou seja, como uma Divisão da Câmara, se quiserem assim entender.
Se eu não falar mais – porque já estou a ver que incomoda aqui alguém – boas festas a todos, um feliz Natal e um bom ano."

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

"Muito obrigado, Senhor Presidente.
É claro que a análise de um Orçamento, e especialmente enquanto Presidente de Junta – e os meus colegas falam por si também, cada um por si – tendo em conta a inflação, todos estamos preocupados, as obras custam muito mais do que era há um ano. Mas, na verdade, este Orçamento dilui-se – eu tinha já dado como ideia, havia uma perspetiva de uma despesa que possivelmente, no ano anterior, não se conseguiu concretizar em obra, até por força dos custos, e ela transita para este ano. É claro que se transitam, por exemplo, € 5.000.000,00 ou € 6.000.000,00 para este ano, mais ou menos numa perspetiva, claro que se traduz numa obra menor a nível do global. Claro que aqui a solução é a banca. Normalmente nós sabemos que, em tempos difíceis – e o Município, felizmente, tem essa opção, financeiramente está bem estruturado, acreditava que tínhamos aqui possibilidade de recorrer a mais financiamento à banca, porque aqui pode provocar um retrocesso naquilo que era o dinamismo, inclusive do saneamento – o colega Humberto Lopes falava aqui de saneamento, nós temos um caso em que temos o projeto concluído, de Vale da Cabra e Casal do Queijo, que achamos injusto na questão de que a população reclama que passa pelos seus terrenos o emissário de Carnide, nos terrenos de Casal do Queijo e Vale da Cabra, e não está inscrito em Orçamento para ser executado. É claro que isto deixa aqui descontentamento, e esperamos bem que o Município, através dos fundos que possam vir do Plano de Resiliência, e outros projetos de apoio comunitário, possam vir a acontecer.
Nós, enquanto dinâmica da Junta de Freguesia, a nível estrutural, ao longo dos anos, fomos tentando fazer aquele trabalho que compete a cada Junta de Freguesia, penso eu, nos tempos em que planeamos o futuro, que é o seguinte: é claro que é tempo de nós não termos que movimentar uma máquina, uma retroescavadora, uma camioneta de trabalhos que são do dia a dia, ou outros carros, no sentido de poder minimizar custos, não sendo a Câmara a fazê-lo, a Junta de Freguesia tem essa missão de proximidade, e isso, temo-lo feito, com os apoios que o Município dá na delegação de competências, e não só, para adquirir viaturas, como ainda agora aconteceu – que agradeço aqui hoje ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo a possibilidade de termos adquirido mais uma viatura de transporte de crianças, que a outra tinha finalizado o tempo de poder andar a fazer esses transportes, e na segunda-feira, o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora Catarina Silva estiveram no Louriçal, para presenciarmos esse ato, e claro que nós só temos que agradecer, porque é mais valia, é segurança, é um

conjunto de fatores, para que os alunos e os pais se sintam com segurança no transporte das crianças. E isso, fazemo-lo.
É claro que a delegação de competências foi fazendo a alimentação, a confeção das refeições, um conjunto de fatores que a Junta hoje assume. E financeiramente, nós temos feito isso, e acautelamos. Os tempos são difíceis, já debatemos isso também em conjunto, com todos os Presidentes de Junta, no que vem aí, e o que é que custa mais, e o que é que a Câmara também pode, no futuro, poder ajudar financeiramente nessas despesas.
No orçamento global das grandes despesas, é claro que, enquanto Presidente de Junta – por exemplo, a saúde é um assunto que não só carece financeiramente, de investimento do Município, mas tem um trabalho muito exigente – e aqui peço ao Sr. Presidente e ao Executivo que possamos, perante a tutela, de uma vez por todas, dizer que a reorganização da saúde – como diziam os meus colegas, e bem – tudo bem, reconhecemos a dificuldade a nível do país, mas não tem surtido efeito naquilo que é o tempo antes das unidades de saúde. Há realmente uma desorientação, as coisas não têm funcionado bem, as pessoas estão mal servidas, os utentes estão mal servidos. Esperamos que as coisas comecem a melhorar.
Na educação, no que diz respeito ao Louriçal, as instituições, o nascimento de crianças existe, o Centro Escolar do Louriçal está cheio, em Moita do Boi está cheio, são duzentas e trinta e duas crianças. É importante que a continuidade da oferta de ensino, através do Instituto, se mantenha, e este também é um trabalho em que não existe propriamente investimento do Município, mas é um trabalho que também tem, hoje em dia, o apelo e, acima de tudo, que a tutela possa, de uma vez por todas, valorizar aquilo que está investido. Ou seja, no futuro, há investimentos que estão feitos, que não precisam de voltar a investir nos equipamentos que existem para servir o concelho. E é neste sentido que também lanço esse desafio.
É claro que a nível da questão cultural, o Louriçal deseja há muitos anos a construção de um centro cultural, isso não foi possível ainda. Temos uma condição muito mínima para poder ter essa oferta a nível da sede da freguesia, que é a única associação, a Associação do Louriçal. Esperamos também que neste Plano de Resiliência possa haver oportunidade de, a curto prazo, podermos colocar em projeto.
Ao nível rodoviário, existe uma rubrica que verificámos, na questão de uma estrada que tem quarenta anos, que é a ligação Castelhanas até às Biqueiras, e bem, aquela população reivindica há muito tempo. Há um conjunto de fatores que não estão incluídos, é certo que o concelho é grande, verificamos que tem que ser distribuído. A questão social, como dizia o meu colega Humberto, é importante que nós possamos definir, de uma vez por todas, este trabalho exemplar da ação social a nível das freguesias, que é hoje, sem dúvida, um fator importante, num tempo tão difícil – e nós percebemos isso, quantas vezes nós estamos ali a ver cada vez mais pessoas a solicitar este apoio, as técnicas têm feito o seu trabalho, e achamos que, no futuro, era importante colocar estas pessoas, em termos de efetividade, e acima de tudo salvaguardar o seu futuro, e também para melhor trabalharem, perspetivando que ali é o sítio onde vão ficar, porque já têm esse conhecimento.
É claro que analisando o geral, eu não sei, não posso estar aqui a criticar, nem o faço, porque eu faço isso normalmente só em gabinete, e fiz questão de o fazer chegar ao Senhor Presidente e ao seu Executivo, mas esperamos que o Plano de Resiliência e os fundos comunitários que ainda podem vir, venham mudar um bocadinho do rumo do Orçamento, que efetivamente acho que não é o suficiente, nem de perto, daquilo que estávamos à espera.
De qualquer forma, acho que não será justo estar, neste momento, a dizer que este ou outro projeto não vai ser feito, esperamos que ainda possa acontecer, e pensar que 2023 é agora,

MUNICÍPIO DE POMBAL

2024 está muito próximo, e as obras, se não acontecerem até lá, depois é mais difícil, num projeto que todos propusemos ao eleitorado.
Portanto, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, aquilo que deixo aqui é um desafio, e que esperamos que realmente do Plano de Resiliência e dos fundos comunitários venham, e que esta verba seja distribuída em muitas vertentes que temos, e planos que as populações têm, com o objetivo no futuro, sabendo bem que o futuro não é fácil, e há despesas inerentes que também não estamos a fazer conta. De qualquer forma, vamos, com certeza, estar juntos, para poder fazer mais e melhor pelas populações.
Muito obrigado."

André Tasqueiro (PPD/PSD):
"Muito obrigado, Senhor Presidente.
Analisando este Orçamento, posso dizer que o mesmo é um documento previsional equilibrado, consistente, e que possui um conjunto de medidas que trazem inovação ao território e à nossa população.
Focando-me mais na parte das novas gerações, verifico a persecução de boas iniciativas de participação cívica e política, como a Semana da Juventude, o programa de ocupação de tempos livres, o Parlamento de Jovens, ou o Jovem Autarca, ou até o próprio contínuo apoio às associações juvenis, que muito fazem pelo nosso território.
No entanto, sem desprezar a importância de tamanhas rubricas e apoios já mencionados, destaco cinco novas iniciativas que demonstram um upgrade nas políticas de juventude no Concelho de Pombal.
Começo, naturalmente, com a menção ao Orçamento Participativo Jovem, um programa que pretende estimular a participação cívica das novas gerações, na melhoria do nosso concelho, medida essa prevista até no programa eleitoral do PSD em 2021, referindo que para o sucesso desta medida, será necessário o envolvimento natural de todos os stakeholders da área da juventude.
De seguida, não poderia deixar de mencionar a criação de um programa de saúde mental para jovens, a desenvolver pelo Conselho Municipal da Juventude, com a inclusão das conclusões do grupo de trabalho existente sobre o tema, entre o Conselho Municipal da Juventude e o Conselho Municipal da Saúde, levando ao desenvolvimento de medidas efetivas para a temática da saúde mental, que tem vindo a afetar cada vez mais um maior número de jovens Pombalenses.
Destaco também ainda a questão do Plano Municipal da Juventude, investimento esse que irá permitir o desenvolvimento de um instrumento de gestão dos investimentos e das iniciativas existentes na área da juventude e das novas gerações, para além de levar a uma melhor programação e previsão financeira afeta a esta área.
Caros colegas, a pandemia, a guerra na Ucrânia e a inflação fizeram com que as gerações mais jovens fossem aquelas que mais dificuldades enfrentassem na sua emancipação. E para fazer frente a essas dificuldades, este Orçamento possui prevista a implementação do Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem, programa este que faz parte do programa eleitoral do PSD de 2021, e que já obteve os contributos do Conselho Municipal da Juventude, sendo que se prevê que o investimento ascenda aos € 150.000,00 neste primeiro ano.
Por último, de referir que ainda, no âmbito desta emancipação juvenil, a pertinência da iniciativa do "Cheque Bebé", em que se verifica que os jovens pais poderão usufruir de um apoio na primeira infância para ser despendido no Concelho de Pombal, em artigos de

puericultura, contribuindo assim para o alívio dos encargos dos jovens pais e para a promoção do comércio no concelho.
Poderia continuar a mencionar rubricas e investimentos "ad eternum", e todos perceberíamos que este Orçamento se encontra alinhado, não só com os objetivos de desenvolvimento sustentável, mas também com as respostas necessárias para os problemas das gerações Pombalenses. E de referir que este Orçamento será possivelmente o Orçamento que mais medidas na área das novas gerações possui, que mais dotação orçamental para esta área possui, e irá certamente marcar uma nova etapa no que toca às políticas da juventude e das novas gerações em Pombal.
Muito obrigado."

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, Independente):
"Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimento-o a si e à Mesa, e, na sua pessoa, todos os presentes e todos aqueles que nos estão a ver lá em casa.
Efetivamente, a contingência de sermos dos últimos a falar é que já praticamente tudo foi dito, não quero contribuir para estarmos a chover no molhado, como se costuma dizer, e portanto, vou tentar resumir a minha intervenção, começando por dizer que não pretendo contribuir para inviabilizar a aprovação de algum tipo de documento previsional, mas tenho que dizer o seguinte: é efetivamente verdade que vivemos num contexto de crise, difícil, cujas causas já foram sobejamente referidas. Elaborar-se documentos como estes não é fácil, pode ser ingrato, pode ser injusto, tem que se priorizar muito bem a canalização da despesa, compreendemos tudo isto. Mas, é importante também referir que este é um contexto de crise que nós, nas freguesias, também sentimos de forma bem vincada na gestão dos nossos Orçamentos, e nós também temos documentos previsionais para apresentar em Assembleias de Freguesia.
E digo isto, efetivamente, porque as competências que temos são cada vez mais, os serviços que prestamos são cada vez mais, e as responsabilidades que temos são cada vez mais, e são cada vez maiores. E creio que era importante também lembrarmos que estes serviços, estas competências e estas responsabilidades são executadas por pessoas, por recursos humanos. E não me parece que seja necessário fazermos um grande exercício para percebermos o impacto brutal que têm tido os aumentos, sobretudo nos recursos humanos, e as implicações que isto tem a nível local na nossa gestão – é evidente que, depois, à escala de cada freguesia, e eu falo de uma União de Freguesias que tem um quadro de pessoal à sua escala, e que é, portanto, difícil de gerir.
E o que eu queria dizer aqui é que eu, sinceramente, esperava hoje ver na apresentação destes documentos um esforço claro e inequívoco no reforço das receitas das freguesias, porque, de facto, só dessa forma é que nós conseguimos melhorar os serviços que prestamos aos nossos fregueses. E portanto, num contexto destes, sem haver a revisão dos contratos existentes já há uma série de anos, completamente desatualizados, sem haver uma revisão das verbas do contrato interadministrativo, que nós queríamos muito que já tivesse sido feita, é difícil, e é cada vez mais difícil continuarmos a prestar os serviços com a qualidade que os nossos fregueses precisam. Queria deixar aqui esta nota, no que ao Orçamento diz respeito.
Quanto ao Ponto n.º 2.3, Grandes Opções do Plano, apraz-me referir o contentamento pela previsão de importantes obras estruturantes a Oeste, nomeadamente na União de Freguesias – à cabeça, obras como a requalificação da Praça Fechada, ou a execução do projeto de requalificação e de ampliação do Vale da Sobreira, assim como a ampliação da Zona Industrial da Guia, em função das verbas que estão atribuídas a estas rubricas, faz-nos

efetivamente crer que aquilo que andamos a prometer às pessoas, de facto, é verdade, e que estas são obras que vão ter exequibilidade, em função destes valores.
E portanto, deixar esta nota, da mesma forma que, em sentido contrário, manifestar a minha preocupação em relação a algumas rubricas e a alguns projetos onde isso já não acontece. E gostaria também de deixar estas questões para o Executivo Municipal se poder pronunciar. Vou dar só alguns exemplos, começando pela importante obra, estruturante, neste caso na Vila da Guia, que é a construção da variante que liga a A17 à 109, é uma rubrica que tem, neste Plano Plurianual, € 1,00 inscrito até 2024, não me parece suficiente para a obra em causa.
Dizer, depois, também que nós temos em conjunto – a Câmara e a Junta de Freguesia – um projeto na requalificação da parte pública da envolvente da Ermida de Nossa Senhora da Guia. Tanto quanto sei, é um projeto que estará praticamente concluído, e portanto, com maturidade para depois, eventualmente, submeter às candidaturas do Portugal 2030. O que acontece é que o edificado, que é tetra centenário, está degradado, precisa de intervenções. Gostaria de saber, em função de não ser tutela pública, se está previsto algum apoio célere para a requalificação daquele edificado, para depois podermos avançar com o nosso importante projeto.
Depois, dizer que espreitei aqui também este documento de resumo, de síntese, que a Senhora Vereadora apresentou, e queria também só referir que onde vem inscrita a parte do "Pombal + Verde", isto reportou-me para o primeiro pedido que fiz ao Município neste mandato, e que tem a ver precisamente com o acompanhamento da leitura municipal deste Executivo, que eu aplaudo, de servir todas as freguesias com parques verdes. E nós, na Vila da Guia, que é uma importante zona do concelho, estamos deficitários em relação a este tipo de equipamento e de serviço à população.
O PPI, digamos assim, prevê uma verba de € 110.000,00, distribuída pelos demais próximos anos, que me parece meramente insuficiente para o equipamento que nós queremos ver construído de raiz, e à escala da importância que esta vila tem para o Concelho de Pombal.
E neste documento, dizia eu, onde diz "Pombal + Verde", vem, efetivamente, aqui uma verba para a construção desta rede no concelho. Queria perguntar se os valores que estão inscritos em Orçamento, qual é que foi a leitura destes € 110.000,00.
E depois, dizer também que, na parte do desporto, há também verbas para a construção e beneficiação de infraestruturas desportivas, e na parte da cultura, há verbas para beneficiação de equipamentos culturais. Ora, na parte do desporto, e acompanhando a leitura do meu colega aqui do Carriço, que falava, e bem, dessas necessidades na sua freguesia, eu acompanho-o, sublinhando as mesmas necessidades na União de Freguesias, sendo que nós nem equipamentos pré-existentes temos, nós não temos rigorosamente nada para fazer face à imensa atividade que temos, quer em termos desportivos, com as demais associações, que tão bem trabalham a oeste do concelho, e muito menos em termos culturais – e o Senhor Presidente, há pouco, falava dos agentes locais de cultura que temos no concelho, e da importância que eles têm para Pombal, referir que o oeste do concelho está genuinamente bem posicionado no Concelho de Pombal a esse nível, que como todos sabemos, quer com as suas filarmónicas, quer com o Coral Polifónico, quer com os ranchos folclóricos, quer com as associações que organizam eventos que são referências no concelho, como o TI MILHA, é uma pena, efetivamente, que não tenhamos espaços condignos – porque não temos espaços nenhuns, e portanto, condignos nunca poderiam ser.
Acompanhando também – e para terminar – a leitura que o Senhor Presidente da Câmara tem, de preparar condignamente o Portugal 2030, deixar aqui nota de que o pavilhão multiusos no Oeste é uma necessidade premente, e, na minha opinião, faz todo o sentido que o Executivo

Municipal faça este trabalho de casa, antevendo a abertura das linhas de financiamento, de ter os seus projetos com a devida maturidade, sob pena, depois, de podermos não ter os dinheiros comunitários a vir, por falta de preparação dentro de casa.
Muito obrigado."

Renato Guardado (PPD/PSD):

"Ora, então, boa noite, novamente.
Neste ponto do Orçamento, pedi a palavra apenas para reforçar, e para salientar uma medida do Orçamento. Nas intervenções políticas, quando referimos tudo, não damos, se calhar, o destaque essencial que queremos dar e, ao fazer isto, - pergunto ao João se estou a fazer o papel de fiscalização corretamente, mas até onde eu entendo, a Assembleia Municipal, para além de fiscalizar, deliberar, autorizar, propor, são termos que estão previstos na Lei n.º 73/2013, que define e estabelece as competências da Assembleia Municipal e, portanto, as intervenções e as observações, sempre que tiver algo que eu deva interpelar um deputado municipal à minha volta, assim o farei - continuando, relativamente às citações sobre anteriores reuniões, eu vou buscar uma citação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2021 – já desta Assembleia Municipal – na pág. 78 da ata – eu não sei de cor, mas se quiserem consultar – temos uma intervenção do Líder de Bancada do Partido Socialista, onde, relativamente ao ponto do Orçamento, referia a falta de ambição e investimento em Pombal, nomeadamente na questão do investimento nas zonas industriais, que era flagrante, "Pombal perde uma pessoa por dia nos últimos dez anos", onde era reclamado, à época, investimento na Formiga, em Abiul, transformação desses espaços em verdadeiras zonas industriais. E, portanto, tornava-se evidente que havia essa possibilidade, caso houvesse essa assunção da tal nova ambição, e o real compromisso com as promessas que foram feitas durante a campanha eleitoral. "Falamos aqui da beneficiação dos parques industriais, ficamos à espera." Fim de citação.
E, portanto, isto foi na intervenção do Orçamento, da Assembleia Municipal do ano passado. Posto isto, concordo com isto que aqui está dito, em parte, na necessidade – também o referi e tive a oportunidade de o fazer em algumas Assembleias Municipais. Portanto, acho que não é estranho se dissermos que toda a gente em Pombal percebe a necessidade deste impulso que temos de dar.
E, portanto, é este o ponto que eu quero tocar neste Orçamento, realçar, que é a grande verba que aqui temos, de € 3.700.000,00 para aquisição, para projetos, para cadastros dos parques industriais. E ao contrário do que se tenta fazer parecer nas intervenções, em que as propostas não são acolhidas, em que nós só temos aqui um trabalho de fiscalização, "and so on", aquela choradeira costumeira, eu acho que neste ponto é expectável uma palavra sobre isto. A intervenção está aqui, está citada, e portanto, não serei o único satisfeito com este reforço de investimento, e sim, queremos não só inscrito no Orçamento, mas que seja, de facto, executado – e daqui a um ano voltaremos novamente a falar.
Posto isto, só dizer mais uma coisa, que é: é por demais evidente, e está também nestes documentos de introdução do Orçamento, a falta de financiamento que os Municípios têm – no caso, é o financiamento que o Estado utiliza, financiamento comunitário. Temos PRR em 4% de execução em 2022, temos o PT 2030, um programa que incide nos anos de 2021 a 2027, em que ainda não há avisos abertos.
E por que é que isto é relevante do ponto de vista do Orçamento? Porque mais do que estarmos aqui a citar e elencar um conjunto de medidas que deveríamos colocar no Orçamento – e como já foi referido, para ser colocado, teríamos de retirar alguma coisa – mais do que este forcing do elencar da lista de compras que gostaríamos de ter, era, se calhar, fazer pressão política

no sentido de estes instrumentos de financiamento terem de sair para a rua. Passaram dois anos desde que deveria ter começado o Portugal 2030 – dois anos, entretanto estamos a meio, e ainda não há um aviso aberto. E isso é relevante para as autarquias, porque mediante isto, sim, se abrirem avisos para algumas das propostas que são apresentadas, pois com certeza, o Município terá condições financeiras de lá ir. A questão é que ainda não estão abertos, ainda não estão em funcionamento, ainda não estão à disposição.
Com isto, realço aqui outra circunstância: é que este investimento nas zonas industriais é feito apesar desta circunstância, de não haver fundos disponíveis para isso, recorrendo, como está previsto nos Orçamentos, à banca.
E, portanto, enaltecer também a capacidade o arrojo e a perceção, na minha opinião, da verdadeira necessidade que Pombal tem neste momento, para se catapultar enquanto território atrativo nesta dinâmica empresarial, e nesta dinâmica de empregabilidade, que é pegar num empréstimo, pegar num valor avultado e andar para a frente nesta questão de parques industriais.
E naturalmente, tendo em conta todo este contexto, acredito que, pelo menos nesta parte, haja, da parte do Partido Socialista, um reconhecimento de que, de facto, esta necessidade apontada, não só pelo PSD, como também pelo PS, está em curso, e que é uma boa medida neste Orçamento.
Muito obrigado."

João Varela Coelho (PS):

"Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.
Sr. Presidente da Câmara, é minha responsabilidade apresentar as principais conclusões desta Bancada sobre algumas das insuficiências deste documento, em concreto do Orçamento. Servir-me-ei do Orçamento como guião para a minha intervenção e para a análise, não só do Orçamento, mas das Grandes Opções do Plano para 2023 e anos seguintes.
Em primeiro lugar, o enquadramento que foi usado neste Orçamento merece-nos algumas dúvidas. Logo de saída, temos um enquadramento macroeconómico que duvidamos que seja concretizado tal qual está, é realmente um quadro de preocupação aquele que vivemos na economia nacional e internacional, mas entendemos que este quadro conservador demonstra desde logo uma perspetiva de justificação para a fraqueza da ação deste Executivo.
Acrescentamos também a menção do aumento dos custos de energia, na ordem de € 7.000.000,00, que carece de confirmação, seja porque o número parece já exagerado, em relação à evolução registada recentemente no preço dos combustíveis, seja porque omite o impacto de algumas medidas de poupança energética que o próprio Orçamento contempla, e que se saúda.
Há dados que são mencionados como constrangimentos para a ação da Câmara Municipal, como o aumento das taxas de juro. No entanto, atendendo à realidade financeira da Câmara Municipal – ainda agora aqui elogiada, e nós temo-lo feito ao longo destes anos – esses são constrangimentos de muito menor impacto, se bem geridos, do que para a maioria das famílias, empresas e instituições, que esperam agora o apoio necessário para a recuperação económica, e que está ao dispor do Orçamento da Câmara, atendendo mais uma vez aos números apresentados.
A expressão "aumento exponencial", aqui na fase ainda do enquadramento, quando aplicada aos salários, denota alguma dificuldade por parte da Câmara Municipal de assumir que as atualizações salariais – como são normais e positivas, visto que há receita que equilibra esse aumento, por via de transferências do Governo Central – que os aumentos de salários são

mesmo justos para quem tanto poder de compra tem perdido em mais de uma década – e aqui, isto é uma responsabilidade que perpassa os Governos das maiorias de direita e de esquerda – e que isso também representará argumentos pela Câmara Municipal para fazer a sua missão com os melhores ativos, motivados, em concorrência com o privado – sabemos os constrangimentos, eles foram bem identificados, e concordamos com eles.
Atendendo a este enquadramento, é normal que o Orçamento seja construído numa base de que nós, logo à partida, discordamos.
Há, depois, uma menção, um capítulo a que nós chamamos a dependência do aproveitamento do financiamento comunitário, porque é assumido que a Câmara Municipal fará depender a sua ação daquilo que pode, ou não, obter dos financiamentos comunitários. E isso, entendemos nós, é lamentável – mas, também já não é novidade, já tinha sido assim em 2021. O que passa a ser surpreendente neste Orçamento é a inclusão desta questão como um discurso de justificação para o adiar sucessivo de obras, como as do interface rodoviário, a requalificação da Várzea, o Centro Escolar da Pelariga, ou o "Explore Sicó", cujos atrasos sucessivos nada têm a ver com esse financiamento.
Como a Câmara Municipal decidiu que as suas obras só o serão se os fundos comunitários as pagarem, continuaremos a estar adiados "sine dia", em obras vitais como as da prevenção das cheias – promessa antiga, nada de novo aqui, e portanto, concedam o direito à Bancada do Partido Socialista de ter alguma dúvida sobre a sua concretização, em mais um ano que há de vir – da ampliação da ETAP ou do Centro de Saúde de Pombal, dos parques verdes por todo o concelho, nomeadamente os de Pombal ou do Vale da Sobreira – este com promessas de valores surpreendentes, devemos registar – ou das necessárias obras em vários equipamentos desportivos, e a construção do novo pavilhão do Oeste – já tinha sido mencionado pela Bancada do Partido Socialista, há um ano atrás, na citada reunião, por parte da Bancada do PSD, em que mencionámos precisamente a necessidade de fazer este investimento.
Em relação às Grandes Opções deste Orçamento, e para os próximos anos, três áreas específicas. Antes de mais, o enquadramento que foi usado, e que nos merece este entendimento, são promessas cujo valor foi esvaziado por este Executivo em tudo o que se prevê para 2024 e anos seguintes, até pela iniciativa de encomendar um plano estratégico a uma entidade externa, que nada conhece sobre Pombal, e que reorienta a ação da Câmara Municipal, se ela assim o entender, ou então, em contraponto, valerá um custo inconsequente de € 50.000,00, se a Câmara Municipal decidir finalmente fazer o que lhe compete, que é finalmente definir o caminho de crescimento para o concelho – afinal, o que esperavam todos os que votaram neste Executivo.
As medidas fiscais chamadas de apoio às famílias são, em muito, a continuação do que vinha a ser feito nos anos anteriores, e por isso, não se adequam, de forma evidente, ao adensar da crise, com medidas de dimensão considerável, que podiam produzir efeitos multiplicadores positivos, o que nós lamentamos.
O orçamento de despesa continua a ter um valor sem identificação devida – isto é uma nota paralela, mas, ainda assim, relevante – continua a ter um valor sem identificação devida, ao bom princípio da transparência, nomeadamente nas rubricas "Outros trabalhos", com € 1.420.000,00, e "Outros serviços", com € 2.000.000,00, o que torna a discricionariedade a regra, quando deveria ser a exceção, confundindo os cidadãos e, por exemplo, impossibilitando o trabalho de fiscalização deste órgão, em muitas das despesas que a Câmara acabará por assumir.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Três pontos específicos das Grandes Opções do Plano. Ponto um, medidas de desenvolvimento económico: o desenvolvimento das zonas industriais, principal preocupação do Partido Socialista antes e depois das eleições – obrigado pela devida homenagem feita pela Bancada do Partido Social Democrata – aparece aqui como destaque. No entanto, vemos que estão orçamentados valores inatingíveis para a aquisição de terrenos, se pensarmos que equivalem a comprarmos, em 2023, a mesma área que temos agora no Parque Industrial Manuel da Mota e na zona industrial da Guia. É difícil de acreditar, e também é difícil de compreender por que é que, em paralelo, a chamada dinamização das zonas industriais já existentes – aquelas que foram mencionadas em 2021 – agora são adiadas em 2024 e seguintes, com valores pouco ambiciosos – reforço a expressão "pouco ambiciosos" – atendendo à forma como este Executivo foi eleito.

No turismo, continua a faltar o básico, um produto turístico. Até a ideia expressa, que o turismo de natureza é a grande aposta – vimos aqui algumas intervenções de Presidentes de Junta em que questionaram precisamente isso – com tantos problemas ambientais por assumir e resolver, relacionados com as explorações de inertes e poluição por despejo nos cursos de água, demonstra a desorientação que reina nesta área, bem visível na entrevista da Vereadora do pelouro, no Dia do Emigrante.

O Polo de Inovação e Conhecimento, que servirá para albergar o Polo do Politécnico de Leiria e laboratórios ligados à indústria, pelo que é citado – e volto a citar, é dito ser peça chave do desenvolvimento económico e criação de valor acrescentado no concelho, já o era no mandato anterior. Mais uma vez, uma promessa antiga. E foi anunciado que este ano é que era, veríamos manifestações concretas desse investimento, até porque o protocolo – já aqui foi perguntado – previa que ele devia estar a funcionar em setembro de 2023. Percebemos agora que nem neste mandato teremos esse polo, e, portanto, continuaremos a contentar-nos com os contentores durante muitos anos.

Outro ponto das Grandes Opções do Plano, o desporto e cultura, menciona novamente as obras necessárias nos equipamentos desportivos existentes e criação de novas zonas no concelho, passam a adiadas, pela intervenção do Senhor Presidente da Junta do Carriço e da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca. Lamentamos que as nossas preocupações não sejam ouvidas em algo que não corresponde necessariamente a um aumento de despesa.

Continuam os subsídios atribuídos sem critério evidente, usados pelo Senhor Presidente da Câmara até para atacar a Oposição, que questiona legitimamente – já tivemos aqui exemplo desse comportamento da parte do Senhor Presidente, hoje -, como se estivéssemos a questionar o mérito dos subsidiados, ou o mérito das atividades, colocando Pombalenses contra Pombalenses, diminuindo a credibilidade do processo, algo que entendemos desnecessário. Ainda assim, reforço, em nota de Orçamento, seria normal que em relação aos subsídios, crescêssemos na exigência, definindo um critério mais evidente, não só em relação ao desporto e cultura, mas também a IPSS's, que inclusive tiveram, este ano, a particularidade e a novidade de ver dívidas pagas através de subsídio.

Em relação à habitação, terceiro ponto das Grandes Opções do Plano, o tal "Primeiro Direito" que está mencionado na Lei, e que seria concretizado para 2024, é uma requentada oportunidade para, e passo a citar, "reabilitação e realojamento de pessoas, com 10.000.000€ a investir em quatro anos", que já devia ter começado em força este ano – para nada ter sido feito, e isso foi mencionado nas reuniões de Câmara, depois de termos aprovado um plano rigoroso nesta Assembleia, em dezembro de 2021.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Desses € 10.000.000,00, em quatro anos, o Executivo pretende finalmente começar a obra em 2023, com um orçamento claramente insuficiente, de € 500.000,00. Pouco ambicioso, reforço. E é assim que o Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem – que hoje soubemos a novidade, que estava no programa eleitoral do PSD – criado com o patrocínio bondoso da Juventude Socialista, não passará de um sonho que esbarra contra a realidade de não existirem imóveis disponíveis no mercado para a fixação de jovens no nosso concelho.
Em relação aos dados financeiros que terminam a parte do Orçamento, apontamos o seguinte: os valores de receitas e despesas previstos para 2023 são em muito semelhantes aos previstos nos anos anteriores, com a principal novidade a ser o aumento das despesas por aumento de ordenados na função pública, compensado pelo aumento de transferências da Administração Central.
O relatório do auditor externo – e peço desculpa por avançar um ponto, mas só para recuperar a informação necessária – sobre o comportamento das receitas e despesas do primeiro semestre de 2022 mostra-nos que houve uma captação de receitas consideravelmente superior à de 2021, € 2.300.000,00, três vezes superior ao aumento da despesa, mesmo com os primeiros efeitos da inflação, que estão sempre a desculpar a tibieza da ação da Câmara Municipal em todo o documento. A margem de endividamento da Câmara Municipal – e reforço este ponto, com uma justificação para algo que a Bancada do Partido Social Democrata continua a fingir que não entende – a margem de endividamento da Câmara Municipal continua a subir, este ano para € 48.000.000,00, valor que é propriedade de todos os Pombalenses, sem exceção, e por isso precisamente para ser usado em momentos difíceis. E a falta de confiança que o Executivo tem na sua própria ação faz com que não se use esta margem – não na sua totalidade, mas de uma forma consciente e responsável – como catalisador de melhorias na vida dos Pombalenses e nos fatores de competitividade do concelho.
Conclusões finais, para decidirmos a posição do Partido Socialista em relação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano: são de confiança total? Pergunta. Resposta: pelas premissas iniciais, pelos processos contabilísticos que fogem à avaliação económica das opções tomadas, ou pelos exemplos de obras importantes que são adiadas, com falta de investimento de meios próprios que a Câmara Municipal controla, percebemos que estes documentos foram transformados pelo Executivo num mero expediente formal, ou numa desculpa, que não responde por qualquer compromisso sólido, para além da propaganda, que nós entendemos que é superficial.
Pergunta: o Orçamento e as Grandes Opções do Plano aportam as principais propostas do Partido Socialista, como sinal de bondade em relação àquilo que poderia ser um encontro de vontades para o voto a favor? Esta Bancada entende que não, já o demonstrou numa intervenção anterior, e a postura do PSD tem sido de permanente rejeição ao envolvimento do Partido Socialista no processo político.
O Orçamento aponta para o cumprimento do programa do Partido Social Democrata – ou seja, para o programa em que a maioria dos Pombalenses se revia? A resposta é não, nem considerando este mandato, nem a década que o Sr. Presidente da Câmara entendeu como um prazo razoável para os Pombalenses confiarem nele.
Por sorte, este Orçamento responde ao que os Pombalenses precisam. Continuaremos a ter uma evolução demasiado lenta no investimento das zonas industriais, continuaremos a ter o adiar do investimento próprio no parque habitacional, continuamos a ter problemas ambientais graves, que minam a nossa capacidade de criar e promover um produto turístico distintivo, problemas nos transportes, continuamos a ter prioridade por eventos e promoções

estéreis, em detrimento de investimento em equipamentos importantes e critérios simples e produtivos nos subsídios atribuídos. E a criação agora de um Plano Local de Combate à Pobreza, depois do trabalho de elevado mérito que os técnicos da Câmara Municipal, IPSS's e Juntas de Freguesia têm levado a cabo durante décadas, simboliza, de forma triste, mas lacónica, que as maiorias do PSD não servem o desenvolvimento do Concelho de Pombal.
Por todos estes motivos, a Bancada do Partido Socialista é obrigada a rejeitar este Orçamento e Grandes Opções do Plano.
Muito obrigado."

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):
"Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros colegas Presidentes de Junta de Freguesia, membros da Assembleia Municipal, pelo PSD, pelo PS e pelo Oeste Independente, técnicos da Câmara:
É com extraordinária alegria que eu acabei de ouvir o deputado João Coelho ler o discurso do Professor Paulo Mota Pinto, quando era líder da Oposição no PSD, ao Orçamento de António Costa. É "ipsis verbis", dá-me gosto ver que o deputado João Coelho já está a ler as coisas do PSD, só que se engana, porque não basta trocar "Governo" por "Município", e "Portugal" por "Pombal", e dizer as mesmas coisas. A diferença é que o nosso Executivo trabalha, o nosso Executivo planeia, o nosso Executivo consegue conhecer as coisas bem, ao contrário do Governo do Partido Socialista, que está a preparar Portugal para a terceira bancarrota.
E temos que ter atenção quando usamos – pode não ser "ipsis verbis", pode não ser a forma da letra, mas o espírito dos discursos da Oposição. Realmente, temos que ver se se adequa ou não se adequa ao que estamos aqui a fazer. E, claramente, o discurso de Oposição que o PSD faz ao Governo do Partido Socialista, e que o João Coelho aqui representou e releu – releu no espírito, e não na letra – realmente é igual.
Dúvidas do enquadramento orçamental, se é conservador? É preferível ser conservador. Nas coisas do dinheiro, é preferível ser conservador, do que dizer que vamos ter uma inflação de 7%, e ela vai ser de 10% ou 12%, como acontece em Lisboa. Aqui está, a pessoa, no espírito do discurso de Oposição que o PSD faz em Lisboa, o PS em Pombal tem que ter cuidado a adaptá-lo, não basta reler, e pronto, fazemos a figura bonita. Não, temos de ver se se adequa. E não se adequa, claramente não se adequa. A capacidade financeira do Município é boa, a de Portugal é má.
Apoio às famílias? No apoio às famílias, as competências que o Município tem, pela Lei n.º 75/2013, falam de ação social. Nós temos ação social, com uma delegação de competências, em áreas bastante específicas e definidas. O apoio às famílias "tout court", para aguentar o clima económico, é um apoio que é da competência do Governo Central, do Governo do Partido Socialista. E as suas insuficiências no apoio à população, a sair deste estado em que nos puseram, tem que ser um apoio central, não é um apoio local. A Câmara não tem competência para isso, não tem competência. A Lei n.º 75/2013 diz quais é que são as competências.
Dependência do financiamento comunitário? Pois claro. Eu também ouvi em Lisboa o Primeiro Ministro a dizer: "Eu preciso do PRR para fazer alguma coisa", porque não tem dinheiro. Então, se o Governo Central não tem dinheiro, tem dinheiro a Câmara Municipal de Pombal, por muito boa gestão que tem tido, se não tem verbas do Orçamento Geral do Estado para fazer investimento? Se o Estado não faz o investimento?
Vem-me falar de saúde, o Centro de Saúde há não sei quanto tempo devia ser aumentado. Pois claro. Mas, de quem é o Centro de Saúde? De quem é a competência nas instalações de saúde?

MUNICÍPIO DE POMBAL

É do Governo Central, é da ARS Centro, é do Ministério da Saúde, é do Governo gerido pelo António Costa e pelo Partido Socialista.
Vamos cá ver mais: as cheias? Quando cheguei à Câmara, há oito anos, com o Presidente Diogo, o projeto das cheias estava por fazer, na APA, há dez anos. Pegámos nisso, fizemos o projeto, está há oito anos na APA para resolver. Quem é que manda na APA? O Ministério do Ambiente. De quem é que é o Ministério do Ambiente, a governação? É do Partido Socialista, é do Governo de António Costa. E vêm para cá dizer que é incompetência da Câmara, quando é a APA que tem que andar com o projeto, fazer o projeto, fazer o projeto de especialidade, e demorou seis anos para o fazer? E vêm para aqui, para cima da Câmara de Pombal? Que dirigentes políticos é que vocês são? Desculpem, mas não posso aceitar.
Linhas de água, vêm falar das linhas de água, desconhecem a Lei da Água. É da responsabilidade do Município a limpeza das linhas de água nas zonas urbanas. As linhas de água não navegáveis nas zonas urbanas, é competência do Município. Fora das zonas urbanas, a competência da limpeza das linhas de água é do proprietário confinante. A competência de fiscalização é da GNR e é da APA. De quem é a APA? Ministério do Ambiente; Ministério do Ambiente, Governo do António Costa, Governo do Partido Socialista.
E os senhores, do Partido Socialista de Pombal, vêm para cá dizer ao Presidente do PSD: "Então, as linhas de água, aí no meio dos pinhais e das terras, não são limpas? Ninguém fiscaliza?" Pois claro. Deviam perguntar isso internamente, no Partido Socialista. De que é que estão à espera? Perguntem lá dentro, chamem-nos à colação, façam-nos trabalhar, façam-nos decidir, arranjem maneira para que o Governo cumpra as suas competências, não passem por lá a dormir. Ajudem-nos, ajudem-se todos. Vocês têm a maioria absoluta no Governo, os senhores do Partido Socialista têm o poder absoluto em Portugal. E vocês, o que é que fazem? Vêm para aqui ler o discurso do PSD em Lisboa. E depois, ainda manda umas piadinhas à Bancada do PSD, que não percebe.
Mas, eu também fiquei contente, porque começámos pelo PSD de Olhão, já vamos no PSD em Lisboa, em breve vão usar as palavras do PSD para perceberem que, realmente, o PSD em Pombal está muito à frente desta governação a nível nacional.
Isto era a intervenção de fundo.
Como Presidente de Junta, também quero dizer ao Senhor Presidente e à Câmara que tenho muito receio que o que se passou num Município da zona centro, penso que Pampilhosa da Serra, com os incidentes numa associação recreativa, em que houve um fogo e as pessoas morreram lá dentro, em que o Presidente da Câmara foi responsabilizado, tenho receio que na Junta de Freguesia de Meirinhas possa acontecer o mesmo. As saídas, é uma escada muito íngreme, muito pequena, não temos condições. Trabalham lá quinze pessoas, em pouco espaço. E, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, urge requalificar a Junta de Freguesia de Meirinhas.
Muito obrigado."

Nelson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):
"Boa noite. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal, colegas Presidentes de Junta.
Relativamente ao Orçamento, não podia deixar de intervir aqui em três pontos. Um deles já foi falado aqui por colegas meus, que é a parte do saneamento. Eu espero que na rubrica do saneamento haja aí uns euros para concluir o saneamento na Pelariga, em três localidades:

Vérigo, Monte de Vérigo e Salgueiro, porque tanto quanto sei e sou informado por eles, eles pagam impostos como os outros, acho que têm direito como os outros.
A saúde, espero que desta vez se avance, de uma vez por todas, com a Unidade de Saúde Familiar do Vale do Arunca, Pelariga, Redinha e Almagreira, que o polo seja um projeto que vá mesmo para a frente, porque visto que é uma necessidade muito urgente para as três freguesias, espero que desta vez este caminho se consiga fazer, e que se veja a luz ao fundo do túnel, porque acho que já peca um bocadinho por tardia, porque já há uns anos que eu falo nisto, e chegou-se à conclusão que o que eu dizia há oito anos, ou nove, agora tenho razão naquilo que dizia.
Uma outra questão – e para terminar – um ponto, que eu espero que, neste Orçamento, em que se fala das zonas industriais, que se possa apostar um bocadinho mais na zona industrial do Tinto, acho que é uma zona industrial que tem muito potencial e que pode crescer com alguma dinâmica, porque tem pontos estratégicos – o IC2, o IC8, a A1 – e acho que é uma das zonas industriais do Concelho de Pombal que pode crescer mais. E peço que olhem com olhos de ver para este ponto também.
Muito obrigado. Tenho dito."

João Varela Coelho (PS):

"Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.
Eu só queria lamentar as manobras de diversão que são usadas constantemente pela Bancada do Partido Social Democrata para diminuir o trabalho que está aqui a ser feito, mais uma vez, de fiscalização do trabalho da Câmara Municipal, do Executivo Municipal.
Eu reforço este lamento, também porque as comparações entre o que estamos aqui a fazer e aquilo que é feito em Lisboa – como aqui foi dito – são comparações que não favorecem a pessoa que as faz, naturalmente, e a Bancada que as faz. Estamos a falar de um Orçamento do Estado, que tem disponível € 10.000,00 por cidadão de todo o país; este Orçamento em concreto, das contas que fiz muito rapidamente, tem € 1.060,00 para ser gasto por cada cidadão. E os € 10.000,00 que a Administração Central tem para resolver todas as suas dificuldades, tem que servir um país como um todo, e estes € 1.060,00 têm que servir Pombal. E eu concentro-me no dinheiro que está disponível em Pombal, os recursos que estão disponíveis em Pombal, e na visão que o Senhor Presidente da Câmara e este Executivo não conseguem transpor para este documento, para o desenvolvimento do concelho, mais uma vez. Nós estamos a fazer este trabalho, ao mesmo tempo que está a ser desenvolvida uma estratégia para o desenvolvimento do concelho através de uma contratação externa, de uma externalização de algo que devia ser uma responsabilidade da parte do Senhor Presidente da Câmara, irá receber um relatório por parte de uma empresa, que lhe dirá qual é que deve ser o caminho de desenvolvimento do concelho. E nós não nos revemos nesta prática de gestão do Orçamento Municipal, de gestão do desenvolvimento do concelho, dos atributos que a Câmara Municipal tem para potenciar esse desenvolvimento do concelho, e não nos revemos também em algumas das conclusões que foram aqui elencadas, nomeadamente a ideia de que a Câmara Municipal tem que se restringir a este valor de Orçamento, de € 53.000.000,00. Já aqui foi dito, é uma visão diferente da Bancada do Partido Socialista em relação à Bancada do Partido Social Democrata, acho que ela é perfeitamente respeitável, e dentro dessa diferença, podemos fazer uma discussão política elevada – era isso que era a nossa expetativa. No entanto, vemos que há sempre uma tentativa de diminuição daquilo que nós aqui trazemos, comparando aquilo que não é comparável, e ilibando o Senhor Presidente da Câmara da sua principal

responsabilidade, que é trazer finalmente para estes documentos e para estes momentos a tal ambição que prometeu em 2021, quando se candidatou à Câmara Municipal de Pombal.
Estou convicto que ainda há uma última razão da nossa diferença entre Bancadas, que é a da confiança de que todos estes números que aqui estão são efetivamente para cumprir. Infelizmente, aquilo que nós vimos no último ano, e aquilo que temos visto nos últimos anos de governação – e aqui foi mencionado um exemplo que a nós nos preocupa bastante, que é a construção da bacia de retenção a norte de Pombal – efetivamente, tem demonstrado que a Câmara Municipal não consegue concretizar, apesar dos meios próprios que tem, não consegue concretizar as principais promessas, aquelas que são definidoras da capacidade de atração e de fixação dos Pombalenses em Pombal.
Portanto, fica mais este exemplo, e a justificação reforçada para o voto contra do Partido Socialista em relação a este Orçamento e a estes documentos.
O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que fez a intervenção abaixo:
Presidente da Câmara Municipal:
"Muito rapidamente, Senhor Presidente, aproveitar também para esclarecer algumas dúvidas, e partilhar algumas preocupações – porque quando fazemos estes documentos, também temos de ter a análise do contexto em que vivemos.
E a primeira preocupação foi suscitada pelo deputado Fernando Matias, e é verdade que a reorganização dos cuidados de saúde no nosso território é algo muitíssimo importante e complexo.
O que está em cima da mesa é a constituição de um grupo de trabalho, pelo Diretor Nacional Executivo do SNS – o novo Diretor – para constituir um grupo de trabalho, que já está constituído, para estabelecer um plano económico para a constituição da Unidade Local de Saúde da Região de Leiria. E a ideia é ter uma gestão integrada entre a rede de cuidados de saúde primários e a rede dos cuidados hospitalares. E é algo que eu, daquilo que tenho abordado com os profissionais de saúde, com quem está no terreno, é algo que ainda lança algumas dúvidas e algumas incertezas. Naturalmente que nós vamos acompanhar isso com a maior atenção – aliás, nós criámos o Conselho Municipal de Saúde, estamos neste momento num processo de elaboração de uma estratégia municipal de saúde, juntando os diversos stakeholders nesta matéria, e naturalmente que a constituição dessa Unidade Local de Saúde, que vai ser altamente transformadora, pelo menos na orgânica da saúde no território, porque vai ter uma organização conjunta, vai ser aqui um desafio que nós temos que acompanhar.
Sinceramente, ainda estou no sentido de contribuir para perceber, realmente, quais é que são as grandes alterações que vão ter na orgânica, mas naturalmente nós confiamos nos responsáveis na área da saúde, e no grupo de trabalho em particular, que vai ser coordenado pelo Dr. Licínio Carvalho, e vamos ter aqui uma postura muito ativa, de acompanharmos, quer a dinâmica do grupo de trabalho, quer, depois, as consequências – que é isso que eu creio que o Senhor Deputado estava a salientar – no terreno, quais é que são as efetivas melhorias nos cuidados assistenciais à população, que é isso que nós queremos. E, naturalmente, que trabalharemos nesse sentido, e é muitíssimo pertinente a sua intervenção, e essa preocupação. E sempre que tivermos alguma novidade, naturalmente que informaremos a Assembleia Municipal sobre esta situação em particular.
Em relação à Senhora Deputada Marlene Matias, dizer que isto é um documento inclusivo. Nós tivemos o cuidado de ouvir todos os Partidos políticos, mesmo aqueles que não têm assento nos órgãos autárquicos – nós ouvimos o CDS-PP, ouvimos o Bloco de Esquerda, a Iniciativa

Liberal, o Oeste Independente, os que estão aqui representados também, o Partido Socialista. Todos os Partidos políticos foram ouvidos pela Câmara Municipal de Pombal. E não é isso que estabelece a Lei, nós fomos para além da Lei – ou seja, não fizemos por obrigação, fizemos porque quisemos ouvir, efetivamente, quais é que eram os contributos que cada força partidária tinha para nos dar.

E fizemos um esforço, um esforço sério, para incluir a maioria das propostas. Por isso é que quando eu ouço algumas intervenções – compreendo que vocês vão votar contra, eu compreendo, e disse isso na reunião de Câmara, que a Senhora Vereadora Odete Alves fez o elencar de outras obras que podiam estar no Plano, e depois justificou o voto contra, e eu disse que compreendo porque, em termos políticos, Oposição, voto contra, estão contra este Orçamento, compreendo politicamente. Agora, não compreendo os argumentos, porque os argumentos não colam com o sentido da votação.

E agora, vamos aos argumentos. A Sra. Deputada Marlene Matias começou logo por dizer que o Partido Socialista defendia que devia ser implementado um conjunto de medidas para fazer face à inflação. E nós respondemos, a dizer que, neste momento, vamos, então, inscrever uma verba de € 150.000,00 - e que pode ser reforçada, naturalmente – para delinear um plano de combate à inflação, um plano de combate à pobreza e à exclusão social, para fazer face à inflação, onde várias medidas, nomeadamente sugeridas pelo Partido Socialista, sugeridas pela nossa rede social, sugeridas porque queremos que seja um plano participado, onde as várias medidas podem e devem ser enquadradas e evidentemente quantificadas, em termos financeiros, e quais é que são aquelas que são as nossas possibilidades.

Portanto, essas medidas vão estar a ser analisadas no âmbito do plano e da equipa, que vai ser uma equipa técnica, naturalmente, que vai acompanhar a elaboração deste plano.

Para além disso, nós, já neste Orçamento, para além deste plano, e de termos um plano com verbas financeiras, temos a ação social escolar, que é uma medida com quase meio milhão de euros de investimento, o que é positivo e responde às preocupações que têm relativamente a esta matéria.

Para além disso, as outras medidas de apoio às associações desportivas e associações culturais, temos neste Orçamento, de apoio a associações culturais, e com o regulamento – e, portanto, com regras bem definidas, que as pessoas sabem quais são, para não colocarmos sempre a dúvida e a desconfiança sobre as decisões – nas associações culturais, no âmbito do regulamento, temos € 300.000,00 de apoio às associações culturais. E digam-me vocês outra Câmara aqui na zona, na região, que dê este apoio permanente, anual, às associações culturais.

E para as associações desportivas, temos também, – e todos sabem quais é que são as regras – um regulamento de apoio às associações desportivas, em que nós prevemos, no próximo ano, € 600.000,00 de apoio a associações desportivas. E desafio-vos a verem aqui na zona, na região ou no país, outro Município, comparativamente àquilo que é a nossa realidade, outro Município que tenha este nível de apoio ao movimento desportivo.

E, portanto, tanto o associativismo cultural, como o associativismo desportivo, têm um reforço do apoio por parte do Município de Pombal. Portanto, as medidas que vocês propuseram estão integradas no âmbito deste Orçamento, nesta área.

Vamos à segunda medida elencada pela Senhora Deputada Marlene Matias, bacia de retenção. Eu disse que ontem mesmo acabei de falar com o Eng.º Pimenta Machado, com quem temos tido uma relação muito próxima, e que ele me garantiu: "Presidente, vamos abrir um aviso", porque são eles que têm essa responsabilidade, "vamos abrir um aviso para vocês candidatarem a bacia de

retenção, para ser uma realidade", porque estamos a falar de um investimento brutal, na ordem dos € 8.000.000,00. Eu ia inscrever no Município de Pombal, no nosso Orçamento, € 8.000.000,00 do nosso dinheiro – ou seja, todo o investimento nesta bacia? Não podíamos, porque tínhamos este compromisso de que ia ser financiado.
Portanto, neste momento, temos a verba definida, para começarmos até, nós próprios, a adquirir terrenos, etc. E estamos com esta convicção, de que assim que estiver este aviso aberto, vamos financiar e reforçamos a rubrica com o montante do financiamento direto. Portanto, vamos concretizar, é um argumento para votar a favor do Orçamento.
Parque verde da cidade: temos a rubrica aberta, estamos em negociações com o proprietário, e isto vai ser uma realidade, isto está no Orçamento. Mais um projeto, ou uma iniciativa, para votarem a favor do Orçamento.
Terceira, rede de cuidados continuados: não é uma competência nossa, nós não temos competência nesta temática. Portanto, quando tiverem esse tipo de intervenção, façam-no, mas não o façam aqui, porque isso não é sério e não é responsável. Se fosse possível o Município de Pombal constituir agora aqui uma unidade de cuidados continuados, mas não é, não é nossa competência, é uma coisa que é irreal. Agora, se houver, por parte das entidades com responsabilidade, quer na economia social, quer ao nível da saúde, que tenham projetos para investir nessa área, estão com o nosso apoio. É por isso que nós temos aqui uma verba inscrita, muito significativa, € 200.000,00, para apoiar a aquisição de equipamento para a unidade de internamento de cuidados de convalescença no Hospital Distrital de Pombal, isso é um grande investimento, e isso garantimos que é feito aqui em Pombal, e que valoriza aqui Pombal. Portanto, mais um argumento para votarem a favor do Orçamento.
Depois, rede PomBus: naturalmente que nós temos o compromisso – já aqui foi dito várias vezes – de avançarmos com o estudo de alargamento, porque aquilo que viermos a fazer não pode recuar. Quando alargarmos a rede de transportes públicos urbanos às freguesias, depois não posso deixar de prestar esse serviço. Portanto, tem que ser feito de forma responsável, acho que é o mínimo que podemos fazer, e para isso tem que haver estudos que nos permitam ter viabilidade económico-financeira para avançarmos com esses projetos.
E, paralelamente ao estudo, estamos a avançar, no âmbito da CIM, com projetos-piloto do transporte a pedido, como eu já fiz referência, e queremos que seja alargado aqui em Pombal. Mais um argumento para votarem a favor do Orçamento.
Depois, Rota das Figuras Históricas, devia ser implementada a Rota das Figuras Históricas: Senhora Deputada, esta rota foi inaugurada em 2021, esteve aqui a Diretora Regional da Cultura, Susana Meneses, a inaugurar a Rota das Figuras Históricas. Se sairmos aqui do Município e virarmos à esquerda, temos ali o início da rota, o que significa que já está implementada. Agora, tinha doze figuras, e temos que aumentar. Mas, mais um argumento para votar a favor deste Orçamento, porque a rota já está implementada.
Em relação à Zona Industrial da Formiga, que devia estar neste Orçamento: para além de estar no Orçamento, já está a obra a executar. Há negociações, reuniões de trabalho entre o empreiteiro – como eu acabei de dizer – e os nossos técnicos do Município. Portanto, se a obra já está a executar, é mais um argumento para votar a favor do Orçamento, porque vai ter impacto financeiro no Orçamento de 2023. Portanto, mais um argumento para votar a favor do Orçamento.
Ampliação da zona industrial da Guia: já temos projeto, falta adquirir dois ou três terrenos. Portanto, quando ampliarmos a rede de parques industriais, a zona industrial da Guia vai ser a primeira, porque o projeto já existe, e já foi à CCDR, e tudo. Portanto, está em condições

maduras de avançar, e está previsto aqui em Orçamento. Portanto, esse é mais um argumento para votar a favor do Orçamento.
Depois, Centro Tecnológico especializado: eu acabei de dizer, na minha intervenção inicial, que Pombal foi brindado, no âmbito do PRR, com dois centros tecnológicos especializados, um na Escola Tecnológica Artística e Profissional de Pombal, na área industrial, e outro na Escola Secundária de Pombal, do Agrupamento de Escolas de Pombal, na área da informática. Portanto, já vamos ter dois. Vocês pediam um, vamos ter dois, e com o nosso apoio. Mais um argumento para votar a favor do Orçamento.
Depois, incubadora de empresas: a Senhora Vereadora Isabel Marto referiu que nós vamos avançar com a incubadora de empresas, está previsto no Orçamento, no âmbito do nosso ecossistema de inovação e empreendedorismo. Portanto, se vamos avançar com a incubadora de empresas, e temos já dinheiro previsto no Orçamento para avançar com a incubadora de empresas, é mais um argumento para votar a favor do Orçamento.
E depois, há outras coisas que não foram ditas, ou que não nos chegaram do Partido Socialista, nomeadamente a central de biomassa, que é algo, do ponto de vista da viabilidade económico-financeira, muito exigente, e com os parceiros temos tido várias conversas sobre esta matéria, vários interessados, mas que há muitas dúvidas sobre a sua viabilidade económico-financeira, de uma central de biomassa, que não é o mais importante.
E ao nível do Gabinete de Apoio ao Investidor, serem definidos objetivos, é isso que nós fazemos. Nós, no âmbito do sistema integrado de avaliação de desempenho na Administração Pública, nós temos objetivos claros, estratégicos, para o Gabinete de Apoio ao Investidor, e já na próxima reunião de Câmara – não sei se será na próxima reunião de Câmara, mas já despachei – para reforçarmos com recursos humanos o Gabinete de Apoio ao Investidor, porque eu quero que seja cada vez mais atrativo. E já temos, neste momento, dentro do Gabinete de Apoio ao Investidor, uma bolsa de terrenos identificada, em termos do PDM, para acolher empresas e para acolher indústria, e numa articulação que o Gabinete de Apoio ao Investidor está a ter com o AICEP, diretamente, quando tivermos manifestações de interesse de empresas que se queiram instalar em Pombal, nós sermos proativos e nós próprios identificarmos os terrenos públicos e privados que sejam suscetíveis de ter investimentos, de criação de novas empresas e unidades industriais. Nós estamos a fazer isso, e portanto, é mais um argumento para votar a favor do Orçamento.
E estes foram os assuntos elencados, eu toquei um a um. Portanto, todos os assuntos que tocou estão a ser concretizados, estão no Orçamento. Agora, não joga, depois, com a conclusão, porque isto levava a concluir que vão votar a favor do Orçamento, e nós todos batíamos palmas, e dizíamos que estão a ser coerentes com aquilo que dizem, com a decisão.
E depois, há outro argumento que é jogado ao contrário, que é que apesar de termos lá uma iniciativa, é uma iniciativa boa porque foi o Partido Socialista, há dez anos, que se lembrou dela, que é o apoio à natalidade. Mas, apesar de terem lá essa medida, era mais uma medida de reforço para votarem de forma entusiasmada a favor do Orçamento, porque nós vamos ter um programa de apoio e de incentivo à natalidade. E eu concordo com o que o Vereador 1, 2, 3 e 4 disseram, não há ninguém que vá ter filhos porque vai ter um apoio de € 500,00, não há ninguém. O argumento não é esse, Senhora Deputada, o argumento é diferente; o argumento é que nós temos que criar um ecossistema em Pombal propício para ajudar os jovens casais, esse é que é o objetivo.
E é por isso que nós vamos ter medidas, na parte da habitação, o Programa de Arrendamento Jovem, se apoiarmos até 50% as rendas dos nossos jovens, em três anos, isto significa que eles

vão ter mais probabilidade de ganharem a sua emancipação. E, portanto, essa é uma medida que vai contribuir para que os jovens casais tenham mais oportunidades aqui em Pombal. Se nós continuarmos a apoiar nas medidas de emprego, com o espaço de coworking, com esta aposta nas zonas industriais, com mais empresas em Pombal, com a incubadora de empresas, e com criar um sistema de apoio à criação de empresas e à valorização daquilo que são as ideias que os jovens têm quando querem avançar com um negócio, e terem apoio, terem um suporte, aí vamos ajudar também na parte económica.

E depois, na parte da parentalidade, com este programa de incentivo à natalidade, com o Banco do Bebé, que é um centro de partilha de recursos da primeira infância, que eu acho que vai ser super útil, e vai ser uma iniciativa muito interessante, com o Gabinete de Apoio às Famílias e à Parentalidade. E se nós criarmos este conjunto de iniciativas – para não usar outro termo – este conjunto de iniciativas de apoio aos jovens casais, sim, Pombal vai ser um sítio mais propício para os jovens casais se fixarem. É isso que nós queremos. E o programa é só mais uma iniciativa no âmbito deste conjunto de iniciativas que queremos desenvolver, de apoio aos jovens casais e de fixar talento no nosso concelho. E sim, é essa também a ambição que temos, e é por isso que lutamos, e isso está tudo no Orçamento.

Portanto, Sra. Deputada, os pontos todos que elencou, eu referi-os um a um, a conclusão é que já não bate certo. Mas, compreendo que votem contra; agora, os argumentos são todos para votar a favor.

Relativamente ao Luís Couto, e à parte do enquadramento, do crescimento económico anémico, termos um ano com muitas dúvidas, só não vê quem não quer, vamos ter inúmeros desafios.

Eu compreendo que para o Luís Couto seria mais importante apostarmos só em uma ou duas áreas, mas para uma gestão autárquica tão transversal como a nossa, com tantas áreas de ação, com tantas freguesias, com tantos domínios de atividade, na ação social, no desporto, na cultura, nós temos que ter este envolvimento de todos os setores, para que todos possam também ser ajudados, nos seus domínios de ação. Eu compreendo isso, mas é impossível nós fazermos isso. Mas, temos o foco, e temos a estratégia, e a estratégia foi bem identificada pela Senhora Vereadora na apresentação. O foco é nas famílias e nas pessoas, apoiar, efetivamente, cada uma das pessoas que vai precisar desse apoio, e o desenvolvimento económico – mais empresas, mais indústria, esse é o nosso foco.

Naturalmente, associar a uma rede de parques verdes, porque os espaços verdes são identificados, realmente, como uma promoção também da qualidade de vida e do bem-estar da nossa população, que nós queremos continuar a promover.

E em relação às suas dúvidas sobre a capacidade de realização, também compreendo, naturalmente, porque a capacidade de realização de investimentos também está muito dependente, depois, de quem os vai executar, nomeadamente das empresas, dos empreiteiros. E estamos todos ainda num manto de incertezas sobre o que é que vai ser o próximo ano, este ano foi muito difícil para os empreiteiros, com os aumentos dos custos das matérias primas, as dificuldades de mão de obra, etc., e o próximo ano não se avizinha muito melhor. E por isso, a capacidade de realização vai depender de muitas coisas. Da nossa vontade, vamos realizar; do nosso entusiasmo, vamos realizar. E esperamos conseguir concretizar estes nossos objetivos.

Em relação aos Senhores Presidentes de Junta, ao Pedro Silva, e a todos eles, compreendo que, neste ano, gostariam de ter ainda mais obras no vosso território, compreendo perfeitamente, eu também sei porque fui Presidente de Junta, e também sempre quis mais para o meu território, que é o nosso, e compreendo aquilo que é o vosso anseio. E há um

compromisso, em todos os projetos que elencaram, nós temos as rubricas abertas, na maioria deles nós temos financiamento previsto. O que nós queremos é, a partir do momento em que tenhamos avisos, candidaturas de que nos possamos socorrer, afetar esses projetos. E depois de termos estas obras que temos previstas concluídas, avançar com obras novas. É essa a dinâmica, nós não queremos parar.

E queremos também – e a Senhora Vereadora também já falou nisso – aumentar a nossa capacidade de financiamento, para fazermos mais obras, mais investimentos no território.

E concordo com as sugestões do Presidente da Junta, Pedro Silva, sobre a questão da coesão territorial, a valorização da Praia do Osso da Baleia, a ligação com o IPL na área do património e do turismo, tudo isto é muito importante, e vamos ter boas notícias nos próximos tempos.

A Carla Longo falou do Plano de Combate à Pobreza, claro que é muito importante. Claro que é muito importante, quando as pessoas vão passar pelas maiores dificuldades, nós aumentarmos a nossa capacidade de resposta. E naturalmente que esta gestão tem que ser também de acordo com aquilo que são as necessidades das pessoas. E, portanto, os vossos contributos também vão ser muito úteis para essa finalidade.

O Senhor Deputado João Santos falou no turismo. O turismo é, sem dúvida, um dos vetores de desenvolvimento estratégico do nosso concelho, não tenho dúvidas nenhumas, para aumentar a nossa atratividade. O "Explore Sicó" vai ser uma realidade em 2023, estou muito entusiasmado com a organização do "Explore Sicó", e de todas as mais valias e dinâmicas que pode criar, na zona da Redinha, naquele maciço calcário lindo e com um potencial enorme, e que nós vamos apostar de forma decidida.

E em relação às prioridades, são essas, mais economia, apoio às famílias, mais espaços verdes.

O Presidente de Junta, Humberto Lopes, também falou em várias temáticas, do saneamento, ação social, que vão continuar a ter o nosso reforço, e na importância das freguesias como parceiros estratégicos de desenvolvimento do nosso concelho, sem dúvida que estão na linha da frente.

Tal como o Senhor Presidente de Junta, José Manuel Marques, realçando – e também sabe bem do que fala – que as obras estão cada vez mais caras, são mais exigentes, mas estamos empenhados em realmente conseguir concretizar estes projetos, e os vários desafios que temos pela frente, também na Freguesia do Louriçal.

Ao André Tasqueiro, salientar este apoio às novas gerações, para as novas gerações perceberem que têm futuro cá em Pombal. Isso, para mim, é muito importante. É importante que os jovens acreditem no nosso concelho. E eu tenho sentido isso, felizmente tenho sentido que os jovens acreditam no Concelho de Pombal.

E nós estamos a trabalhar nesses três domínios que eu já referi – na habitação, no emprego, no apoio à parentalidade – na habitação, associando o arrendamento jovem, os incentivos à reabilitação urbana, se associarmos ainda a residência para estudantes do ensino superior, com quarenta e duas novas camas, na zona histórica, vai transformar Pombal. Não tenhamos dúvidas de que vai ser um elemento muito positivo para transformar Pombal. E portanto, na área da habitação, estamos a trabalhar nesse sentido.

Na área do emprego, também já fiz referência, e na área da parentalidade também.

E o conjunto de iniciativas de que falou, de atividades, da Semana da Juventude, dos programas de participação cívica e de incentivo à cidadania juvenil, o Jovem Autarca, o Orçamento Participativo, o Parlamento Municipal de Jovens, todos esses programas que ajudam a

mobilizar os jovens sobre o futuro do nosso concelho. Cativamos os jovens, e também ouvimos aquilo que são os seus contributos e as suas ideias para o futuro do nosso concelho.
O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Gonçalo Ramos, também falou nas dificuldades crescentes da Administração Pública, e que não são só da Junta de Freguesia. Em relação aos projetos, estamos a acompanhar e a trabalhar no sentido de os concretizar, assim como o deputado Renato Guardado, sobre os objetivos estratégicos, que estão muito bem elencados neste plano plurianual, e portanto, o conforto de votarem a favor.
Em relação ao Senhor Deputado João Coelho, a intervenção que eu fiz em relação à Marlene Matias adequa-se perfeitamente. Está muito certo o que disse, a conclusão é que não bate certo, porque a maioria da sua intervenção é sobre o contexto nacional, porque quando fala do enquadramento deste Orçamento, este enquadramento foi feito de acordo com o enquadramento da Lei do Orçamento de Estado, que já foi aprovada no Parlamento. Portanto, os dados estatísticos, e aquilo que são as previsões para 2023, são as do Orçamento de Estado. E ainda hoje, o INE vem dizer que a taxa de inflação em Portugal está nos 9,9%, o que significa que é altamente gravoso. É altíssima, são valores astronómicos, e isso cria muitas dificuldades a quem está a fazer coisas, em quem está a concretizar, isso cria muitas dificuldades. E esta taxa é altíssima, e só quem não está na economia real é que não se apercebe disso. Portanto, não é motivo de regozijo, pelo contrário, é motivo ainda de muita preocupação.
Isto para dizer que o enquadramento deste Orçamento é o enquadramento do Orçamento de Estado, porque tudo aquilo que é o impacto das despesas com pessoal, o impacto daquilo que há de ser o crescimento económico anémico para o próximo ano, é o que está no Orçamento de Estado; nós só estamos, neste momento, a avaliar um documento que tem as mesmas restrições e constrangimentos que tem o Orçamento de Estado.
Portanto, mais um argumento, se calhar, para poderem aprovar o Orçamento. Se o enquadramento é igual, se votaram a favor do Orçamento de Estado, também votavam a favor do Orçamento Municipal.
Por último, o Senhor Presidente de Junta de Freguesia, João Pimpão, falou também da dependência do financiamento comunitário, a verdade é que o dinheiro não estica, nas nossas vidas também não estica. E aquilo que nós temos neste momento é que ter uma atitude muito proativa relativamente ao PRR, e que já está demonstrado que estamos a tê-la, e em relação ao Portugal 2030, nós temos um conjunto de projetos consolidados, maduros, que nos permitem também atacar, de uma forma agressiva, o Portugal 2030, porque esta é uma oportunidade que não é para nós, é para o nosso país. A oportunidade que temos do Portugal 2030 é de o nosso país efetivamente melhorar os seus índices de desenvolvimento económico e social. É isso que nós queremos, e o Portugal 2030 é muito importante para isso.
Mas, mesmo assim, nós ainda vamos usar da nossa capacidade de financiamento para promover o investimento.
E só para dizer, em relação ao investimento, que, se calhar, se houvesse mais investimento da Administração Central no nosso território – e isto é uma verdade – nós tínhamos aqui mais alguma alavancagem, que não temos. E no caso do investimento público em Portugal, pela primeira vez nos últimos nove anos, foi abaixo do PIB. Portanto, percebemos que a nível nacional, o investimento público é muito deficitário – isso independentemente de ser agora o Partido Socialista, independentemente do Governo. O investimento público a nível nacional é altamente deficitário. E nós estamos a contrariar isso, vamos em contraciclo – apesar de o investimento público a nível nacional ser muito baixo, nós vamos continuar a investir, porque queremos melhorar e promover o desenvolvimento do nosso concelho. É esse o nosso foco."

MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocado o Orçamento Municipal para o ano de 2023 e Plano Orçamental Plurianual para o quadriénio 2024/2027 a votação, foram os documentos aprovados por maioria, com 7 votos contra, dos membros do Partido Socialista e do Oeste Independente.
Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2023/2027.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:
"Ponto 1.1.2. Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2023/2027
Foi presente à reunião a proposta das Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2023/2027, elaborada pela Divisão de Administração e Finanças que se dá por integralmente reproduzida e fica arquivada na referida Divisão.
A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Vereadores Odete Alves e Luís Simões, do Partido Socialista, aprovar as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2023/2027, bem como submeter o documento à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com o pedido de deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução."
Colocadas as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2023/2027 a votação, foram as mesmas aprovadas por maioria, com 7 votos contra, dos membros do Partido Socialista e do Oeste Independente.
Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Nesta altura foi feita uma pausa de 20 minutos nos trabalhos, tendo a sessão reiniciado às 21H00.

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Pedido de Autorização Prévia à Assembleia Municipal para a Assunção de Compromissos Plurianuais, no ano económico de 2023, nos termos do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:
"Ponto 2.8.1. Pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para a assunção de compromissos Plurianuais, no ano económico de 2023, nos termos do art. 12º do DL 127/2012 de 21/06
Foi presente à reunião a informação n.º 50/DAFM/22, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 29-11-2022, que a seguir se transcreve:

MUNICÍPIO DE POMBAL

"Assunto: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ANO ECONÓMICO DE 2023, NOS TERMOS DO ART. 12º DO DL 127/2012 DE 21/06
Sr. Presidente
Determina a alínea c) do nº 1 do Artº 6º da Lei 08/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março, que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.
No mesmo âmbito, determina o Art.º 22º do D.L. 197/99 de 8 de junho que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:
Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
Os seus encargos não excedam o limite de 20.000 contos (Eur. 99.759,58), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
O Artº 12º do DL 127/2012 de 21 de junho, alterado e republicado pelo DL 99/2015 de 2 de Junho, que veio regulamentar a LCPA, estabelece que, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo Órgão Deliberativo competente, pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano sendo que, nos termos do nº 2 do mesmo artigo, excetuam-se do disposto do número anterior, os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa.
Nestes termos, por motivos de agilização e celeridade processual subjacente a uma autorização genérica que a Assembleia Municipal tem vindo a conceder em anos anteriores, por forma a que a mesma respeite os preceitos e as competências dos órgãos autárquicos, propõe-se que o Órgão Executivo delibere solicitar ao Órgão Deliberativo, autorização prévia genérica para a assunção dos compromissos plurianuais que venham a ocorrer no ano económico de 2023, nas seguintes condições:
Para os Projetos e Ações inscritos nas Grandes Opções do Plano, ou a sua reprogramação, aquando da sua aprovação para o quinquénio 2023/2027.
Para os encargos plurianuais com outra despesa corrente:
que não excedam o limite de € 99.759,58 (correspondentes ao limite de 20.000 contos previstos na alínea b) do n.º do artigo 22.º do DL n.º 197/99 de 8 de junho) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
que em caso de decisão favorável, seja posteriormente dado conhecimento à Assembleia Municipal, dos contratos de aquisição de bens e serviços, celebrados ao abrigo desta autorização.
À Consideração de V. Ex.ª."
A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal, autorização prévia genérica para a assunção dos compromissos plurianuais que venham a ocorrer no ano económico de 2023, nos termos da informação supratranscrita."
O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou se alguém queria usar da palavra não se tendo verificado qualquer inscrição.
Colocada o ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.5. – Apresentação da Informação do Auditor Externo sobre a Situação económica e financeira semestral do Município de Pombal – 1.º semestre de 2022 – Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum membro pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:

Renato Guardado (PPD/PSD):

"Senhor Presidente, só uma observação muito breve, até porque este documento tem, na sua parte final, uma informação que, daquilo que percebemos da análise anterior do ponto do Orçamento, da Bancada do Partido Socialista, este é o ponto fulcral da gestão, caso fossem poder.

Falo concretamente da parte da capacidade de endividamento, onde é referido que o Município de Pombal tem cerca de € 46.000.000,00 de capacidade de endividamento, onde isto é visto como uma coisa má e, no fundo, quase como a fonte que, numa gestão política do Partido Socialista, seria utilizada. Isto porquê? Somos acusados de ser dependentes de fundos comunitários, ou seja, se o dinheiro não vem dos fundos comunitários, vem dos impostos; se não vem dos impostos, vem da dívida.

Portanto, como foi referido, de todas as propostas e de toda a capacidade de dívida que aqui temos – que, mais uma vez reforço, julgo que é algo bom, e julgo que se deve manter esta capacidade de endividamento, para qualquer eventualidade.

Reforço e realço só outra questão, que é: não vale a pena gastarmos muito latim nestas Assembleias Municipais, relativamente às votações e ao sentido de voto de Bancadas que o trazem predefinido. Digo isto, porquê? Se não contraímos dívida, é porque temos recursos económicos à disposição que não utilizamos; se a contraímos, o Partido Socialista desconfia da capacidade de execução, como ficou bem patente na questão dos parques industriais.

E, portanto, acho que todas estas discussões são um bocadinho estéreis porque, na verdade, o ponto de princípio está explicado, que é objetivamente o voto contra.

Muito obrigado."

João Varela Coelho (PS):

"Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.

Eu só quero lamentar aqui um facto que se repete em várias manifestações de intervenções da parte do Executivo e da parte da Bancada do Partido Social Democrata, que é esta tentativa ostensiva de diminuir o trabalho da Assembleia Municipal, inclusive mencionando que não estamos aqui a fazer nada, que é uma expressão que eu gostaria que ficasse retirada de qualquer discurso político em Pombal, fosse de que Bancada fosse.

Nós, efetivamente, estamos a fazer um trabalho importante. Se V. Exas. não têm respeito pelo trabalho que o Partido Socialista faz, então peço encarecidamente que tenham respeito pela vossa Bancada, pelo vosso trabalho, por aquele que foi o compromisso perante os Pombalenses, porque, efetivamente, continuamos a ter a necessidade de fazer uma leitura extensiva, ambiciosa, uma leitura exigente dos documentos que são aqui apresentados e, também, uma perspetiva daquilo que poderia ser um caminho diferente. É isso que temos tentado fazer. Dentro da crítica que temos apresentado ao Partido Social Democrata e ao

Executivo, temos tentado demonstrar não só porque é que nós concordamos, e aquilo que seria o caminho que o Partido Socialista iria eleger, dentro dos constrangimentos, ou das possibilidades que o Orçamento da Câmara Municipal oferece, e não dentro daquilo que é a perspetiva que o Partido Social Democrata tem, daquilo que nós devemos fazer, que é fiscalizar, ou exigir da parte do Governo um comportamento diferente.
Não estamos a discutir o Orçamento de Estado – ou não estávamos. Inclusive acho surpreendente que estejamos agora a voltar ao tema que já discutimos anteriormente.
Portanto, estávamos a discutir o Orçamento da Câmara, demonstrámos por que é que votávamos contra, porque as nossas propostas não foram incluídas, e demonstrámos como é que elas poderiam ser, e continuamos a insistir que há uma manifesta falta de ambição na utilização daquele que é um potencial que a Câmara conquistou ao longo dos anos – uma Câmara do PSD, foi feito esse elogio recorrentemente, pelo menos enquanto aqui estou, e daquilo que me lembro até em tempos idos, em mandatos anteriores, foi sempre feita menção à capacidade que a Câmara tinha de juntar um valor seguro que pudesse ser usado em momentos excecionais.
Este é um momento excecional. O momento que nós vivemos, seja pela transposição de uma crise provocada pela pandemia de Covid, seja pelo tempo de inflação que nós vivemos, um tempo exigente, seja pela necessidade de novamente encarreirar o progresso para o país, mas também para o concelho, que dentro do país tem resultados manifestamente deprimentes, atendendo ao potencial próprio que o Concelho de Pombal tem, era expectável que a Câmara assumisse de vez, com meios próprios, e não esperando de fora que alguém viesse dizer aquilo que a Câmara deve fazer.
Portanto, ficámos bem esclarecidos em relação a essa diferença. Lamento que nós estejamos permanentemente a ouvir da parte da Bancada do PSD esta tentativa de menorização do trabalho que aqui estamos a fazer, porque aí, concordo, se entenderem que não há nada que nós possamos dizer, porque tudo é entendido como uma crítica – ou pessoal, ou então, fazem a menorização com paternalismo que, enfim, seria para outros fóruns – se querem continuar com esse tipo de trabalho, então, efetivamente concordamos. Se não há essa disposição para nos ouvir, e se ainda temos que levar com lições de moral a seguir, então, realmente, não estamos aqui a fazer nada.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:
"Senhores Membros da Assembleia Municipal, eu só queria fazer um apelo ao seguinte, em benefício da eficiência dos trabalhos – e isto é para todas as Bancadas: eu peço que nos concentremos na substância. Estamos a discutir a informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira, e não em comentários ou contra comentários sobre intervenções.
Enfim, penso que os Pombalenses ficam mais esclarecidos se nós falarmos da informação do auditor externo, sobre a situação económica e financeira semestral do Município de Pombal. Visto assim como Presidente, acho que é o mais adequado."

Renato Guardado (PPD/PSD):
"Muito rápido – e peço desculpa, neste caso em concreto não o poderei fazer, porque tenho que fazer este sublinhado: eu, em momento algum, na intervenção que fiz, fiz essa diminuição que foi referida; apenas quis que ficasse claro, relativamente à questão do Orçamento, que da parte da Bancada do Partido Socialista não há uma única observação à inexecução de fundos comunitários, e se olha para a capacidade de endividamento como a grande fonte de

financiamento. Se alguém aqui está a menorizar o comentário é o deputado João Coelho, à minha pessoa, neste sublinhado, que eu acho que ficou absolutamente claro.
E, naturalmente, no relatório do auditor externo, vindo referida a capacidade de endividamento, não poderia deixar de sublinhar e salientar que este não é o manancial de financiamento por excelência de uma Câmara Municipal, para bem do futuro da gestão económica, para que outras gerações possam ter estes mesmos recursos à disposição. Apontemos baterias, politicamente falando, aos fundos que não estão disponíveis, e que deveriam estar. É apenas isto, não estou a menorizar o trabalho de ninguém, estou a fazer uma observação meramente política, e a estranhar o facto de uma Bancada não perceber esta questão.
Obrigado."
Isabel Marto (Vereadora):
"Só um pequeno esclarecimento técnico, e que pode ajudar a ler esta questão da capacidade de endividamento, que está no relatório do auditor externo.
Efetivamente, os Municípios têm uma capacidade de endividamento máximo, e nós estamos muito aquém dessa capacidade de endividamento. Mas, a Lei n.º 73/2013 também diz que o incremento anual no endividamento do Município está limitado a 20% dessa capacidade – está no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013. Isso dá, para este ano de 2023, € 5.000.000,00 que é o que estamos a utilizar. Portanto, só poderemos aumentar a partir de 2024. Para 2023, estamos no máximo possível."

Ponto 2.6. Apresentação da Subvenção adicional especifica do FSM, no ano de 2022 - Para conhecimento;

Foi presente à Assembleia a Subvenção adicional específica do FSM, no ano de 2022.
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum membro pretendia usar da palavra, não se tendo verificado qualquer inscrição.
A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para o Ano 2023

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:
"Ponto 1.2.1. Mapa de Pessoal para 2023
Foi presente à reunião a informação n.º 48/STRH/22, da Secção Técnica de Recursos Humanos, datada de 23-11-2022, que a seguir se transcreve:
"Assunto: Mapa de Pessoal para o ano de 2023
Exmo. Senhor Presidente,
A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, prevê, designadamente, no artigo 28.º que o empregador público, por cada exercício orçamental, deve efetuar o planeamento das atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os

objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis.
Não sendo um documento estático, o mapa de pessoal é um instrumento de gestão de recursos humanos com grande relevância, e como tal, deve estar permanentemente adaptado às mudanças operadas e concretiza todos os postos de trabalho ocupados e a ocupar, de forma definitiva ou temporária, no período a que respeita, nele se incluindo também a sua distribuição pelas várias unidades orgânicas que compõem a Estrutura Orgânica do Município e o tipo de vínculo que titula a relação jurídica de emprego público de cada um dos postos de trabalho.
O levantamento de necessidades de recursos humanos para o ano de 2023 resultou da auscultação aos dirigentes e superiores hierárquicos, tendo sido manifestadas, para além das novas necessidades, as que se encontravam previstas no Mapa de Pessoal para 2022 e que se mantiveram no Mapa de Pessoal para 2023.
Na presente data encontram-se em desenvolvimento os procedimentos concursais constantes no quadro 1 infra:

Quadro 1

Procedimentos concursais em desenvolvimento	*Postos de trabalho por ocupar*			
	Cargo / Categoria	*Por tempo indeterminado*	*A termo resolutivo*	*Comissão de*
Serviço Municipal de Proteção Civil	*Técnico Superior – área de Engenharia da Proteção Civil ou Proteção Civil*	*1*		
Gabinete Técnico Florestal	*Assistente Operacional – área de Sapador Florestal*	*4*		
Gabinete de Apoio à Inovação e Empreendedorismo	*Técnico Superior – área de Administração e Gestão de Negócios, Gestão de Empresas, Gestão e Administração Pública, Gestão e Negócios, Ciências Empresarias, Empreendedorismo, Engenharia Empresarial ou outra considerada adequada pelo Júri*	*1*		
Direção Municipal de Gestão Integrada	*Diretor Municipal*			*1*
Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos	*Chefe de Divisão*			*1*
	Técnico Superior – área de Gestão e Administração Pública	*1*		

MUNICÍPIO DE POMBAL

Divisão de Administração e Finanças	*Técnico Superior – área de Gestão, Economia ou Administração Pública*	*1*	
Divisão de Informática, Modernização e Sistemas Inteligentes	*Especialista de Informática do Grau 2, Nível 1*	*1*	
	Especialista de Informática do Grau 1, Nível 2	*1*	
Unidade de Projetos Educativos	*Técnico Superior - área de Nutrição*		*1*
Secção de Educação	*Assistente Operacional - área de Auxiliar de Ação Educativa*	*4*	
Unidade de Desporto, Juventude e Associativismo	*Assistente Operacional – área de Nadador Salvador*	*1*	
Secção de Desporto e Juventude	*Assistente Operacional - área de Cozinheiro*	*1*	
	Assistente Operacional	*2*	
Unidade de Desenvolvimento Social	*Técnico Superior – área de Serviço Social*		*3*
Unidade de Cultura	*Técnico Superior - área de Ciências e Tecnologia da Documentação; Ciências da Documentação e Informação ou outra considerada adequada pelo júri*	*1*	
Unidade de Turismo	*Técnico Superior - área de Conservação e Restauro ou História da Arte*		*1*
	Assistente Técnico	*1*	
Unidade de Águas	*Técnico Superior - área de Engenharia Civil - Opção Hidráulica; Engenharia do Ambiente*	*1*	
	Assistente Técnico - área de Manutenção de Águas (ETA)	*2*	
	Assistente Técnico - área de Eletricidade / Automação	*2*	

MUNICÍPIO DE POMBAL

Secção de Gestão de Equipamentos Eletromecânicos	*Assistente Operacional - área de Canalizador / Manutenção / Exploração do Sistema Público de Abastecimento de Água / Pedreiro*	*4*	
	Assistente Operacional - área de Operador de Estações Elevatórias, Tratamento ou Depuradora	*1*	*2*
	Assistente Operacional - área de Manutenção da Rede de Drenagem Pública		*1*
Divisão de Obras Públicas	*Técnico Superior - área de Engenharia Civil ou Arquitetura, com curso habilitante para subscrever projetos de 3.ª e 4.ª categoria de risco*	*1*	
	Técnico Superior - área de Engenharia Civil	*1*	
Unidade de Vias Municipais	*Assistente Operacional - área de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais*	*2*	
	Assistente Operacional - área de Cantoneiro de Vias Municipais	*4*	
Oficinas Municipais	*Assistente Operacional - área de Serralheiro / Carpinteiro de Limpos*	*1*	
Unidade de Conservação de Edifícios e Espaço Público	*Técnico Superior - área de Engenharia Eletrotécnica*	*1*	
Secção de Eficiência Energética	*Assistente Operacional - área de Eletricista*	*2*	
Secção de Manutenção Urbana	*Assistente Operacional - área de Pedreiro / Calceteiro*	*2*	
	Assistente Operacional - área de Pintor	*2*	

MUNICÍPIO DE POMBAL

Unidade de Ambiente	*Técnico Superior - área de Engenharia do Ambiente*		*1*	
Serviço de Higiene e Limpeza Urbana	*Assistente Operacional - área de Cantoneiro de Limpeza*		*4*	
Unidade de Espaços Verdes e Lazer	*Técnico Superior - área de Engenharia Agrónoma*	*1*		
	Técnico Superior - área de Arquitetura Paisagista		*1*	
Serviço de Veterinária e Saúde Pública	*Assistente Operacional - Auxiliar de Serviços Gerais / Canil Municipal*	*1*		
Secção de Transportes Urbanos	*Assistente Operacional - Motorista de Transportes Coletivos*	*2*		
Divisão de Obras Particulares	*Técnico Superior - área de Arquitetura*		*1*	
Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana	*Técnico Superior - área de Arquitetura*	*1*		
Secção de Cemitérios	*Assistente Operacional - área de Limpeza e Manutenção dos Espaços de Circulação e Zonas Verdes do Cemitério*	*1*		
Serviço de Projetos e Topografia	*Assistente Técnico - área de Topografia*		*1*	
Várias Unidades Orgânicas	*Assistente Técnico*	*4*		
	Total de postos de trabalho	*56*	*16*	*2*
	Total Geral		*74*	

Quanto às novas necessidades manifestadas, tentou-se em primeiro lugar arranjar uma solução interna, e não sendo possível submeteu-se a apreciação superior a análise das situações identificadas, encontrando-se as mesmas devidamente fundamentadas.
Ressalva-se que é essencial reforçar equipas cujo défice de recursos humanos pode colocar em causa o bom desenrolar das atividades municipais, tais como: transportes urbanos, higiene e limpeza urbana, educação, vias municipais, cemitérios e zonas envolventes, estações de tratamento de águas residuais e estações de tratamento de águas.
No Mapa de Pessoal para o ano de 2023, encontram-se registados postos de trabalho por ocupar, que derivam de unidades orgânicas que não se encontram providas de cargos de

MUNICÍPIO DE POMBAL

direção intermédia de 1.º, 2.º, 3.º e 4.º graus nem de chefias - Coordenador Técnico/Coordenador, conforme se verifica quadro 2:

Quadro 2

Unidades Orgânicas	*Postos de trabalho por ocupar*		
	Cargo / Categoria	*Por tempo indeterminado*	*Comissão de Serviço*
Equipa Multidisciplinar de Gestão de Fundos de Financiamento	*Chefe de Equipa*		*1*
Departamento Municipal de Gestão, Inovação, Modernização e Serviços	*Diretor de Departamento*		*1*
Secção de Aprovisionamento e Património	*Coordenador Técnico*	*1*	
Unidade de Sistemas Inteligentes	*Chefe de Unidade*		*1*
Departamento Municipal de Educação e Desenvolvimento Social	*Diretor de Departamento*		*1*
Divisão de Educação, Desporto e Juventude	*Chefe de Divisão*		*1*
Secção de Educação	*Coordenador Técnico*	*1*	
Unidade de Desporto, Juventude e Associativismo	*Chefe de Unidade*		*1*
Divisão de Desenvolvimento Social	*Chefe de Unidade*		*1*
Unidade de Desenvolvimento Social	*Chefe de Divisão*		*1*
Divisão de Cultura e Turismo	*Chefe de Unidade*		*1*
Unidade de Turismo	*Chefe de Divisão*		*1*
Divisão de Águas e Saneamento	*Chefe de Unidade*		*1*
Secção de Gestão de Equipamentos Eletromecânicos	*Coordenador Técnico*	*1*	

MUNICÍPIO DE POMBAL

Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos	*Diretor de Departamento*		*1*
Unidade de Gestão de Equipamentos	*Chefe de Unidade*		*1*
Unidade de Conservação da Edifícios e Espaço Público	*Chefe de Unidade*		*1*
Departamento Municipal de Gestão do Território, Sustentabilidade e Ambiente	*Diretor de Departamento*		*1*
Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	*Chefe de Divisão*		*1*
Unidade de Espaços Verdes e Lazer	*Chefe de Unidade*		*1*
Divisão de Mobilidade e Trânsito	*Chefe de Divisão*		*1*
Unidade de Segurança Rodoviária	*Chefe de Unidade*		*1*
Secção de Mobilidade e Trânsito	*Coordenador Técnico*	*1*	
Secção de Obras Particulares	*Coordenador Técnico*	*1*	
Secção de Fiscalização Municipal	*Especial de Fiscalização / Coordenador*	*1*	
Secção de Urbanismo	*Coordenador Técnico*	*1*	
Secção de Apoio Técnico às Freguesias e Associações	*Coordenador Técnico*	*1*	
Serviço de Projetos e Topografia	*Chefe de Serviço*		*1*
	Total	*8*	*20*

No Mapa de Pessoal para o ano de 2023, não se encontram previstos os postos de trabalho que se encontravam ocupados no Mapa de Pessoal de 2022, e que ao longo do ano ficaram por ocupar, nomeadamente: por consolidação de mobilidades internas no Município de Pombal e noutras Entidades Públicas, por conclusão com sucesso o período experimental/estágio, na sequência de procedimento concursal, noutras Entidades Públicas, por falecimento, por aposentação ou reforma, por denúncia de contratos de trabalho em funções públicas e por

caducidade de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo ou incerto, sendo apenas retirados os postos de trabalho que se consideraram não prejudicar o desenrolar das atividades municipais.
Tendo presente a Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual e revoga a Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, regista-se a necessidade de proceder à inclusão das áreas de formação académica e/ou profissional tendo por referência a Classificação Nacional de áreas de Educação e Formação (CNAEF), já refletidas no Mapa de Pessoal para o ano de 2023.
Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, conjugado com o n.º 1 do artigo 31.º da LTFP, no que se refere à orçamentação e à gestão de despesas com pessoal, encontram-se previstos os seguintes encargos relativos aos trabalhadores:

a) Encargos relativos a remunerações;
b) Encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento;
c) Encargos com alterações do posicionamento remuneratório.

Por último, compete ao Presidente da Câmara Municipal, de acordo com o n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação, proceder à afetação ou reafetação de trabalhadores ao Mapa de Pessoal, pelo que, se anexa à presente informação, a listagem das respetivas afetações ou reafetações por cada unidade orgânica.
Face a tudo o que se acaba de valorar, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, conjugada com a prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de março, na atual redação, e com o artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Mapa de Pessoal, em anexo à presente informação, em conjunto com o Orçamento Municipal, ambos para o ano de 2023"
A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores Odete Alves e Luís Simões, do Partido Socialista:

- *Aprovar, em linha com o Orçamento 2023, o Mapa de Pessoal para o próximo ano, e*
- *Submeter o Mapa de Pessoal para o ano de 2023 à apreciação da Assembleia*
- *Municipal, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de execução imediata."*

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum membro pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:
João Varela Coelho (PS):
"Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia:
Muito rapidamente, há um ano, questionámos qual era a orientação que o Mapa de Pessoal proposto trazia para a resolução de alguns problemas que sentimos que os Pombalenses viviam na relação com a Câmara Municipal, e qual era a fiabilidade daquele Mapa de Pessoal, perante tantas alterações que já se previam para 2022, pelo menos por conta das transferências

de competências na educação e na ação social, aposentações que também estavam previstas e algumas mobilidades.
Ao longo do ano, fomos percebendo que as alterações ao Mapa de Pessoal se foram sucedendo, algumas sem critérios compreensíveis para qualquer pessoal, para além das envolvidas diretamente – pelo menos aqui na Assembleia, quando questionámos, não conseguimos obter um esclarecimento cabal.
Em cima disto, tivemos a reorganização do organograma da Câmara Municipal para a inclusão do Diretor Municipal que há de vir –, não sabemos quando, um Santo Agostinho, a quem o Senhor Presidente reza para que o liberte das suas funções de gestão corrente do trabalho do Município.
Como se percebe, a nossa confiança no que de consequente possa sair deste Mapa de Pessoal, à imagem do que foi o Mapa de Pessoal apresentado em 2021 para 2022, é muito reduzida.
No entanto, temos que nos associar ao benefício da dúvida entregue pelos Vereadores do Partido Socialista, que decidiram contrabalançar os factos negativos mencionados atrás com as contratações de pessoal descritas neste documento para 2023. São necessários, por exemplo, para melhorar a capacidade de resposta dos serviços de licenciamento de obras – algo que sempre fomos falando – que já traziam um atraso de centenas de processos, e que tanto nos têm preocupado ao longo do tempo – no mandato anterior e neste mandato.
Esperamos, efetivamente, que a capacidade e dedicação dos profissionais do Município consigam vencer algum do desnorte evidenciado neste ponto, ao longo deste ano, neste Executivo. A nossa abstenção já é o resultado do que eles recuperaram à nossa desconfiança em relação a esta maioria do PSD. Eles que nos perdoem, mas essa desconfiança é fundamentada e tão grande que não podemos votar favoravelmente.
Ficamos, então, pela abstenção.
Muito obrigado."
Colocado o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 6 abstenções, dos membros do Partido Socialista.
Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Nesta altura o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** usou da palavra como se segue:
"Senhores Deputados, podemos discutir em conjunto os Pontos n.º 2.8, 2.9 e 2.10, que dizem respeito a operações de reabilitação urbana? Faremos a votação separadamente, mas está em causa a proposta da Câmara sobre a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vermoil, a proposta da Câmara sobre a Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Guia e Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU da Zona Central da Guia, e a proposta da Câmara sobre Área de Reabilitação Urbana de Albergaria dos Doze e Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Albergaria dos Doze.
Portanto, são, evidentemente, áreas diferentes, freguesias diferentes, mas está em todos os casos em causa a reabilitação urbana.
Eu pergunto se há objeção a que se discuta conjuntamente – será votado separadamente, porque pode haver votações separadas, e sentidos de voto separados."
A Assembleia concordou.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vermoil.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

"Ponto 2.10.1. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vermoil

Foi presente à reunião a informação n.º 114/DUP/22, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 26-10 2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vermoil

Exmo. Senhor Presidente,

De acordo com o disposto no n.º1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), a reabilitação urbana em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) é promovida pelos municípios e resulta da aprovação da delimitação dessas mesmas áreas e do respetivo programa estratégico intitulado Operação de Reabilitação Urbana (ORU), podendo ambos ocorrer em simultâneo, ou proceder-se à aprovação a ORU até ao prazo máximo de três anos após a aprovação da ARU.

Considerando a vigilante estratégia municipal no âmbito da promoção da regeneração urbana, que desde 2014 com a aprovação da delimitação da ARU da Cidade de Pombal, tem colocado a reabilitação urbana, em particular pela conservação do edificado privado e pela qualificação dos espaços públicos, uma ferramenta imprescindível aos processos regeneradores, importa dar continuidade a essa política amplificando-a cada vez mais às sedes de freguesia, como de resto tem vindo a ser implementado.

No fundo, trata-se de dotar o município, em estrita colaboração com as Juntas de Freguesias, de instrumentos que assegurem a revitalização coordenada e estratégica das dinâmicas dos centros urbanos, contrariando os efeitos da descaracterização dos objetos arquitetónicos e urbanísticos, da sua degradação e/ou obsolescência.

É neste contexto, que se propõe a delimitação da ARU de Vermoil, com uma área de 42,30 hectares, cuja proposta se anexa, instruída nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 13.º do RJRU. Inerente à proposta, e de novo, no seguimento da criação de incentivos à reabilitação do edificado privado que tem vindo a ser implementada pelo município, encontra-se o respetivo quadro de benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º do RJRU.

Ressalva-se que a proposta de delimitação da ARU de Vermoil foi previamente submetida à apreciação do executivo da Junta de Freguesia de Vermoil, a fim de recolher contributos para o seu bom desenvolvimento. Por esta razão, a proposta de delimitação encontra-se concertada às preocupações e objetivos da Junta de Freguesia.

Nos termos estabelecidos no n.º 6 do artigo 13.º do RJRU, serve a presente informação para submeter a V. Exa. a proposta de delimitação da Área de Reabilitação de Vermoil para, caso seja esse o entendimento, a remeta ao órgão Câmara Municipal para efeitos de apreciação e submissão à Assembleia Municipal para aprovação, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 13.º do referido RJRU.

Refira-se que o ato de aprovação deve ser publicado através de aviso na 2.ª série do Diário da República, divulgado na página eletrónica do município, e, simultaneamente, remetido ao

MUNICÍPIO DE POMBAL

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., em cumprimento do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º do RJRU.
À consideração superior."
A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vermoil à Assembleia Municipal para aprovação, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do RJRU"
O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, tendo-se verificado as seguintes inscrições:
Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):
"Antes de mais, muito boa noite ao Senhor Presidente da Assembleia, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Vereadores, aos meus colegas Presidentes de Junta, e a todos os membros desta Assembleia, e a toda a gente que nos ouve lá em casa.
Isto é um marco.
Eu vou falar um bocadinho nas três, porque, obviamente, o que me agrada mais é Vermoil, mas isto, acho que é válido para todos. É um marco para estas freguesias. Nós estamos aqui a aprovar um documento que vai permitir a todos os moradores e a todos os proprietários dos edifícios nestas localidades de terem uma benesse significativa, tanto fiscal, como de custas de licenciamento e de ocupação de via pública, que neste momento é de extrema importância para reabilitarmos as nossas freguesias. E no caso de Vermoil, que é o que me move com mais força, são quarenta e dois hectares.
Obviamente que isto não serve só para os proprietários poderem reabilitar as suas habitações e os seus imóveis, mas também mostra que o Município de Pombal pretende reabilitar as zonas urbanas. Isto, obviamente, leva a que haja mais pessoas a quererem morar nestas localidades, e por isso, eu digo mesmo, e volto a sublinhar, é um marco para estas freguesias.
Passando um bocado em retrospetiva o que é que nós podemos beneficiar com isto – e isto para toda a gente que nos ouve e que nos vai ouvir – saliento as isenções, em alguns casos, do IMI, assim como as reduções de 10% a 30%, conforme os casos. Também faz com que os proprietários sejam impelidos a que haja estas reabilitações, porque caso não o façam, e caso os edifícios sejam devolutos, há a possibilidade e há a prerrogativa de podermos aumentar também o IMI, para conseguirmos que estes edifícios sejam, ou transacionados, ou reabilitados, porque alguns até podem levar a que haja problemas de segurança pública.
Salientar que as licenças das reabilitações são de custo nulo, a Câmara faz esse esforço e dá a benesse aos proprietários para que não paguem as licenças, assim como as ocupações de vias públicas.
Para além disto tudo, temos reduções no IRS dos proprietários, e não é menos importante, a redução do IVA, de 23% para 6%. Também o IMT tem isenção na primeira transação após as reabilitações. E isto tudo é um incentivo de grande monta para quem quer fazer estas reabilitações.
E no fim disto tudo, o mais importante – e acho que é válido para todos – é deixar aqui o repto aos nossos proprietários, para reabilitarem os seus imóveis, porque só assim conseguimos dar vida às nossas freguesias e motivar as pessoas a estarem e a morarem nestas localidades, e para não estarmos sempre a dizer que é só Pombal, acho que isto é de extrema importância para que haja desenvolvimento nestas freguesias.
Muito obrigado. E como não vou intervir mais, um bom Natal a todos."
Manuel Nogueira de Matos (Presidente J.U.F. Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, PPD/PSD):

"Muito boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente, cumprimento todos os presentes. E aquilo que me assiste perguntar é se houve alguma alteração à ARU de Albergaria dos Doze, porque já existia. É só essa pergunta, se houve alguma alteração."

André Tasqueiro (PPD/PSD):

"A definição de uma Área de Reabilitação Urbana e das Operações de Reabilitação Urbana, são atos que, de facto, permitem e estimulam de forma responsável a ocorrência de operações de reabilitação de edifícios que, ao dia de hoje, se poderão encontrar devolutos, degradados, que não estão ocupados, e que com estes incentivos, de facto, permitirão que os proprietários sintam a necessidade de intervir nos mesmos, de forma a aumentar até o próprio parque habitacional do concelho, e possivelmente, o mercado de arrendamento que existe em Pombal. Considerando que as novas gerações são aquelas que, no âmbito do seu processo de emancipação, procuram a habitação a custos mais em conta, estas ações e documentos são muito positivos para a atração e fixação dos mesmos.

Deixar uma pequena sugestão às futuras ações a serem definidas nesta área, que caso seja possível, a nível jurídico, o Município poderá promover uma discriminação positiva, por exemplo, nas taxas municipais – falo do valor das licenças de construção – para os imóveis que se destinem à habitação permanente para jovens, quer seja por posse, quer seja por arrendamento, por forma a reforçarmos a nossa população jovem nestes territórios abrangidos pelas ARU.

Muito obrigado."

Manuel Serra (PPD/PSD):

"Relativamente a estas ARU's apresentadas, obviamente que todas as iniciativas feitas no sentido de melhorar os nossos espaços urbanos, obviamente, são de aplaudir. Não se vão aqui discutir as verbas que estão disponibilizadas para cada intervenção, porque obviamente que são as possíveis e, portanto, quem o propôs está de parabéns por tê-lo feito.

Relativamente à ARU da Guia, eu só tenho aqui uma questão a colocar, que tem a ver exatamente com a definição da área de influência, porque conhecendo eu a Guia com algum pormenor, verifico que está aqui toda a zona central da Guia incluída, onde existe a maior parte da edificação moderna da Guia, e eu julgo que se não houver aqui nenhum condicionamento legal – que eu desconheço – julgo que a área poderia ter incluído aqui alguns núcleos mais dispersos, onde existe habitação eventualmente a carenciar de recuperação, e dá a ideia de que, com isto, ficam as pessoas que têm propriedades nesta zona central beneficiadas, e as outras, que têm propriedades fora disto, não têm hipótese de recorrer a estas vantagens.

Concretamente, a minha casa fica fora deste ambiente, mas não tem a ver com a minha casa, porque a minha casa felizmente está bem conservada. O problema é que, por exemplo, na Guia, resolvem truncar aqui o espaço a poente na zona da Igreja, quando o eixo de desenvolvimento enorme da Guia, desde os anos trinta, ou dos anos vinte, começava na estação onde está o caminho de ferro, e se desenvolve até cá acima, ao centro, onde está a capela e, portanto, toda essa zona aí deveria ter sido englobada. Se no futuro for possível fazer este englobamento, julgo que mais pessoas ficarão beneficiadas.

Portanto, toda a iniciativa da Câmara deve sempre tentar ir ao encontro da abrangência do maior número de beneficiários.

Portanto, era só esta sugestão que eu queria deixar. De qualquer maneira, também deixar os meus parabéns pela iniciativa, porque, de facto, mais vale ter alguma coisa do que não ter nada. Mas, isto é um alento para que, no futuro, a coisa fique melhor.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Muito obrigado."
O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Senhor Vereador Pedro Navega, que fez a intervenção abaixo:
Pedro Navega (Vereador):
"Muito boa noite a todos, Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia.
Só dar nota que estas propostas que vêm agora aqui à Assembleia têm graus de maturidade diferentes. Por exemplo, relativamente a Vermoil, ainda é só a proposta de delimitação, em que há algum edificado já identificado. As outras duas têm a ver com as ORU, as Operações de Reabilitação Urbana associadas às Áreas de Reabilitação Urbana.
Para responder ao Presidente da União de Freguesias, é precisamente isso, ou seja, as Áreas de Reabilitação Urbana têm a ver com o edificado existente, e as várias medidas que estão previstas para que esse edificado possa ser reabilitado.
Relativamente às Operações de Reabilitação Urbana, são operações de cariz público, na parte pública destas zonas, em que estão identificados alguns projetos de requalificação, quer de arruamentos, quer de largos, e que têm um valor estimado atualmente, e isto permitir-nos-á, no futuro, eventualmente, até podermos ter acesso a algumas candidaturas no âmbito da reabilitação urbana. Caso não estivessem aqui, não seria possível.
Relativamente à questão do deputado Manuel Serra, da Guia, isto é a Área de Reabilitação Urbana da zona central da Guia, que foi o que foi entendido pelo Município, como é a zona onde está mais condensado o aglomerado urbano, que é um aglomerado que se encontra construído, na sua maioria, no início dos anos oitenta, que já carece de alguma reabilitação e que, obviamente, não impede que no futuro possa surgir uma nova zona, uma nova Área de Reabilitação Urbana, à semelhança do que foi feito na cidade de Pombal, que permitirá, depois, haver esse incremento.
Obrigado."
Colocado o ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Nesta altura, ausentou-se da sala de reuniões o membro da Assembleia André Tasqueiro, por se encontrar impedido de votar o ponto seguinte, devido a questões de índole profissional.

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Guia e Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU da Zona Central da Guia.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:
"Ponto 2.11.1. Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Guia e Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU da Zona Central da Guia

MUNICÍPIO DE POMBAL

Foi presente à reunião a informação n.º 127/DUP/22, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 17-11-2022, que a seguir se transcreve:
"Assunto: Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Guia e Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU da Zona Central da Guia
Exmo. Senhor Presidente da Câmara
O projeto Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Central da Guia em simultâneo com a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), foi apresentado à Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 11 de agosto de 2022, tendo sido deliberado determinar a abertura do período de discussão pública, com a duração de 20 dias contados a partir do 5.º dia a seguir à publicação em Diário da República, conforme estabelecido no n.º2 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, e de acordo com o n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.
A par do referido pedido para publicação da abertura do período de discussão pública, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJRU, procedeu-se ao pedido de emissão de parecer não vinculativo junto do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. À data, não houve decisão. O Aviso nº 16639/2022, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 164, de 25 de agosto, deu início ao citado período de discussão pública, que decorreu entre os dias 02 de setembro e 29 de setembro, durante o qual os interessados puderam formular reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento, sobre quaisquer questões que pudessem ser consideradas no âmbito do presente projeto. Findo o prazo, e conforme o relatório respeitante à discussão pública em anexo a esta informação, reporta-se que até à presente data não foi apresentada qualquer participação.
No seguimento, deverá a Câmara Municipal proceder à divulgação dos respetivos resultados e, caso se mantenha o teor da decisão, o projeto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Central da Guia em simultâneo com a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) submetido a discussão pública, constituirá a versão final para apreciação e aprovação por parte da Assembleia Municipal.
Pelo exposto, e salvo melhor opinião, sugere-se a V/ Exa. que submeta o presente projeto ao órgão Câmara Municipal para que delibere no sentido de:
Proceder à divulgação dos resultados da discussão pública nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 89.º no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual;
Submeter o projeto Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Central da Guia em simultâneo com a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º e no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual;
Constituir o relatório referente à ponderação da discussão pública um documento anexo e integrante da presente deliberação;
Solicitar à Assembleia Municipal que aprove a presente deliberação em minuta, para que a mesma possa produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
À consideração superior."

MUNICÍPIO DE POMBAL

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o projeto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Central da Guia em simultâneo com a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, nos termos do proposto na informação supratranscrita."
Colocado o ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Nesta altura, regressou à sala de reuniões o membro da Assembleia municipal, André Tasqueiro.

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Área de Reabilitação Urbana de Albergaria dos Doze e Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Albergaria dos Doze.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:
"Ponto 2.11.2. Área de Reabilitação Urbana de Albergaria dos Doze e Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Albergaria dos Doze
Foi presente à reunião a informação n.º 128/DUP/22, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 17-11-2022, que a seguir se transcreve:
"Assunto: Área de Reabilitação Urbana de Albergaria dos Doze e Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Albergaria dos Doze
Exmo. Senhor Presidente da Câmara
O projeto Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Albergaria dos Doze em simultâneo com a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), foi apresentado à Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 11 de agosto de 2022, tendo sido deliberado determinar a abertura do período de discussão pública, com a duração de 20 dias contados a partir do 5.º dia a seguir à publicação em Diário da República, conforme estabelecido no n.º2 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, e de acordo com o n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.
A par do referido pedido para publicação da abertura do período de discussão pública, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJRU, procedeu-se ao pedido de emissão de parecer não vinculativo junto do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. À data, não houve decisão. O Aviso nº 16713/2022, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 165, de 26 de agosto, deu início ao citado período de discussão pública, que decorreu entre os dias 05 de setembro e 30 de setembro, durante o qual os interessados puderam formular reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento, sobre quaisquer questões

que pudessem ser consideradas no âmbito do presente projeto. Findo o prazo, e conforme o relatório respeitante à discussão pública em anexo a esta informação, reporta-se que até à presente data não foi apresentada qualquer participação.
No seguimento, deverá a Câmara Municipal proceder à divulgação dos respetivos resultados e, caso se mantenha o teor da decisão, o projeto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Albergaria dos Doze em simultâneo com a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) submetido a discussão pública, constituirá a versão final para apreciação e aprovação por parte da Assembleia Municipal.
Pelo exposto, e salvo melhor opinião, sugere-se a V/ Exa. que submeta o presente projeto ao órgão Câmara Municipal para que delibere no sentido de:
Proceder à divulgação dos resultados da discussão pública nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 89.º no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual;
Submeter o projeto Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Albergaria dos Doze em simultâneo com a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 13.º e no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual;
Constituir o relatório referente à ponderação da discussão pública um documento anexo e integrante da presente deliberação;
Solicitar à Assembleia Municipal que aprove a presente deliberação em minuta, para que a mesma possa produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
À consideração superior."
A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o projeto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Albergaria dos Doze em simultâneo com a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, nos termos do proposto na informação supratranscrita."
Colocado o ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Plano Municipal de Fomento da Floresta Autóctone.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:
"Ponto 2.11.4. Proposta de Plano Municipal de Fomento da Floresta Autóctone -Relatório do período de consulta pública
Foi presente à reunião a informação n.º 1063/GTF/22, do Gabinete Técnico Florestal, datada de 24-11-2022, que a seguir se transcreve:
"Assunto: PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE FOMENTO DA FLORESTA AUTÓCTONE | RELATÓRIO DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA
Exmo. Sr. Presidente,

MUNICÍPIO DE POMBAL

No âmbito do procedimento de aprovação do Plano Municipal de Fomento de Floresta Autóctone do Município de Pombal, foi efetuada consulta pública em conformidade com o estabelecido no artigo 101.º do Decreto-lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo, estabelecendo um prazo de 30 dias, a contar da data de publicação de Aviso no Diário da República – 2.ª Série, Aviso n.º 7783/2022, de 14 de abril, que decorreu entre os dias 18 de abril e 30 de maio de 2022.
Durante o período de consulta pública foram remetidos dois contributos com sugestões de adaptação e melhoria do Plano Municipal de Fomento de Floresta Autóctone, os quais foram analisados, conforme se poderá observar no relatório do período de discussão pública em anexo, tendo sido incorporadas algumas sugestões de melhoria na proposta final do plano.
Assim, nos termos e para os efeitos do estabelecido no Decreto-lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, remete-se em anexo a versão final do Plano Municipal de Fomento de Floresta Autóctone de Pombal, para que em acaso de anuência de V. Exa. o mesmo possa ser remetido ao órgão Câmara Municipal para efeitos de apreciação e posterior remissão à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.
À consideração de V. Exa.
Anexa-se:
- Relatório da Consulta Pública; e
- Plano Municipal de Fomento da Floresta Autóctone do Município de Pombal."
A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter a proposta de Plano Municipal de Fomento de Floresta Autóctone de Pombal à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação."
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum membro pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:
João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):
"Este Plano de Fomento da Floresta Autóctone esteve em discussão pública, e no período de discussão pública, eu, pessoalmente, tive oportunidade de remeter uma participação, uma vez que este plano, na sua definição original, não previa a agilização entre o Município e as Juntas de Freguesia, e as Juntas de Freguesia não eram parceiras deste Plano de Fomento da Floresta Autóctone.
Penso que as Juntas de Freguesia, como temos reconhecido, têm um papel muito próximo dos cidadãos, são porventura a porta mais fácil, de mais fácil acesso. E na versão original, em que as Juntas de Freguesia não eram parceiras deste programa, pareceu-me francamente mal, porque no fim, ao cabo e ao resto, quando tiver que o trabalho ser feito, vai ser pelas portas das Juntas de Freguesia que ele será feito.
Muitos de nós, nos nossos programas eleitorais, nos nossos programas de orientação estratégica, temos a promoção e o fomento da floresta autóctone, até pelos problemas de transferência de espécies. Também estão as Juntas de Freguesia, em nome da Câmara, a assumir a delegação de competências, via contrato interadministrativo, das faixas de gestão de combustível. Isto é, na floresta, somos a ação mais direta na floresta. E como tal, estranhei que as Juntas de Freguesia não tivessem um papel mais ativo neste documento.
Penso que este problema inicial está ultrapassado, e como tal, vamos votar favoravelmente."
Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):
"Obrigado, Presidente.
Neste ponto, só falo aqui porque quem me tem ouvido noutras Assembleias, há um ponto que para mim também é fundamental, que é o nosso concelho e as nossas freguesias aproveitarem

a potencialidade que têm. E a floresta, eu digo sempre, tem que ser vista como um potencial, e não como um problema, como tem sido visto nos últimos anos.
Nós só nos lembramos da floresta quando ela arde – ou seja, quando há incêndios é que a floresta existe. Mas, a floresta existe para todos nós – e eu estou sempre a dizer isto, e não me vou cansar – como um potencial.
Ainda bem que a Câmara – e tenho que dar aqui também os parabéns à forma como está o documento elaborado, se tiveram oportunidade de ver, tecnicamente tem as fichas, tem todos os procedimentos. Só para lembrar, isto é um plano, no fundo, de fomento desta floresta, é um plano a dez anos. E depois, aqui integrados, tem o sistema de apoio ao proprietário florestal. Porquê? O Concelho de Pombal e as nossas freguesias têm muitos proprietários florestais, ou seja, é um concelho de minifúndio, onde todos nós certamente seremos proprietários florestais de alguma parcela. E este plano, na minha opinião, está elaborado de uma forma que se consegue perceber, em termos de objetivos, tornar a floresta mais resiliente a incêndios rurais, proteger o edificado, rede de transportes, bens e pessoas. Ou seja, não estamos a falar só de incêndios.
Depois, aumentar a biodiversidade e a qualidade dos ecossistemas e espaços florestais, e a parte do ambiente também está aqui. Ou seja, percebeu-se perfeitamente a intenção do Município, da equipa que faz o projeto – e agradecer já à parte do Gabinete Florestal, e aos técnicos do Município que acompanham esta matéria, há vários anos, percebe-se perfeitamente o profissionalismo e a forma com que eles elaboraram.
Em termos de mecanismos de controlo – porque, muitas vezes, nós fazemos projetos e planos, e não se percebe muito bem, depois, como é que se controla, como é que se mede a execução – quer o licenciamento, a monitorização, a divulgação pública, e a parte do suporte financeiro também está elencada neste plano.
Depois, tem uma particularidade: se repararem, na parte da execução é dito – está escrito – os meios existentes no Município, Gabinete Técnico Florestal, não implica alocar qualquer meio, ou seja, a Câmara não tem que contratar mais ninguém para conseguir colocar em prática este documento.
E o João disse muito bem, o Presidente da Junta das Meirinhas, aqui as freguesias vão ser o elemento fundamental para que este plano seja concretizado, porque, no fundo, nós estamos no terreno, a floresta está lá, os proprietários florestais mais facilmente conseguem chegar a nós, e as freguesias, como é óbvio, têm todo o interesse em que a floresta esteja cuidada, porque é este o objetivo, ou seja, que a nossa floresta seja uma floresta resiliente aos incêndios, mas que seja um potencial para as famílias. E falamos aqui de todos, estivemos a discutir aqui um Orçamento, é que, no fundo, estas propriedades têm uma mais valia para todas as nossas famílias, que não seja um problema só para a limpeza – porque nós já percebemos todos, se andarmos a discutir limpezas, a floresta vai ficar abandonada, sem dúvida nenhuma.
Qual é que é a meta? A meta é executar, em dez anos, três mil hectares. Para mim, no fundo, é esse desafio, que eu fico feliz de ver concretizado num plano, que esteve em consulta pública, esta mudança de paradigma, e chamar para esta área os proprietários.
Por isso, os parabéns também ao Município por conseguir colocar em prática este desígnio, que penso que é um desígnio municipal e que Pombal aqui pode continuar a dar cartas nesta matéria.
Tenho dito."
Colocado o ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Minuta de Contrato Interadministrativo a celebrar com as Juntas de Freguesia do Concelho (delegação de competências nos domínios da educação e ação social escolar).

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:
"Ponto 2.9.6. Minuta de Contrato Interadministrativo a celebrar com as Juntas de Freguesia do concelho (delegação de competências nos domínios da educação e ação social escolar)
Foi presente à reunião a informação n.º 195/SE/22, da Secção de Educação, datada de 30-11-2022, que a seguir se transcreve:
"Assunto: Minuta de Contrato Interadministrativo a celebrar com as Juntas de Freguesia do concelho (delegação de competências nos domínios da educação e ação social escolar)
Exmo. Senhor Presidente,
Tendo por base os Contratos Interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia que, em suma, traduzem uma adequação dos instrumentos no que concerne à concretização dos termos em que se deverá processar a delegação de competências, em matéria de educação e ação social escolar (cf. alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I)), designadamente no que respeita a transportes escolares, "Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico", "Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1ª Ciclo do Ensino Básico" e, ainda, "Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar — Atividades de Animação e de Apoio à Família".
Considerando que se afigura necessário operar alguns ajustes à redação dos contratos Interadaministrativos em vigor, em face das dificuldades manifestadas por parte das Juntas de freguesia no cumprimento das atribuições impostas.
Face ao exposto, submete-se à análise de V. Exª a proposta de minuta que se anexa, sugerindo-se que, caso assim o entenda e concordando com o respetivo teor, submeta as mesmas à apreciação do órgão Câmara Municipal, para que delibere no sentido de requerer a competente autorização para a respetiva celebração ao órgão Assembleia Municipal, nos termos das disposições constantes na alínea k) do n.º 1 artigo 25º e nas alíneas l) e m), do n.º 1 artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
À consideração superior. "
A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter a referida minuta à Assembleia Municipal, a fim de requerer a competente autorização para celebração dos Contratos Interadministrativos com as Freguesias, nos termos da alínea k) do n.º 1 artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum membro pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:
Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):
"Obrigada.

Quero falar, neste ponto, principalmente na questão, que a parte da educação é o core de muitas das freguesias, que nós temos, e é o futuro do nosso concelho e do nosso país. Quero salientar o tratamento cuidado que o Município teve na reformulação deste contrato interadministrativo, salientando a inclusão das necessidades de alunos com necessidades de educação inclusiva, nas questões do transporte, da Componente de Apoio à Família e nas Atividades de Animação e de Apoio à Família.
Só gostaria também de resguardar a questão das AEC's. Embora não esteja explícito, eu gostaria também que fosse tomado em conta que estes meninos com necessidades de educação inclusiva têm necessidade de acompanhamento permanente, não apenas nas questões de transporte, Componente de Apoio à Família e a Atividades de Animação e de Apoio à Família, mas também na questão das AEC's. Embora tenhamos consciência de que o Município faz a transferência para as freguesias da totalidade do valor que o Estado lhes transmite, também nós, enquanto freguesia, e eu e os representantes das outras freguesias também temos esta sensibilidade, que as freguesias investem todo esse valor na contratação de professores, ou de serviços que garantam esse serviço, mas que, neste momento, consideramos não ser suficiente, se não for assegurado um acompanhamento também neste segmento das AEC's.
Obrigada."

Luís Couto (OI):

"Bom, antes de mais, sobre este ponto, o Oeste Independente informa já que vai votar a favor. No entanto, há aqui algumas questões que são importantes, a meu ver, relativamente a este acordo. Eu acho que esta revisão deste acordo peca por tardia, naturalmente – esse é o meu primeiro comentário – visto que não havia alteração de valores desde 2009 – portanto, quase treze anos de que nós estamos a falar, sobre a questão da revisão. E, portanto, o facto de este Município, de este Executivo ter pegado neste assunto e fazer essa reversão, é extremamente positivo. Inclusivamente, como já falou aqui a Carla Longo, a Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, sobre a questão das Atividades de Apoio à Família, mas também a questão aqui de a Câmara assegurar uma necessidade que não existia, que são os materiais de apoio para as AEC's.
Uma tónica interessante é também o facto de um aumento de cerca de 5% do custo por refeição, de € 2,62 para € 2,75. Estamos a falar quase de 5% de aumento, em termos práticos. No entanto, nós tivemos uma necessidade de voltar um bocadinho no tempo, e de voltar ao ano de 2009, quando inicialmente é assinado um acordo inicial, e pressupunha-se, efetivamente, uma delegação de competências nas Juntas de Freguesia, por uma questão de proximidade, e uma questão de eficiência. Mas, havia uma característica muito interessante, que era que os fundos que esse acordo, na altura – que é o que está ainda vigente – pressupunha que estas atividades fossem autossuficientes em termos financeiros, com esta transferência de competências e com esta transferência de financiamento.
Ora, o que nós fizemos, num exercício relativamente à data de hoje – portanto, treze anos passados – efetivamente, fizemos um caso de estudo relativamente a um centro escolar, em que, efetivamente, aquilo que havia em 2009 representava 100%, e a autossustentabilidade deste financiamento hoje representa apenas 55% dos custos totais para fornecer o que está descrito neste acordo interadministrativo. 55% que será compensado, naturalmente, com este aumento de 5% no custo das refeições, que em termos práticos – que é uma percentagem, não abrange só a questão do custo da produção das refeições, mas também a entrega e distribuição da mesma – em termos de cálculos, isto irá ser corrigido para 57%. Ou seja, em termos práticos, 43% deste serviço que está contemplado neste serviço, significa que tem que ser garantido por

financiamento da própria Junta de Freguesia, pelas suas próprias outras fontes alternativas. E essa é uma grande preocupação.
Uma das questões que eu acho que este Executivo deve continuar a olhar, porque isto significa, na prática, um empobrecimento das Juntas de Freguesia. Não há nenhuma Junta de Freguesia que vá deixar de cumprir com as suas obrigações na delegação de competências, porque estamos a falar, grande parte disto, na área da educação e alimentação. Mas, de facto, é um mecanismo que, à luz destes treze anos, é de empobrecimento constante, porque não é acompanhado pela receita constante. E isto significa uma situação dramática.
É necessário urgentemente que a Câmara identifique maneiras de aumentar a receita dos orçamentos das Juntas de Freguesia, exatamente para garantir que estas Juntas de Freguesia possam desempenhar melhor os seus serviços, e melhor o seu papel junto das comunidades. Este aqui é um acordo que, apesar de bom, e ser um bom sinal, é muito pouco, face às necessidades das Juntas de Freguesia. Isto é um empobrecimento que nós não podemos deixar que estas autarquias sofram cada vez mais.
Isto cria também outras ineficiências, que é a necessidade e a capacidade que cada Presidente de Junta terá, depois, de negociar mais proximamente, ou não, com este Executivo, outras benesses financeiras para outro tipo de atividades. Não está correto, deveria ser revisto o mais rapidamente possível, novamente.
E obviamente, nós estamos disponíveis para partilhar estes dados, em termos percentuais, e como é que as autarquias estão a empobrecer, relativamente a este Executivo."

Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):
"Eu peço desculpa, era só para dar aqui uma achega, em termos do desenvolvimento deste protocolo, desta minuta, e elucidar aqui o colega Luís Couto, que diz na cláusula décima segunda – e está muito bem elaborado – que garante também essa atualização, que são direitos da segunda outorgante – ou seja, das Juntas de Freguesia – solicitar à primeira outorgante o apoio que se lhe afigure necessário ao cumprimento das competências que lhe são afetas por força do presente contrato.
Ou seja, foi muito bem concebido, garante todas as necessidades, e penso eu que garantirá também as necessidades, em termos financeiros, que se afigurem necessárias para o cumprimento de tudo aquilo que é imputado com este contrato.

Luís Couto (OI):
"Só aqui clarificar, naturalmente, Carla, que obviamente que nós estamos todos disponíveis para partilhar contas e números, em termos práticos, porque é assim, a bem das autarquias, e da própria Freguesia de Pombal também – a Freguesia de Pombal também não quer perder receita e empobrecer neste processo, naturalmente. E é exatamente para isso que nós estamos disponíveis, quando quiserem, para podermos avaliar estes dados, para que efetivamente essas dúvidas não existam, e se calhar vamos encontrar coisas muito interessantes, que são disparidades, e que após a aplicação deste instrumento possamos, efetivamente, encontrar aqui – se calhar há aqui disparidades entre freguesias, que nós teremos que aprimorar, melhorar, para garantir que não haja empobrecimento real das autarquias."

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):
"Da intervenção do Luís Couto resulta uma diferença entre freguesias, que não existe. As freguesias têm, em conjunto, valores fixos iguais para todas, mediante a sua capitação e o número de estudantes que frequentam. Por isso, não há diferença entre freguesias. Poderá haver diferença no total, mas a diferença já vem de que o número de alunos também é diferente. Agora, os valores reais de cada aluno são iguais para todas as freguesias, não há distinção

nem diferença. Uma coisa é a distinção e a diferença, outra coisa é a inflação, o aumento dos custos, que têm de ser refletidos. Mas, isso é para uma outra conversa, com quem tem competência e poder para resolver isso, e conjuntamente com as Juntas de Freguesia, que será pelo Executivo Municipal."

Colocado o ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.13. Apresentação da proposta da Câmara sobre Relatório Intercalar sobre a avaliação dos riscos altos ou muito altos constantes do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (Incluindo os de corrupção e infrações conexas) | Revisão 03, ou Reclassificados no Relatório Anual sobre a sua Execução em março de 2022 – Para conhecimento.

Foi presente à Assembleia o Relatório Intercalar sobre a avaliação dos riscos altos ou muito altos constantes do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (Incluindo os de corrupção e infrações conexas) | Revisão 03, ou Reclassificados no Relatório Anual sobre a sua Execução em março de 2022, o qual foi previamente distribuído por todos os membros.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum membro pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

"É só para parabenizar o Município de Pombal por ter este documento, e esta estrutura em funcionamento, nomeadamente coordenada pela Dra. Idalina Marques, que tem feito um trabalho extraordinário no âmbito da transferência do reforço da gestão dos riscos conexos no Município de Pombal.

Somos uma Câmara que é reconhecida junto das instâncias jurisdicionais também pela qualidade da nossa capacidade de apreciar os riscos e ter um plano de estratégia de defesa do Município e da estrutura municipal face aos riscos e infrações conexas. É um trabalho antigo no Município, é um trabalho encabeçado pela Dra. Idalina Marques, que queria frisar e queria pessoalmente dar os meus parabéns, e agradecer-lhe o trabalho que tem desenvolvido pelo Município de Pombal."

A Assembleia tomou conhecimento.

Nesta altura o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** usou da palavra como se segue:

"Os dois seguintes pontos também não requerem votação, é apenas a apresentação. Pergunto se há objeção a que eles sejam discutidos e tratados em conjunto, uma vez que não exigem votação, e dizem ambos respeito à PMUGest."

A Assembleia concordou.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.14. Apresentação do Relatório de Execução Orçamental da PMUGEST do 3.º trimestre de 2022 – Para conhecimento;

Foi presente à Assembleia o Relatório de Execução Orçamental da PMUGEST do 3.º trimestre de 2022, que previamente tinha sido distribuído por todos os membros da Assembleia.
Com a anuência dos Membros da Assembleia, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou os relatórios a discussão, tendo-se inscrito:

João Varela Coelho (PS):

"Nós temos algumas questões, anteriores aos documentos que aqui são apresentados, e à prestação do trabalho da administração da PMUGest, essencialmente pela nossa capacidade de acompanhar o trabalho da própria PMU, enquanto empresa da responsabilidade primeira da Câmara Municipal.
Na verdade, a esta Bancada não foi atribuída qualquer capacidade de fiscalizar a PMU e para garantir o melhor contributo da empresa para os Pombalenses, ou porque falta informação relevante, ou porque não somos envolvidos na realidade da empresa, ao contrário do que foi prometido aqui, em tempos. Na verdade, foi prometido pelo Sr. Presidente da Câmara que iriamos ser convidados para a definição estratégica da PMUGest, assim que a nova responsável tomasse posse. Até hoje, não tivemos essa oportunidade, continuamos disponíveis para participar na definição estratégica do futuro da PMU, e isso ainda não aconteceu.
Também procurámos saber, desde o primeiro dia, da preponderância da prestação de serviços pela PMU à Câmara Municipal nas receitas da empresa municipal. Nunca nos responderam objetivamente, e por isso, não sabemos quanto das receitas da PMU dependem da Câmara Municipal, e como é que o custo dos serviços da PMU à Câmara Municipal é acordado entre as partes.
Só a partir daí é que poderíamos perceber outras questões importantes, como a necessidade de a PMU participar em mercados com concorrência privada, como é o da limpeza florestal, ou mesmo a justificação para os lugares de estacionamento pagos no centro de Pombal.
Gostaríamos de ter esse envolvimento, essa definição. Infelizmente, os documentos não o reportam, e por consequência, nós nunca poderemos fazer um trabalho de acompanhamento decisivo da PMU. Tentámo-lo através de proposta, procurando aqui, na Assembleia Municipal, que houvesse uma recomendação aprovada para definição de critérios de contratação mais exigentes em relação à PMU, tal não foi possível.
Ainda assim, em relação às contas e àquilo que é a relação direta dos serviços prestados pela PMU à Câmara Municipal, ainda há muita informação que esta Assembleia Municipal, e os Pombalenses, de uma forma geral, não têm. E, portanto, lamentamos, esperamos por essa informação, pelo menos para o próximo ano.
Muito obrigado."

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

"Às vezes até me custa ter que intervir, mas eu não posso deixar passar em claro.
Estamos a tratar do plano previsional para o próximo ano da PMU, e o Senhor Membro da Assembleia Municipal, João Coelho, candidato à Câmara pelo Partido Socialista, gosta de ter uma retórica de "não nos é dado", "não sabemos". E vem falar na estrutura de despesa e na estrutura de receita da PMUGest, diz que não tem acesso. É de estranhar que a acutilância seja perdida no meio da ânsia de querer marcar posições diferentes. E a acutilância, se fosse bem direcionada, nomeadamente para apreciação do relatório de contas consolidadas do

MUNICÍPIO DE POMBAL

Município de Pombal, em que consolida com a PMUGest, que foi apreciado na Assembleia Municipal de junho, nesse relatório consolidado existe o relatório de contas da PMU, que, com detalhe, apresenta as variáveis de receita, discrimina as variáveis, ipsis verbis, de toda a função – aliás, a Covid estragou-me um bocado a cabeça a nível de memória, mas eu acho que o deputado João Coelho, se bem me lembro, em junho, se esteve cá, terá falado da Cafetaria do Castelo, e da estrutura de despesas da Cafetaria do Castelo, é sinal de que ele leu o relatório de contas. E se leu o relatório de contas, as perguntas que faz aqui hoje, em sede de plano – em vez de perspetivarmos o futuro, estamos a olhar pelo retrovisor. E o retrovisor é mau amigo de quem quer decidir, e de quem quer ter um projeto de futuro para o Concelho de Pombal. Temos de olhar para a frente, como o PSD olha, pelo vidro da frente do carro.
E se queremos informação, está nos documentos. Existe a responsabilidade, e o Município de Pombal tem-na cumprido, de consolidação de contas com as entidades municipais. E na consolidação de contas de junho, está lá o relatório de contas da PMU.
Agora, outra coisa em que o Partido Socialista e o candidato à Câmara, João Coelho, estão especialistas, é em lançar a anátema. É tudo mal feito, é tudo feito a viés. A Câmara Municipal de Pombal é rigorosíssima, e até pelo ponto anterior, em que votámos os riscos e infrações conexas, é rigorosíssima na contratação pública. E a contratação pública in House entre a Câmara Municipal e a PMU está para consulta pública no portal da contratação pública. Se dúvidas existissem, está lá. E não há regras mais apertadas do que as regras de contratação pública, e a Câmara tem-no assumido.
Por isso, lançar dúvidas sobre a contratação pública entre o Município e a PMU é criar um anátema, é criar fumo onde não existe fogo.
Desculpa, João, gosto de ti, gostava que tivesses a tua acutilância para o que é bom, e não para estar aqui com anátemas e com desvios. E gostava – porque tu és um homem inteligente, porque tu és um homem com perspicácia – gostava que aplicasses as tuas capacidades a dizer o que é que tu querias para a PMU, o que é que tu, como candidato à Câmara, desejas para a PMU. Agora, chegar cá e falar do espelho retrovisor, não me parece que esteja bem, quando estão em posse da documentação necessária para a vossa avaliação.
Muito obrigado."

João Varela Coelho (PS):

"Muito obrigado, Senhor Presidente.
A necessidade que o Sr. Presidente da Junta das Meirinhas tem de substituir o Sr. Presidente da Câmara não deixa de ser curiosa, ainda para mais para prestar informação que não está correta, porque aquilo a que me referi foi a estes documentos em concreto, e não à consolidação de contas de 2021, que foi apresentada, sim, em junho de 2022. E nós não temos, nestes documentos em concreto, que estamos aqui a analisar, essa perspetiva e essa repartição de qual a preponderância de cada um dos clientes – e a Câmara Municipal, com principal destaque – de cada um dos clientes da PMU. Penso que isso é evidente, e lamento mais uma vez que haja esta necessidade de permanentemente o Sr. Presidente da Junta das Meirinhas vir aqui falar de dados que não são corretos, para tentar diminuir de alguma forma aquilo que eu aqui disse, até a condição em que eu me apresento aqui. Sou membro de pleno direito deste órgão, não me candidatei a mais nada, estou a cumprir a minha função, e lamento profundamente que o Senhor Presidente da Junta das Meirinhas queira, de alguma forma, iludir aquilo que estamos a fazer, nomeadamente aquilo que eu, particularmente, estou aqui a fazer.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação à definição do que é o futuro estratégico da PMU, foi isso precisamente que eu disse. Aquilo que nós dissemos – é curioso que o Sr. Presidente da Junta das Meirinhas queira questionar qual é que é a vontade do Partido Socialista em relação à PMU, porque foi isso que nós nos propusemos a fazer. Aliás, tanto assim foi que o Sr. Presidente da Câmara nos convidou para participar na definição estratégica do futuro da PMU, em devido tempo, antes da avocação da Cafetaria do Castelo e do Café Concerto, e nessa altura, sim, ainda teríamos tempo para propor aquilo que também acabámos por espelhar aqui, em determinada intervenção, qual é que seria a nossa definição em relação ao futuro daqueles equipamentos, foram avocados estes dois equipamentos, nunca foi perguntado aqui o que é que nós entendíamos que devíamos fazer com esses dois equipamentos, e foi logo decidido que iria a concurso público para a exploração, pelo menos do Café Concerto, por parte de privados, isso está a decorrer, e nós nunca fomos envolvidos nisso, ao contrário do que foi a nossa vontade expressa aqui na Assembleia Municipal.
Portanto, reputo a intervenção de desnecessária, mas cada um responde por aquilo que entende fazer. No entanto, não foi nada disso que eu perguntei, não foi nada disso que eu disse, não tem qualquer tração com aquilo que disse a minha intervenção, lamento que o tenha sido. Neste caso, que nem estamos a discutir nada em que padeça de alguma votação da parte das Bancadas, apenas era uma nota do que é que poderá ser uma evolução do Executivo em relação ao Partido Socialista, e ao seu envolvimento, no futuro, em algo que pertence à Câmara Municipal, e à Câmara Municipal como um todo.
Muito obrigado."
O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** usou da palavra como se segue:
"Justamente, eu pedia que nos concentrássemos no tema – aliás, começou até por dizer que as intervenções eram sobre temas anteriores, sobre outras questões, relacionadas com a PMUGest, mas não especificamente sobre os relatórios; eram relativos a pressupostos, digamos assim, da avaliação destes documentos.
Eu tenho mais duas intervenções. Talvez fosse melhor dar primeiro a palavra aos deputados municipais, uma vez que podem haver mais perguntas. Pedia só que não nos concentrássemos em picardias, e nos centrássemos, se possível, nos documentos."
João Antunes dos Santos (PPD/PSD):
"Senhor Presidente, Senhores Deputados:
Eu confesso que isto é um pouco desgastante – não é desgastante pelo adiantado da hora, é desgastante porque o Partido Socialista insiste em confundir alhos com bugalhos. E confundir, porquê? Porque, efetivamente, da mesma forma que existe a Assembleia Municipal, que é o órgão deliberativo e fiscalizador do Município de Pombal, da Câmara Municipal de Pombal, também existe uma Assembleia da PMU, que por excelência é o órgão deliberativo da empresa municipal, que é a PMU, que é uma entidade com personalidade jurídica, uma entidade própria.
Portanto, o que eu pergunto aos Srs. Deputados do Partido Socialista é se entendem que a Câmara, ao trazer aqui estes documentos à Assembleia Municipal, e dando as explicações que dá, e dando as informações que dá, se em algum momento está a incumprir a Legislação, porque a mim me parece que não está. Ou seja, se o Legislador, quando concebeu a criação das empresas municipais, concebeu-as com autonomia, e com um órgão executivo e um órgão deliberativo, que é a própria Assembleia, a Assembleia da empresa municipal, e não disse, em momento algum, que a Assembleia Municipal tinha que intervir sobre aquela que é a estratégia,

ou a condução, ou o que quer que seja, da empresa municipal, foi o Legislador que quis que isso fosse assim.
Se V. Exas. entendem que a Legislação está mal, têm bom remédio, têm maioria na Assembleia da República, alterem a Legislação e digam que as empresas municipais têm que começar….. - Cassete têm vocês, porque vocês vêm para aqui dizer que os Pombalenses têm que ser esclarecidos, e estão sempre a tentar confundir alhos com bugalhos, porque não há obrigação nenhuma de estarmos aqui a discutir a estratégia, ou o que quer que seja, da PMU. A PMU é uma entidade própria. E vamos estar sistematicamente, até ao fim do mandato, a mandar palpites sobre a PMU.
O Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas diz que o Senhor Deputado João Coelho é candidato à Câmara; por esta obstinação, eu acho que ele é candidato a administrador da PMU."
João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):
"Senhor Presidente, eu tenho alguma dificuldade em perceber, e peço que me ajudem, porque eu penso que no órgão Câmara, o Partido Socialista está representado. Agora, eu gostava que o Partido Socialista não viesse para as Assembleias Municipais com esta dicotomia do "PS A" e do "PS B", do PS da Assembleia e do PS da Câmara, porque os assuntos da PMU são aprovados em Câmara, a Câmara é envolvida nos assuntos da PMU.
Agora, vem o "PS B" para a Assembleia dizer que não é envolvido. Realmente, eu não percebo esta dicotomia entre sub-21 e esperanças, não percebo."
O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra à Senhora Vereadora Isabel Marto, que fez a intervenção abaixo:
Isabel Marto (Vereadora):
"Respondendo rapidamente a três pontos que foram aqui colocados, efetivamente, o PS acabou por ser envolvido, ou pelo menos ouvido, na estratégia da PMU, através dos Vereadores do PS, que reuniram com o conselho de administração – nem sequer estávamos presentes, tiveram toda a liberdade. Tiveram um momento em que lhes foi apresentada a possível estratégia, um momento de diálogo.
Agora, se o deputado João Coelho quiser reunir também diretamente, está à vontade, nós nunca vedámos, e o conselho de administração está completamente disponível para reunir com todos quantos desejarem, eles nunca vedaram isso. Aqui, se calhar, foi confusão nossa, pensámos que a reunião com os Vereadores seria o suficiente, mas pode ser convosco também, não há qualquer limitação em termos do número de reuniões – aliás, no final, pode dar-me a sua disponibilidade, e eu transmitirei ao conselho de administração, não há qualquer limitação a esse nível.
Relativamente à questão do peso do Município no volume de faturação da PMU, neste momento está em cerca de 50%. Tendencialmente esse peso vai reduzir, porque o rendimento está a aumentar, mas não é pelos contratos do Município, pelo contrário, até em termos da limpeza, o número de contratos do Município reduziu, comparativamente com o ano passado. Portanto, eles estão a aumentar a faturação, mas não é via Município. E, portanto, tendencialmente será ligeiramente menos de 50%. Mas, é algo que também poderá solicitar, os dados, ao conselho de administração, são dados que não nos importamos de partilhar.
Relativamente à questão do Café Concerto e da Cafetaria, também tivemos aqui uma reunião prévia com os Vereadores do PS, os documentos finais vão ser passados e propostos, e haverá oportunidade de os discutir. E portanto, terão a oportunidade de dar a vossa opinião."
A Assembleia tomou conhecimento.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.15. Apresentação dos documentos previsionais da PMUGEST - Para conhecimento.

Foram presentes à Assembleia os documentos previsionais da PMUGEST, os quais foram previamente distribuídos.
A discussão deste ponto foi efetuada em simultâneo com o ponto anterior.
A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Assembleia de Freguesia da UFGIMM sobre Proposta de desagregação das freguesias que integram a União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho.

Foi presente à Assembleia a proposta de desagregação das freguesias que integram a União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, acompanhada de cópia da ata da sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia, cópia do parecer emitido pela Junta de Freguesia, certidão da deliberação da Câmara relativa à emissão de parecer por parte daquele Órgão, bem como os documentos instrutórios do processo, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do Artigo 12.º da referida Lei.
O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, tendo-se verificado as seguintes inscrições:
Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, Independente):
"Muito obrigado, Sr. Presidente.
Apenas para, em função da tipologia do tema, e da discussão que, naturalmente, ele já levantou durante estes meses passados, fazer uma brevíssima abordagem ao assunto, e de certa forma justificar aqui a minha tendência de voto.
Para dizer que quando, em 2012, à pressa e à revelia das vontades da população, se consolidou o processo de agregação, instalou-se no Oeste um sentimento de insatisfação e revolta que, acredito, foi causado sobretudo por não ter sido dada voz às pessoas, de forma a que estas pudessem ter a oportunidade de decidir o futuro administrativo das suas terras.
Em 2017, vencemos um processo eleitoral onde prometemos à população que lhe daríamos essa oportunidade, assim que a Lei o permitisse. Voltámos a fazê-lo em 2021, e ainda que esta seja uma matéria de opinião individual e não coletiva, assim fizemos, cumprimos com a nossa promessa. E em conjunto com a comissão de acompanhamento criada pela Assembleia de Freguesia, encetámos procedimentos no sentido de se promover uma auscultação pública, que teve lugar no dia 18 de setembro do presente ano. As pessoas puderam manifestar-se através do voto, ação que resultou na elaboração de um relatório.
Os resultados desta auscultação, independentemente da sua participação, refletem sempre uma posição da população, que a Assembleia de Freguesia decidiu, por unanimidade, respeitar, e

que este Executivo, como não poderia deixar de ser, acompanhou, dando o seu apoio nas várias fases de todo este processo.
Votarei, portanto, favoravelmente este ponto, não pela convicção de que a União de Freguesias não seja a melhor solução para o Oeste, mas porque, na vida, há valores que falam mais alto. A vontade da população deve ser respeitada, e quero aqui dizer que o meu voto será "sim" para o encaminhamento desta proposta para Lisboa, ainda que a camisola que visto há cinco anos se mantenha a mesma, a da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, na defesa dos seus interesses e na assunção das responsabilidades que os eleitores do Oeste nos confiaram, até ao último dia do presente mandato.
Muito obrigado."

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):
"Nós temos que ser consentâneos com o que pensamos, e temos que, mesmo que seja a contragosto, dar a nossa opinião nos órgãos e nos sítios competentes.
Eu não concordei, de maneira nenhuma, com o modelo e com a forma como foram criadas as agregações de freguesias. Discordei da forma precipitada, da forma abrupta como foi feito, numa obrigação trazida a Portugal pela troika, que veio salvar Portugal da pré-bancarrota em que o Governo Socialista de José Sócrates deixou o país, num caderno de encargos assinado com a troika, negociado pelo Partido Socialista, que não defendeu as freguesias, obrigando à agregação de muitas freguesias, dando-lhes uma escala e uma definição completamente inusitada, sem ter o apoio popular necessário a este tipo de projetos. Compreendo o desgosto das populações.
Por outro lado, como olho para os territórios e para a sua melhor maneira de gerir, não me restam dúvidas que criar freguesias maiores, mais fortes, com mais competências, com mais recursos e com mais meios, é o caminho para Portugal. A agregação de freguesias poderá não ser o melhor modelo, existem outros mais vantajosos.
Quero frisar e sublinhar o trabalho dos Executivos liderados pelo Senhor Manuel Serra e pelo Senhor Manuel Henrique Nogueira de Matos, nas duas Uniões de Freguesias, trabalho extraordinário na montagem administrativa, financeira, técnica e de trabalho nestas Uniões, um trabalho destes dois Presidentes enorme – enorme – com desgaste pessoal, profissional, familiar, e até social.
Estes dois autarcas e as suas equipas conseguiram montar as Uniões de Freguesias, conseguiram ser eficientes e eficazes. E não ficava bem com a minha consciência se não deixasse hoje aqui esse testemunho.
Como é fácil perceber, eu sou pela união de freguesias, e não sou pela desagregação de freguesias. No entanto, eu, João Pimpão, estou aqui como Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas. É nessa qualidade que eu tenho parte nesta Assembleia, é nessa qualidade que irei votar. Procurei, junto dos órgãos da Freguesia de Meirinhas, perceber quais é que terão sido as decisões análogas a esta com as quais tinham sido confrontados. Não tendo tempo para ter reunido os órgãos da freguesia, nomeadamente a Assembleia de Freguesia ou a Junta de Freguesia, com capacidade para decidir este processo, não estou em posse de votar, nem favoravelmente, nem contra esta decisão.
Como tal, o Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas irá abster-se."

Luís Couto (OI):
"Bom, em primeiro lugar, gostaria de refletir sobre a importância de recordar que o processo de reforma administrativa de 2012-2013, liderado, então, pelo Governo do PSD, pretendia que

as freguesias ganhassem mais em escala, com vista a uma gestão mais eficiente de recursos, de acordo com o então Ministro Miguel Relvas.
Das cerca de quatro mil freguesias a nível nacional, Portugal passou para cerca de três mil – ou seja, menos um quarto de freguesias a nível nacional. A dimensão desta alteração é apenas comparável com as reformas do séc. XIX, há cerca de cento e oitenta e anos, e que durou quase trinta anos, com alterações e reversões neste período.
De forma geral, foi este mapa que chegou até nós, com algumas alterações aqui e além. Um exemplo bem presente foi a anexação do Concelho do Louriçal ao Concelho de Pombal, em 1855. De acordo com os dados, à data de hoje, prevê-se que haja uma reversão por volta de 20% das freguesias, podendo de uma forma honesta dizer que este processo de reorganização foi um sucesso, e ficará para a história como um dos processos mais céleres.
Em segundo lugar, manifesto que a minha posição sempre foi de manutenção das Uniões de Freguesias, tendo por base os ganhos de eficiência de recursos, ainda mais com o contínuo incremento da complexidade que as Juntas hoje representam, quer em termos de recursos, quer em termos de aumento de competências e áreas de intervenção. A progressiva profissionalização da sua gestão só é possível com maior concentração de recursos.
Mas, é muito importante referir que a minha posição como individuo nunca se sobrepõe à vontade coletiva que é manifestada de forma pacífica, no uso do poder do voto. Impor a vontade individual sobre os outros é algo que temos vindo a observar cada vez mais na nossa sociedade do "eles contra nós", de barricadas montadas que pouco servem a nossa sociedade, e pouco contribuem para o diálogo. Defendo profundamente a democracia, da mesma forma que espero que todos os agentes políticos tenham esse comportamento, mesmo num cenário em que o resultado da votação fosse no sentido contrário.
Considerando os resultados particularmente, verificamos uma participação dos eleitores da Guia na ordem dos 30%, da Ilha de 38%, e de 24% na Mata Mourisca. Em todas as antigas freguesias, o "sim" à pergunta "Pretende que a sua ex-freguesia deixe de fazer parte da União de Freguesias" obtém a maioria dos votos. Para o caso da Guia e da Ilha, mesmo assumindo que até completar a participação dos 50% dos eleitores no sentido contrário – ou seja, todos os eleitores, até 50% do total, votassem "não" – prevaleceria o "sim" como vontade dos eleitores. Apenas seria questionável o resultado da Mata Mourisca.
Neste sentido, existe, na minha opinião, manifestação clara e inequívoca.
Com base nesta manifestação, irei votar favoravelmente esta proposta de desagregação, e espero que possamos contribuir sempre para o interesse público.
Em terceiro lugar, é importante dizer que este processo liderado pelo PSD teve uma grande falha, que foi a não inclusão da vontade popular. E talvez no caso de Pombal – e aqui, partilho algumas opiniões com o Presidente da Junta das Meirinhas – outras agregações de freguesias seriam mais bem aceites. É importante referir que foi este compromisso de perguntar às pessoas, assumido por este movimento independente, na altura liderado por Gonçalo Ramos, em 2017, e renovado em 2021, agora está cumprida essa promessa eleitoral.
Finalmente, é proposta deste movimento independente que se inicie desde já um processo de criação de Associação de Freguesias do Oeste do Concelho de Pombal, que possa também ser extensível ao Carriço, ao Louriçal e a Carnide, e que se mantenha assim o princípio da agregação, que é a eficiência de recursos.
Muito obrigado."

Manuel Serra (PPD/PSD):
"Muito obrigado.

Senhor Presidente, em primeiro lugar, obviamente o meu agradecimento ao João Pimpão pelas palavras que disse. Mas, eu quero aqui alertar todos os meus ex-colegas Presidentes de Junta, e todos os senhores que ocupam lugares autárquicos, que quem ocupa estes lugares raramente tem reconhecimento popular. Portanto, digamos que é um calvário que todos trilhamos, mas que todos, no fundo, fazemos com boa vontade, e ninguém vem para estes cargos à espera do reconhecimento popular. Mas, quando, de facto, as coisas acontecem, as coisas correm bem, e no fundo, ainda somos acusados de ter feito coisas menos boas, enfim, digamos que não é a melhor recompensa. Mas, pronto, é a vida.

Relativamente a este assunto, acontece hoje, nesta Assembleia Municipal, o passo deliberativo previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, após se ter iniciado em setembro deste mesmo ano o processo, ao nível de freguesia, que tendo deliberado a reposição das divisões administrativas locais ao tempo de 2013, o remeteu ao Executivo Municipal, que, e muito bem, respeitando a vontade das freguesias, deliberou unanimemente no mesmo sentido, chegando agora ao nosso fórum para penúltima deliberação do processo, que estou certo, só poderá também ser no mesmo sentido. E muito bem ficaria ao plenário que o votasse unanimemente, já que a vontade inicial foi expressa em consulta alargada a toda a população das freguesias em causa, que votaram, por indiscutíveis maiorias, a desagregação de todas elas.

Claro que não virá mal ao mundo, nem isso determinará decisão diferente, se alguns de nós preferirem manifestar e sobrepor as suas opiniões pessoais sobre a desagregação. Porém, definida que está a orientação maioritariamente e totalmente, conforme a vontade expressa pela população nas urnas, entender-se-ão como algum défice de respeito democrático que, ainda assim, a própria democracia acomoda.

Na nossa vida em sociedade, nem sempre o mais recomendável e o mais eficiente é assim entendido pela população, e as suas decisões pelo voto são muito mais determinadas pela emoção, do que pela racionalidade. E aqui, mais uma vez isso ficou patente, já que a generalidade da classe política atual encontra mais razões para a manutenção das agregações do que para o seu fim. Eu próprio, que fui um dos principais protagonistas iniciais destas novas realidades, só encontrei mais vantagens do que desvantagens na maior dimensão das freguesias, já que as crescentes incumbências e intervenções no âmbito da comunidade exigem uma grandeza crítica abaixo da qual a sua ineficiente intervenção fica condicionada pela exiguidade dos meios logísticos e financeiros à sua disposição. E por isso, sempre defendi que o ideal para o nosso Concelho de Pombal seria um total de cinco freguesias, reorganizadas, as quais estariam assim em condições ideais ao desempenho do que delas se deseja, e as populações merecem.

Porém, o que o nosso povo tem de heroico e solidário nos momentos mais dramáticos, tem de bairrista e exclusivista no resto do tempo, onde as rivalidades encontram espaço e as manifestações tribais mais se afirmam, preferindo o isolamento comunal das decisões e dos processos à preferível partilha e utilização alargada dos recursos, com óbvio prejuízo para a eficiência.

Ora, é exatamente aqui que radicam as razões que se invocam no processo elaborado para a desagregação – bairrismo, as identidades, as preferências na representação mais pequena e mais ao jeito de todas elas. E é exatamente por aqui que as emoções populares condicionam a decisão na hora do voto.

Mas, caros colegas, vivemos, felizmente, no menos mau de todos os sistemas políticos, e isso exige o respeito pela decisão popular que se entendeu auscultar – e quanto a mim, muito bem.

MUNICÍPIO DE POMBAL

A alteração da divisão administrativa ideal estará ainda muito no futuro, tão longínqua que talvez não aconteça nos dias dos mais novos aqui presentes, mas ela será cada vez mais necessária e recomendável. Mas, para que este desiderato seja atingido, há que começar pela pedagogia das razões, pela explicação e demonstração das vantagens às populações, pelas iniciativas integradoras e pacificadoras das rivalidades, pela promoção de cada vez mais iniciativas coletivas, onde o sentimento de pertença e representação possa ser alargado para além dos exíguos espaços tribais atuais.
Infelizmente, não foi nada disso que verifiquei nos últimos tempos na governação autárquica, onde não se cuidou devida e avisadamente das incomodidades populares, com iniciativas industriais e invasivas dos espaços urbanos, não se cuidaram de algumas efemérides importantes para os espaços autárquicos, e onde algumas ambições políticas pessoais mais do que evidentes intrusivamente se afirmaram e mais contribuíram para a divisão, que resultou no histórico recente que conduziu às votações à mais que desejável desagregação.
Estamos, assim, ainda num tempo de acantonamentos sociais, onde num concelho insular, das treze ilhas, iremos alargar para um outro de dezassete. Ou seja, como se dizia no programa humorístico televisivo, vamos voltar para as ilhas, embora para alguns isso faça mais justiça aos outros.
Julgo que ficou clara a minha opinião sobre o preferível, a minha sugestão para que se comece a pensar e se lance a discussão para uma reforma eficaz da nossa divisão administrativa autárquica do concelho, e as suas ideais competências e intervenções, que por agora sofrem algum retrocesso, mas que no futuro até poderão servir como exemplo já vivido que melhor possa ajudar à discussão.
Pelo respeito ao voto popular, é óbvio que votarei "sim" à desagregação.
Importa ainda alertar que a Lei n.º 39/2021 entrou em vigor cento e oitenta dias depois, ou seja, em 20 de dezembro de 2022 cumpre-se um ano de prazo dado para o regime excecional e transitório, art.º 25.º, n.º 2. Há que ter o cuidado de fazer chegar à Assembleia da República, até dia 20 deste mês, o respetivo processo para cumprir a Lei, porque só aí se inicia o processo legislativo. Há que não dar espaço aos atrasos e lapsos em período tão exíguo. Alertava o Sr. Presidente da necessidade de especial urgência neste assunto.
Muito obrigado."

A Assembleia, depois de analisar o processo, deliberou, por maioria, com quatro abstenções dos membros João Pimpão, Carla Longo, Sandra Barros e Ilídio da Mota, aprovar a proposta de reposição da autonomia administrativa da Freguesia da Guia, da Freguesia da Ilha e da Freguesia da Mata Mourisca.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Pelos membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, André Tasqueiro e João Paulo Santos, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

André Tasqueiro:

"Nos olhos das novas gerações, somos cada vez mais cidadãos do mundo e não de um território específico, sem desprestígio de quaisquer sentimentos identitários existentes. Aliás, o sentimento identitário deverá de ser aquilo que nos faz gostar e nos faz demonstramos preocupação para com os nossos territórios. No que toca à organização administrativa presente ao nível do território, em sentidos teóricos, devemos de reconhecer que a economia de escala e a centralização de recursos, quer sejam eles financeiros, humanos ou materiais, acaba por gerar melhores condições para que os atores públicos, em especial as junta de

freguesias, melhor sirvam os seus fregueses. Contudo e apesar de, teoricamente, existir um consenso sobre as vantagens desta solução das agregações de freguesias, estas agregações fizeram com que se verificasse um apagamento de algumas partes do território, fruto da deslocalização de serviços importantes para o desenvolvimento dos territórios, como serviços bancários, entre outros, que apresentaram como motivo para essa deslocalização a reorganização administrativa realizada em 2013. Para além do mais, existe o dever de respeitar a vontade das populações, demonstrada em contexto de auscultação pública e que, em ambas as uniões de freguesia, foi positiva à desagregação, apesar de, em alguns casos, da parca participação expressada.
Posto isto, irei acompanhar, enquanto membro da Assembleia Municipal, a vontade demostrada pela população destes territórios, votando favoravelmente estes dois pontos, apesar de ser positivo, na generalidade e sem olhar a possíveis casos particulares, às agregações de freguesias (e de municípios de menor dimensão, como alguns existentes do Pinhal Interior).”

João Paulo Santos:
“No ano de 2013 votei nesta AM contra uma moção que se opunha à agregação de freguesias por entender que os ganhos de escala seriam uma clara mais valia para o desenvolvimento dos territórios. Entendia também que as novas uniões de freguesia deveriam ser discriminadas positivamente para que não subsistissem dúvidas sobre as vantagens da agregação. Julgo que isso não se verificou, por responsabilidade de todos os decisores, a começar no Estado central. Volvidos nove anos e tendo o legislador permitido a reversão das freguesias agregadas, as populações, que ainda não se tinham conformado com as novas realidades, deram sinais de querer desagregar. As assembleias de freguesia decidiram auscultar as populações e, em minha opinião, os resultados foram esclarecedores. Posto isto, entendo que devo respeitar a vontade das populações desses territórios, sem prejuízo de entender que, inevitavelmente, o futuro das freguesias passará cada vez mais pela partilha de poder, de meios e de recursos.”

Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação da proposta da Assembleia de Freguesia da UFSSAD sobre Proposta de desagregação das freguesias que integram a União de Freguesias de Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho.

Foi presente à Assembleia a proposta de desagregação das freguesias que integram a União de Freguesias de Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, acompanhada de cópia da ata da sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia, cópia do parecer emitido pela Junta de Freguesia, certidão da deliberação da Câmara relativa à emissão de parecer por parte daquele Órgão, bem como os documentos instrutórios do processo, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do Artigo 12.º da referida Lei.
O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, tendo-se verificado as seguintes inscrições:
João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

MUNICÍPIO DE POMBAL

"Nós temos que ser consentâneos com o que pensamos, e temos que, mesmo que seja a contragosto, dar a nossa opinião nos órgãos e nos sítios competentes.
Eu não concordei, de maneira nenhuma, com o modelo e com a forma como foram criadas as agregações de freguesias. Discordei da forma precipitada, da forma abrupta como foi feito, numa obrigação trazida a Portugal pela troika, que veio salvar Portugal da pré-bancarrota em que o Governo Socialista de José Sócrates deixou o país, num caderno de encargos assinado com a troika, negociado pelo Partido Socialista, que não defendeu as freguesias, obrigando à agregação de muitas freguesias, dando-lhes uma escala e uma definição completamente inusitada, sem ter o apoio popular necessário a este tipo de projetos. Compreendo o desgosto das populações.
Por outro lado, como olho para os territórios e para a sua melhor maneira de gerir, não me restam dúvidas que criar freguesias maiores, mais fortes, com mais competências, com mais recursos e com mais meios, é o caminho para Portugal. A agregação de freguesias poderá não ser o melhor modelo, existem outros mais vantajosos.
Quero frisar e sublinhar o trabalho dos Executivos liderados pelo Senhor Manuel Serra e pelo Senhor Manuel Henrique Nogueira de Matos, nas duas Uniões de Freguesias, trabalho extraordinário na montagem administrativa, financeira, técnica e de trabalho nestas Uniões, um trabalho destes dois Presidentes enorme – enorme – com desgaste pessoal, profissional, familiar, e até social.
Estes dois autarcas e as suas equipas conseguiram montar as Uniões de Freguesias, conseguiram ser eficientes e eficazes. E não ficava bem com a minha consciência se não deixasse hoje aqui esse testemunho.
Como é fácil perceber, eu sou pela união de freguesias, e não sou pela desagregação de freguesias. No entanto, eu, João Pimpão, estou aqui como Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas. É nessa qualidade que eu tenho parte nesta Assembleia, é nessa qualidade que irei votar. Procurei, junto dos órgãos da Freguesia de Meirinhas, perceber quais é que terão sido as decisões análogas a esta com as quais tinham sido confrontados. Não tendo tempo para ter reunido os órgãos da freguesia, nomeadamente a Assembleia de Freguesia ou a Junta de Freguesia, com capacidade para decidir este processo, não estou em posse de votar, nem favoravelmente, nem contra esta decisão.
Como tal, o Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas irá abster-se."

Luís Couto (OI):

"Obrigado, Sr. Presidente.
Ao contrário da manifesta participação na auscultação da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, em que, com base nos dados concretos, a auscultação representa a vontade da população, a baixa participação desta União de Freguesias, no nosso entender, não representa inequivocamente a vontade da população em desanexar.
Adiciono também a possibilidade de uma discussão mais ampla de reorganização do concelho, e vaticino a possibilidade de novas fusões de freguesias, mais adequadas ao interesse das populações, na próxima década, e não apenas com base nas fronteiras administrativas atuais.
Não será de estranhar, por exemplo, que na maior freguesia do concelho, em área e população, a Freguesia de Pombal, esta discussão não seja sequer tópico que preocupe a população.
Neste sentido, e em consciência plena, o voto do Oeste Independente será contra a continuidade deste processo de desagregação."

MUNICÍPIO DE POMBAL

Manuel Nogueira de Matos (Presidente J.U.F. Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, PPD/PSD):
"Eu quero dizer que penso que todos já estão conhecedores da proposta apresentada, e penso que já tudo foi dito. Como é óbvio, isto foi um processo que começou mal, e também não podia terminar muito bem – ou pelo menos, de modo satisfatório.
Por isso, eu vou votar favoravelmente a proposta de desagregação, por respeito à decisão tomada em reunião da Assembleia de Freguesia, e por respeito à manifestação dos cidadãos que participaram na consulta pública realizada para o efeito.
Obrigado."
Manuel Serra (PPD/PSD):
"Eu só queria referir neste ponto, e relativamente ao que aqui foi afirmado, da exiguidade das pessoas que resolveram votar, nós temos que ter em atenção que foi utilizado um processo em tudo equivalente aos processos das legislativas e das presidenciais. E nesse processo, são as pessoas que votam que determinam as decisões. Portanto, têm que ser respeitadas.
E, portanto, tudo o que sejam considerações para além disso, são considerações pessoais, são respeitáveis, mas não são muito justas, digo eu.
Muito obrigado."
João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):
"Claro que não. Uma coisa é as pessoas virem apreciar propostas e listas que lhes são apresentadas, e aí, há uma Lei que determina e que regula. Por outro sinal é insistir, uma auscultação pública, que a nossa Legislação, o nosso enquadramento jurídico apresenta uma proposta, a nível de um referendo local, com vinculação, com regulação própria. Eu estava calado para não falar nisto, porque a mim custa-me perceber que podendo ter optado por um processo com um referendo local, com uma votação vinculativa, com fiscalização do Tribunal de Contas e das instâncias jurisdicionais competentes, fazendo o processo robusto, transparente, limpo, em que a adesão popular iria, logo à partida, afirmar se era um assunto de interesse ou não interesse, até pela necessidade de ter uma votação para ter qualidade, optou-se por um modelo de uma auscultação pública, nestes termos.
Eu penso que se queremos um processo robusto, tínhamos de ir buscar um instrumento mais robusto que a nossa Legislação oferece.
Por isso, a mim custa-me, enquanto representante de populações, que se tome uma decisão sem saber a vontade efetiva da maioria, porque a maioria pode perceber que isto é um não assunto."
João Varela Coelho (PS):
"Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.
É só para esclarecer que a Bancada do Partido Socialista se sente vinculada àquela que foi a votação por unanimidade da União de Freguesias de Albergaria, S. Simão e Santiago. O que está em causa, e o que nós estamos aqui a votar, é o processo que foi à Assembleia de Freguesia, e não a auscultação, e o resultado da auscultação feita à população, que em nenhum momento era vinculativa; era indicativa para aquilo que os cidadãos, eleitos e representantes do povo daquela zona decidiram, ou podiam indicar como sendo a sua vontade. Mas, nós não estamos a votar sobre a auscultação, estamos a votar sobre a votação da Assembleia de Freguesia, e é a isso que o Partido Socialista, naturalmente, se vincula.
Muito obrigado."

MUNICÍPIO DE POMBAL

Manuel Nogueira de Matos (Presidente J.U.F. Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, PPD/PSD):
"Só para fazer aqui uma pequena retificação: é que a votação na Assembleia de Freguesia, antes da proposta – e foi quando foi votada a desagregação – não foi por unanimidade; foi por maioria."
A Assembleia, depois de analisar o processo, deliberou, por maioria, com um voto contra do membro Luís Couto e seis abstenções dos membros João Pimpão, Carla Longo, Sandra Barros, Ilídio da Mota, Aires Moreira e Gonçalo Ramos, aprovar a proposta de reposição da autonomia administrativa da Freguesia de Santiago de Litém, da Freguesia de São Simão de Litém e da Freguesia de Albergaria dos Doze.
Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.
Pelos membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, André Tasqueiro e João Paulo Santos, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:
André Tasqueiro:
"Nos olhos das novas gerações, somos cada vez mais cidadãos do mundo e não de um território específico, sem desprestígio de quaisquer sentimentos identitários existentes. Aliás, o sentimento identitário deverá de ser aquilo que nos faz gostar e nos faz demonstramos preocupação para com os nossos territórios. No que toca à organização administrativa presente ao nível do território, em sentidos teóricos, devemos de reconhecer que a economia de escala e a centralização de recursos, quer sejam eles financeiros, humanos ou materiais, acaba por gerar melhores condições para que os atores públicos, em especial as junta de freguesias, melhor sirvam os seus fregueses. Contudo e apesar de, teoricamente, existir um consenso sobre as vantagens desta solução das agregações de freguesias, estas agregações fizeram com que se verificasse um apagamento de algumas partes do território, fruto da deslocalização de serviços importantes para o desenvolvimento dos territórios, como serviços bancários, entre outros, que apresentaram como motivo para essa deslocalização a reorganização administrativa realizada em 2013. Para além do mais, existe o dever de respeitar a vontade das populações, demonstrada em contexto de auscultação pública e que, em ambas as uniões de freguesia, foi positiva à desagregação, apesar de, em alguns casos, da parca participação expressada.
Posto isto, irei acompanhar, enquanto membro da Assembleia Municipal, a vontade demostrada pela população destes territórios, votando favoravelmente estes dois pontos, apesar de ser positivo, na generalidade e sem olhar a possíveis casos particulares, às agregações de freguesias (e de municípios de menor dimensão, como alguns existentes do Pinhal Interior)."
João Paulo Santos:
"No ano de 2013 votei nesta AM contra uma moção que se opunha à agregação de freguesias por entender que os ganhos de escala seriam uma clara mais valia para o desenvolvimento dos territórios. Entendia também que as novas uniões de freguesia deveriam ser discriminadas positivamente para que não subsistissem dúvidas sobre as vantagens da agregação. Julgo que isso não se verificou, por responsabilidade de todos os decisores, a começar no Estado central. Volvidos nove anos e tendo o legislador permitido a reversão das freguesias agregadas, as populações, que ainda não se tinham conformado com as novas realidades, deram sinais de querer desagregar. As assembleias de freguesia decidiram auscultar as populações e, em minha opinião, os resultados foram esclarecedores. Posto isto, entendo que devo respeitar a

vontade das populações desses territórios, sem prejuízo de entender que, inevitavelmente, o futuro das freguesias passará cada vez mais pela partilha de poder, de meios e de recursos."

Ponto 2.18. Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento

Foi presente à Assembleia a Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias.
O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, não se tendo verificado qualquer inscrição.
A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.19. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista "14/GM-PS/2022"

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, tendo-se verificado as seguintes inscrições:
João Varela Coelho (PS):
"Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.
O Partido Socialista vem apresentar uma proposta de recomendação, a ser aprovada por esta Assembleia Municipal, no sentido de a Câmara Municipal iniciar os trabalhos para criar aquilo a que nós chamámos de uma Agenda Cultural Aberta.
A nossa intenção era criar uma plataforma digital, em formato de agenda, editável por todas as associações e instituições sem fins lucrativos, onde sejam noticiados os eventos e respetivo balanço dos promotores que compõem a vida associativa concelhia, que seja criada uma aplicação para telemóvel que permita a consulta dessa agenda por qualquer pessoa interessada, a título gratuito e em qualquer momento, e que haja uma equipa de suporte para acompanhamento dessa agenda, nomeadamente da manutenção da componente informática, formação para utilizadores e cumprimento das regras de utilização, a definir pela Câmara Municipal, mediante aprovação de regulamento específico em sede própria.
Com isto, pretendemos que a agenda da Câmara Municipal seja composta com a agenda das associações, e que ela seja do conhecimento mais amplo da comunidade, obviando a uma dificuldade que todos nós temos sentido, que é a do próprio conhecimento da agenda cultural em formato de papel, que não chegará a todos, e até com alguma economia a esse nível, que eu acho que será benéfica para as contas do Município e para o ambiente.
Muito obrigado."
João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):
"Pareceu-me ouvir que o Senhor Deputado João Coelho disse que "a nossa intenção era". Se era, já não é. E como tal, o PSD vai votar contra."
Ilídio da Mota (PPD/PSD):
"Senhor Presidente, muito obrigado.

MUNICÍPIO DE POMBAL

A intenção desta proposta parece-me bastante positiva e interessante, e digo isto porque nós pegamos na agenda cultural, e é uma agenda cultural muito interessante, tem este modelo já há muitos anos, mas desfolhamos e encontramos cidade, cidade, cidade, e eventos promovidos essencialmente pelo Município de Pombal.
De facto, temos um tecido de coletividades muito interessante e enorme em todo o concelho, e realmente é necessário haver mais comunicação das atividades que são promovidas pelas coletividades. Algumas enviam, comunicam ao Município as suas atividades, e o Município divulga, nomeadamente na página do Facebook, e muito bem, mas a nível da agenda cultural, normalmente isso não chega a acontecer.
A forma como está apresentada deixa-me algumas dúvidas, de serem as próprias coletividades a carregar esses conteúdos. E de facto, acho que isso era um aspeto que poderia ser melhorado. Ter uma aplicação de telemóvel parece-me muito interessante, era fácil de qualquer um aceder, mas, realmente, com o Município a dirigir todo esse processo.
Daí, acho que, realmente, a intenção é boa, a ideia é boa, mas a forma, tendo este ponto ali, de serem as coletividades a carregar diretamente, não me parece ser talvez a melhor forma.
Mas, acho que é uma boa ideia para o Município, sendo aprovado, ou não, poder melhorar esta comunicação, e assim ajudar a divulgar tudo o que de bom se faz a nível cultural no Concelho de Pombal.
Muito obrigado."

Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):
"Apenas gostaria de apoiar a opinião do Ilídio, a proposta, na sua essência, é boa, na minha opinião, a gestão da colocação da informação por parte das entidades, a mim parece-me ser um ponto que poderia ser melhorado, mas penso eu que a existir uma plataforma que pudesse mostrar uma dinâmica cultural de toda a comunidade, seria bastante interessante."

João Varela Coelho (PS):
"Muito obrigado, Senhor Presidente.
Queria começar por referir que nós mantemos a intenção de apresentar a recomendação, essa não desapareceu, e agradecemos a disponibilidade e o acolhimento por parte dos membros que a revelaram para acolher esta recomendação, referindo apenas que a nossa recomendação de que sejam as entidades, os promotores das atividades, a anunciarem qual é que será a atividade, e depois a fazer o respetivo balanço, seria feito dentro de princípios e de um regulamento muito específico, muito restrito, definido pela Câmara Municipal em regulamento próprio, como aqui também é dito na recomendação. E apresentamo-lo com a intenção de não sobrecarregar os serviços da Câmara com um trabalho que seria um trabalho hercúleo, atendendo às centenas de atividades que todas as semanas são realizadas no nosso concelho.
Portanto, era uma forma de os cidadãos poderem participar neste processo, de uma forma indireta, com a supervisão da Câmara Municipal, mas não sobrecarregando os serviços com trabalho, sabendo nós que os serviços já têm também muito trabalho nesta parte da agenda cultural.
Muito obrigado."

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):
"Sendo assim, temos que discutir a proposta. Já que se mantém, já que já não "era", já que é para apresentar, vamos discuti-la.
A primeira coisa, a proposta que pela parte do Partido Socialista é apresentada, de direito, penso que tem falha, porque é uma proposta de "facere", é uma proposta do âmbito executivo, e não do âmbito deliberativo.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Como tal, eu pedia ao "PS B" para pedir ao "PS A" para apresentar a proposta em sede de reunião de Câmara, e os Senhores Vereadores, em reunião de Câmara, como é uma proposta de Executivo, podem apresentá-la lá, e ser apreciada no órgão competente, que não nos parece ser este.
Por outro lado, a proposta não compreende o portal cultural do Município de Pombal que já existe. O site da Câmara, o portal cultural, feito com toda a oferta cultural, já tem uma agenda cultural. Este portal cultural, que foi apresentado, penso que no mandato anterior, e já passou para este mandato o aprimorar, e se quiserem ver as datas de publicações dos plugins, podem ir à DMSI, que o Senhor Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora e Vice-presidente, Isabel Marto, que tem o pelouro da informática, lhes dará acesso, podem ver que esta proposta já existe.
E mais, foi pela Andreia Marques, na altura, quando era secretária do Senhor Presidente, criada uma forma de pedir às associações para contribuírem com os seus eventos para a agenda cultural, em informática e em papel. Acontece que as associações não têm o hábito de mandar, com o tempo necessário, as informações para o Município.
Claro que sim, claro que somos pela promoção cultural, claro que fizemos o portal cultural a pensar nisso, a pensar na promoção dos eventos e dos nossos agentes. Pode ser melhorado? Claro que sim, tudo na vida pode ser melhorado. A app do Município pode ser otimizada? Claro que sim, pode ser otimizada. Agora, a proposta parece-nos extemporânea, uma vez que já está em prática há alguns anos."

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):
"Muito obrigado, Senhor Presidente.
Ora bem, eu também gostaria de dar a minha opinião. No contexto do conhecimento associativo de muitos anos, entendo o seguinte: a ideia é boa, e como dizia o colega João Pimpão, isto já existe. O que é importante perceber é o seguinte: eu não estou aqui contra a vontade da proposta do PS, até acho que ela tem legitimidade para ser selecionada num contexto daquilo que já existia. Agora, suponhamos que em todas as atividades das aldeias do concelho, toda a gente enviava para o Município: "Façam o favor de colocar isto." Imagine, diversidades de atividades, algumas com mais simbolismo, outras com menos. Como é que íamos fazer uma seleção? Colocávamos tudo, ou deixávamos alguém de fora? Se colocássemos tudo, era uma grande confusão. É preciso perceber que as pessoas não gostam disso, gostam que cada atividade que façam seja valorizada, e cada um pensa que a sua atividade é a melhor. Eu falo isto no contexto dos Serões Culturais, que essa atividade é uma atividade rica, que se desenvolve nas associações, e tem uma metodologia muito exigente, para que não se possa sensibilizar as pessoas.
Portanto, na questão cultural, e na questão da proposta, acho que está bem. No entanto, existindo já a agenda, as pessoas são livres, e as associações, de enviar para o Município a possibilidade de colocar também aquela atividade. Portanto, acho que é repetir aquilo que já estava criado, penso eu.
Muito obrigado."

Colocada a recomendação a votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com 6 votos a favor da Bancada do Partido Socialista e um do PSD e com 6 abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Nesta altura o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** usou da palavra como se segue:
"Senhores Deputados, queria, antes de encerrar os trabalhos, congratular-me com a forma como os trabalhos têm decorrido, a meu ver de forma eficiente. Enfim, há sempre a possibilidade de ganhos de eficiência, claro.
Queria também repetir o que disse inicialmente, para mim é uma honra ter presidido este ano à Assembleia Municipal e é um gosto.
Queria também, e finalmente, agradecer o apoio de todos os funcionários da Câmara, que, como sempre, deram apoio à organização desta Assembleia.
Para aqueles que não vou encontrar mais – talvez alguns encontre ainda – desejar um Bom Natal e um Feliz Ano Novo de 2023.
Muito obrigado."

Nada mais havendo a tratar o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto, subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente da Mesa:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: